

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

**ILSINÉIA GRAEBIN**

**COTIDIANO, GÊNERO E PRÁTICAS ORGANIZATIVAS: UM ESTUDO COM  
MULHERES EM UMA FACÇÃO DOMÉSTICA**

Maringá

2020

ILSINÉIA GRAEBIN

**COTIDIANO, GÊNERO E PRÁTICAS ORGANIZATIVAS: UM ESTUDO COM  
MULHERES EM UMA FACÇÃO DOMÉSTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial de obtenção do título de mestre em Administração.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elisa Yoshie Ichikawa

Maringá

2020

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

G734c

Graebin, Ilsinéia

Cotidiano, gênero e práticas organizativas : um estudo com mulheres em uma facção doméstica / Ilsinéia Graebin. -- Maringá, PR, 2020.  
134 f.

Orientadora: Profa. Dra. Elisa Yoshie Ichikawa.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2020.

1. Administração - Facção doméstica - Práticas organizativas. 2. Administração - Facção doméstica - Cotidiano. 3. Administração - Facção doméstica - Estudo de gênero. 4. Administração - Estratégias e táticas . I. Ichikawa, Elisa Yoshie, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDD 23.ed. 658.1

ILSINÉIA GRAEBIN

**COTIDIANO, GÊNERO E PRÁTICAS ORGANIZATIVAS:  
um estudo com mulheres em uma facção doméstica**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Estadual de Maringá, sob apreciação da seguinte banca examinadora:

Aprovado em 27 de maio de 2020



---

**Dr<sup>a</sup> Elisa Yoshie Ichikawa**  
(presidente)

p/



---

**Dr<sup>a</sup>. Adriana da Silva Vinholi Rampazo**  
(membro examinador externo – UEL)



---

**Dr<sup>a</sup>. Juliana Cristina Teixeira**  
(membro examinador do PPA)

MARINGÁ  
2020

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por concluir mais esta etapa da minha vida, acredito que ele atuou em mim dando forças para seguir mesmo diante de momentos de desânimo, insegurança, incertezas e tantos outros sentimentos vivenciados por mim.

Sou grata também por toda ajuda e compreensão da minha família nos momentos em que tive que me ausentar para me dedicar a dissertação. Minha gratidão ao meu pai Celso, minha mãe Irene, minha irmã Ilsimara, meu irmão Cesar, minha sogra Delvina, meu sogro Wilson, e todos os meus cunhados e cunhadas que sempre me apoiaram em meus estudos. Agradeço, em especial, o apoio do meu esposo Marcos e meu filho Francisco que me incentivam em tudo o que faço.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Dr<sup>a</sup> Elisa Yoshie Ichikawa pela atenção, confiança e infinita paciência. Sou grata por seus toques, suas dicas e conselhos que contribuíram na minha formação acadêmica, mas também como mulher e ser humano.

Também agradeço a todos os professores do PPA que realizam inúmeros esforços para que o Programa continue a ser reconhecido pela qualidade no ensino e pesquisa. Agradeço ao secretário do programa, Bruhmer que é sempre tão atencioso e prestativo com todos.

Agradeço às professoras doutoras Adriana Vinholi Rampazo e Juliana Cristina Teixeira, que participaram tanto do exame de qualificação quanto da defesa final da dissertação. Suas sugestões foram muito importantes para os encaminhamentos deste trabalho.

Por fim, agradeço às trabalhadoras da facção doméstica, que me receberam tão bem em seu local de trabalho, sempre respondendo com muita cordialidade cada dúvida que eu tinha quanto às suas vivências.

## RESUMO

Neste trabalho busquei compreender como a junção entre práticas organizativas e práticas domésticas constituem o cotidiano de mulheres que trabalham em uma facção doméstica de Sarandi-PR. Para tanto, tive como base teórica a teoria do cotidiano de Michel de Certeau (2012), a visão de práticas organizativas de Theodore Schatzki (2005), a perspectiva pós-estruturalista de gênero de Judith Butler (1990) e ainda considerei a divisão sexual do trabalho nas concepções de Helena Hirata, Danièle Kergoat (2007) e a perspectiva histórica de Carole Pateman (1993). Esta pesquisa é de natureza qualitativa. Os dados foram obtidos por meio de observação direta e entrevistas semiestruturadas. A análise foi feita por meio da análise de discurso (AD) da linha francesa. Então, considerando estes aspectos pude constatar que o cotidiano das trabalhadoras estudadas é marcado por muitas práticas ligadas ou não ao trabalho da costura, assim há uma mistura de práticas cotidianas, práticas domésticas e práticas organizativas. Quanto às práticas cotidianas, notei estratégias, táticas e outras práticas realizadas dentro de suas possibilidades, que por vezes, são reações às influências que sujeitos mais fortes exercem sobre elas. Sobre as práticas organizativas, visualizei que muitas delas estão associadas à ideia de que pertencem à mulher, com destaque para as práticas de costurar, cozinhar, limpar, que também podem ser consideradas práticas domésticas. Percebi nas costureiras a naturalização destas práticas como sendo atribuídas às mulheres. Assim, visualizei que as costureiras agiam performaticamente, reforçando esse e outros discursos heteronormativos. A partir da naturalização da divisão sexual do trabalho, as costureiras pesquisadas não se atentam para o contexto de sobrecarga de suas atividades e da precariedade do trabalho a que estavam submetidas. Desta forma, elas se desdobram em conciliar vida profissional e vida doméstica, ao terem que executar inúmeras tarefas, entre elas trabalhar na facção, cuidar de filhos, fazer comida e tudo ao mesmo tempo. E toda essa configuração de vida a que estão submetidas é impactada de diversas formas pelos discursos machistas heteronormativos que, muitas vezes, são internalizados por elas, sem que haja a reflexão de que também são oprimidas por estes discursos, que insistem em inferiorizar as mulheres nas diversas áreas da vida, seja em casa, no trabalho e na família.

**Palavras-chave:** Cotidiano. Estratégias e Táticas. Gênero. Práticas organizativas.

## ABSTRACT

In this work, I tried to understand how the combination of organizational practices and domestic practices constitutes the daily life of women who work in a domestic faction in Sarandi-PR. For that, I had as a theoretical basis the theory of everyday life by Michel de Certeau (2012), the view of organizational practices by Theodore Schatzki (2005), the post-structuralist perspective of gender by Judith Butler (1990), and I still considered the sexual division of labor in the conceptions of Carole Pateman (1993), Helena Hirata and Danièle Kergoat (2007). This research is of a qualitative nature. The data were obtained through direct observation and semi-structured interviews. The analysis was done through the speech analysis (AD) of the French line. Therefore, considering these aspects, I could see that the daily life of the workers is marked by many practices linked or not to the sewing work, so there is a mixture of daily practices, domestic practices, and organizational practices. As for everyday practices, I noticed strategies, tactics, and other practices carried out within their means and, sometimes, they are reactions to the influences of stronger subjects who exercise power over them. Regarding organizational practices, I saw that many of them are associated with the idea of belonging to women, with emphasis on practices: sewing, cooking, cleaning, which can also be considered domestic practices. I perceived in the seamstresses a naturalization of these practices to be attributed to women, thus, I visualized that the seamstresses acted performatively reinforcing this and other heteronormative discourses. From the naturalization they had, also made possible by the sexual division of labor, the seamstresses did not pay attention to the context of overload of activities and precarious work in which they were subjected. Thus, they went to great lengths to reconcile work and home life, having to perform numerous tasks, among them: working in the faction, taking care of children, making food, and all at the same time. And this whole configuration of life to which they are subjected is impacted in different ways by heteronormative male speeches that are often internalized by them, without the reflection that they are also oppressed by these speeches that insist on making women inferior in different areas of life, whether at home, at work, in the family.

**Keywords:** Daily life. Strategies and Tactics. Gender. Organizational Practices.

## APRESENTAÇÃO

“Você é uma menina, não pode brincar de carrinho”, “Você é menina, não pode subir em árvore”, “Você é menina, não pode tirar notas vermelhas”, “Você é uma mocinha, não pode xingar”, “Você precisa saber cozinhar, limpar e passar para poder casar”, “Você precisa casar”, “Você precisa cuidar do seu marido”, “Você precisa cuidar do seu filho”. Esses e outros muitos discursos oprimiram e oprimem muitas mulheres, pois esses discursos são transmitidos pelas gerações como verdades absolutas que devem ser seguidas, comigo não foi diferente, nasci numa família tradicional, e por mais que os tempos vinham mudando, minha mãe ensinava a mim e minha irmã que tínhamos que ser boas donas de casa, típicas senhoras recatadas e do lar.

Filha de jardineiro e dona de casa, e de classe baixa, tive o básico para viver. Em casa as funções eram bem evidentes, meu pai trabalhava muito para nos dar o necessário, e minha mãe cuidava da casa e de nós (eu, minha irmã e meu irmão). Bem no início de nossa estadia em Sarandi, cidade para onde nós mudamos quando eu tinha meus 7 anos, nós buscamos ajuda em igrejas católicas (alimentos doados), comprávamos roupas em brechós por causa da condição financeira. A situação era bem difícil, meu pai ganhava muito pouco e para economizar o dinheiro, minha mãe só comprava produtos em ofertas nos mercados, lembro que todas as quartas-feiras andávamos até vários mercados, em cada mercado comprávamos o que estava mais em conta, sendo que algumas vezes, íamos mais de uma vez ao dia, pois em uma viagem não conseguíamos trazer tudo nas mãos. Lembro que as sacolinhas do mercado machucavam minhas mãos e braços (que ficavam marcados e vermelhos) os braços da minha mãe também ficavam marcados e a gente ia parando para descansar nas sombras das árvores porque o sol era muito quente. Minha mãe até falava: “filha, dá um pouco das suas sacolas para a mãe carregar”, mas eu falava: “não mãe, eu aguento”. Eu queria provar que eu era forte e que podia ajudar.

Ainda nessa época ouvia meus pais falarem que para ter uma vida melhor era necessário estudar para não ter um trabalho tão duro e que ganhasse pouco, dessa forma sempre estudei muito para que não tivesse uma vida tão sofrida como a dos meus pais. À medida que fui crescendo e entendendo o mundo, via como as pessoas eram exploradas, e como o mundo era injusto. Também fui percebendo como eram diferentes os tratamentos de homens e mulheres. Mesmo sendo criança, eu não concordava que nas festas de Natal os homens ficavam conversando e as mulheres ficavam fazendo o almoço e depois ainda lavavam a louça, e o que mais me intrigava era que as mulheres não faziam nada para mudar, era algo naturalizado como expresso na frase “sempre foi assim e sempre será assim”, fato que se repete até hoje em muitas

famílias. Pode ser que na minha simplicidade de criança eu não percebia as mulheres reclamarem desta situação, ou ainda (a impressão da infância que me é mais forte em relação a isso) era reforçado que as meninas deviam ajudar lavando a louça.

Na adolescência meus questionamentos em relação às diferenças em relação a homem e mulher se intensificaram e eu ficava muito revoltada. Meus pais me proibiam de coisas e eu não aceitava porque sabia que era porque eu era mulher, por exemplo: não podia sair à noite, ir em festas. Além disso, eu tinha que lavar minhas roupas e calçados. Essas proibições e atribuições não aconteciam com meu irmão na mesma idade. Ele podia sair à noite, ir a festas e minha mãe lavava a roupa dele e sapatos. Quando comecei a trabalhar, com 14 anos, ainda assim, minha mãe não lavava minhas roupas, mas quando meu irmão começou a trabalhar ela até passava as roupas dele a ferro, e eu pensava “isso não é justo, só porque eu sou mulher”.

Por muitas vezes fiquei revoltada, e por muitas vezes questionei esse modo “tradicional de família” que coloca um peso enorme sobre a mulher, este sujeito, ou porquê não dizer sujeita, que é oprimida na escola, no trabalho, na família, enfim na vida. Sujeta, que muitas vezes trabalha fora e ainda tem que chegar em casa e fazer o serviço doméstico, esta que, muitas vezes, acorda mais cedo que todos na casa e que vai dormir mais tarde, e é desvalorizada pela sociedade. Muitas dessas mulheres são donas de casa e são desvalorizadas por não ter um emprego porque ficam “só em casa” cuidando dos filhos, outras que trabalham são erroneamente culpabilizadas pelo discurso machista de que trabalhar fora e não cuidar dos filhos fará com que se tornem pessoas desocupadas, o que não é verdade.

Vivo numa sociedade machista, e isso infelizmente é naturalizado pela sociedade, e o que mais me incomoda e preocupa é como os discursos machistas são disseminados e reforçados, tendo sido intensificados nos últimos tempos, sendo legitimados por grande parte da população, e infelizmente por muitas mulheres que tiveram sua formação influenciada por esses discursos.

Como mulher, enfrento, alguns dos desafios que diversas mulheres enfrentam diariamente, simplesmente, por serem mulheres. Falo alguns, porque atualmente tenho uma situação financeira melhor que no passado, faço pós-graduação, e apesar de ter enfrentado muitos obstáculos para conquistar esta etapa, por sofrer muitos preconceitos quando estava na graduação por fazer parte de uma minoria que veio da escola pública e por ser pobre, sei que não enfrentei os mesmos desafios que trabalhadoras domésticas, zeladoras, trabalhadoras de semáforos, ou catadoras de recicláveis, enfrentaram e enfrentam diariamente por não ter estudos, condições financeiras e por trabalharem em serviços braçais.

Depois de expresso de onde falo, preciso dizer que escrevo em primeira pessoa (o que por sinal está sendo um enorme desafio) porque não acredito na neutralidade da pesquisa, pois como pesquisadora não me separo do objeto, pois eu também estou presente neste trabalho, já que estará implícito o meu olhar em relação ao fenômeno. Desta forma, irei estudar o cotidiano de mulheres que trabalham em facções domésticas, porque são sujeitas que são invisíveis para a sociedade, sujeitas essas que podem estar sendo fortemente exploradas sem mesmo ter conhecimento, sujeitas que são dominadas, mas que também podem realizar microrresistências.

Estudar o cotidiano de mulheres não era algo que estava certo em meus pensamentos, mas o contato com algumas perspectivas que se atentavam para o poder dos discursos nos direcionamentos da sociedade, me fez ver que muitos destes discursos se caracterizam como discursos machistas, sendo disseminados e impregnados em diversas situações do dia a dia e da vida. Já, a possibilidade de estudar mulheres que trabalham em facção se deu quando lembrei que há um forte incentivo do governo em fazer com que as pessoas trabalhem de maneira flexível, em especial sob a forma de microempresas, consequentemente diminuindo direitos dos trabalhadores. A partir disso, lembrei de algumas pessoas que conheço que trabalham há anos neste tipo de trabalho e que não possuem direitos: as férias, o 13º salário, a licença maternidade, a aposentadoria ou qualquer outro direito que um trabalhador formal tenha. Além disso, pessoas que trabalham em facção precisam trabalhar muito para ganharem algum dinheiro.

Assim, ao buscar evidenciar o cotidiano das mulheres que trabalham em facções, procuro estudar o cotidiano dessas mulheres, como elas vivenciam seu dia a dia por meio de suas práticas, como elas se organizam, e como resistem. Além disso, busco observar como os diversos discursos presentes nas estruturas podem estar relacionados às ações dessas mulheres e a escolha por elas de realizarem este tipo de atividade.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**EBP** Estudo Baseado em Práticas

**EO** Estudos Organizacionais

**SEBRAE** Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**IBGE** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 ALICERCE TEÓRICO</b> .....	18
2.1 COTIDIANO.....	18
2.2 PRÁTICAS ORGANIZATIVAS .....	31
2.3 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO .....	40
2.4 DISCUSSÃO DE GÊNERO SOB A PERSPECTIVA PÓS-ESTRUTURALISTA.....	51
<b>3 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO</b> .....	70
3.1 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DA COSTURA .....	70
3.1.1 Contexto do trabalho da costura (trabalho domiciliar, as mulheres e as facções) .....	70
3.1.2 Reestruturação Produtiva e Precarização .....	78
<b>4 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA</b> .....	81
4.1 TIPO DE PESQUISA.....	81
4.2 COLETA DE DADOS .....	82
4.3 ANÁLISE DE DADOS.....	84
<b>5. CAMPO</b> .....	86
5.1 ENTRADA NO CAMPO.....	86
5.2 GÊNERO E A DECISÃO DE TRABALHAR EM CASA.....	95
5.3 AS ESTRATÉGIAS E AS TÁTICAS.....	98
5.4 PRÁTICAS ORGANIZATIVAS E PRÁTICAS DOMÉSTICAS .....	112
<b>CONCLUSÕES</b> .....	125
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	129
<b>APÊNDICE A</b> .....	134

## 1 INTRODUÇÃO

Início este tópico com a apresentação do campo onde realizei o estudo, mostro então a cidade de Maringá e a sua região, destacando aspectos que são importantes para a cidade, aspectos estes favoráveis, o que não significa que a cidade não tem problemas, ao contrário é uma cidade com problemas como outra qualquer.

Conhecida como cidade canção, devido a uma canção que um pioneiro da cidade recebeu de uma estudante de Minas Gerais que tinha interesse em conhecê-la, Maringá é atualmente a 3ª maior cidade do Estado do Paraná, e a principal de uma área metropolitana, em que existem várias outras cidades menores ao redor (PREFEITURA DE MARINGÁ, 2019).

Localizada no Norte do estado, Maringá é uma cidade com largas avenidas e bastante arborizada (97,3%), a cidade possui bom Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 0,808. Por várias vezes foi considerada como uma das melhores cidades para se viver no país. Além disso, em Maringá existem várias Instituições de Ensino Superior, sendo também lembrada como uma cidade universitária, o que acaba atraindo estudantes das cidades vizinhas e até mesmo de outros estados (PREFEITURA DE MARINGÁ, 2019).

Maringá possui atividades econômicas diversificadas e muitas pessoas se direcionam diariamente das cidades vizinhas até Maringá para trabalharem, as diversas atividades que a cidade possui absorve essa mão de obra proveniente das cidades vizinhas que são menores. Dentre as atividades econômicas da cidade estão: a agricultura, o comércio varejista e atacadista, indústria (de confecção, de alimentos, móveis, metalúrgica e agroindústria), bancos e serviços médicos. Destaco que indústria de confecção é uma atividade importante da cidade e da região (PREFEITURA DE MARINGÁ, 2019).

Deste modo, Maringá e região são reconhecidos nacionalmente pela indústria de confecção, sendo considerado o segundo maior pólo confeccionista do país. Em 2015, a região possuía aproximadamente 2.197 indústrias de confecção que proporcionavam mais de 80 mil postos de trabalho diretos e indiretos. Neste período eram produzidas mensalmente cerca de oito milhões de peças gerando em torno de R\$ 2 bilhões de vendas ao ano. Grande parte da produção era e ainda é comercializada por shoppings atacadistas presentes na cidade (REAL, 2015).

Em relação ao cenário nacional, a indústria têxtil e de confecção apresentaram quedas nos números de empregos nos últimos anos, em especial no ano de 2018 houve queda de 3,14% no número de postos de trabalho em comparação aos últimos 12 meses, segundo dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) do Ministério do Trabalho. Porém,

em janeiro do ano de 2019, houve saldo positivo de 9.276 novas contratações, colocando o setor de indústria têxtil e de confecção como responsável por 26,5 % das vagas de empregos geradas pela indústria de transformação. Sendo que, neste período, a indústria têxtil e de confecção, foi responsável por cerca de 1,5 milhões de empregos formais (INVESTIMENTOS E NOTÍCIAS, 2019).

Ligadas às indústrias têxteis, existem pequenas empresas domésticas de costura, essas empresas que funcionam em casa podem ser formais ou informais, e elas realizam uma produção que é menor do que a que ocorre em indústrias de confecção maiores. Essas indústrias de confecção repassam a produção a um valor bem menor para as facções domésticas, que funcionam, muitas vezes, em condições precárias (em fundos de quintais, ou em algum cômodo improvisado, com recursos mínimos). Com isso, o termo facção, que emprego aqui é no sentido têxtil, sendo que de acordo com a definição do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) facção é o nome dado a confecções que prestam serviços para outras empresas do ramo que possuem marca própria e foco na comercialização dentro da cadeia produtiva do setor têxtil (SEBRAE, 2019).

Há orientação para que essas pequenas empresas de confecção estejam registradas como MEI (microempreendedor individual), mas mesmo com esta orientação não há proibição de que este tipo de atividade aconteça sem obedecer este direcionamento. Além disso, existe um grande incentivo no país para a criação deste tipo de negócio, isto se dá pela ideia de os pequenos negócios contribuem para o crescimento do país, bem como de que a abertura de um pequeno negócio seria uma boa chance de ganhar dinheiro em casa, em horários flexíveis, além disso é transmitida a ideia de simplicidade de abrir este tipo de negócio, o que pode ser visto no *site* do SEBRAE onde é disponibilizado instruções de como montar um serviço de confecção (SEBRAE, 2019).

Outra questão que percebo é que em especial no caso da abertura do negócio de facção as mulheres são incentivadas a ter um próprio negócio, o que pode esconder um discurso machista que visa manter mulheres em casa, além de manter ou intensificar a exploração das mulheres, pois muitas vezes atraídas pelo discurso da flexibilidade em ganhar dinheiro sem sair de casa, ter seu próprio horário, e ajudar na renda da família, muitas mulheres se veem em longas jornadas de trabalho, conquistando retornos mínimos. Isto porque as facções são formadas em grande parte por mulheres, que se reúnem em suas casas para trabalhar.

Além disso, as flexibilizações sofridas em diversos setores, inclusive o de confecções, contribuíram para o aumento da precarização da força de trabalho, neste caso, especialmente a precarização da força de trabalho de mulheres que já sofrem historicamente ao ganhar salários

menores que os homens. Sendo assim, o repasse da produção de indústrias de confecção maiores a um grupo de pessoas organizadas em uma facção pode se caracterizar como uma forma de precarização do trabalho, na medida que essas pessoas têm seus direitos reduzidos e ganham extremamente pouco. Pois, muitas vezes, o repasse é feito pelas indústrias para não terem que contratar mais funcionários e arcar com custos de encargos trabalhistas e outros (LEITE; SILVA; GUIMARÃES, 2017).

Assim, as mulheres, além de realizarem o trabalho doméstico, realizam também o trabalho da costura, configurando a dupla jornada, sem falar que esta jornada pode ser ainda pior do que em empregos fixos, que por meio da lei determina os turnos de trabalho, que devem ser rigorosamente respeitados, ou seja, nas confecções (facções) domésticas o trabalho pode se estender por longas horas ininterruptas e em horários insalubres (LEITE; SILVA; GUIMARÃES, 2017).

Entendo, então, que este tipo de trabalho pode mudar toda a vida de uma mulher, sua rotina, seus hábitos, suas práticas e de uma forma geral seu cotidiano, que é o que me proponho a entender neste estudo. É importante visualizar como ao se juntarem para trabalhar, as mulheres acabam estabelecendo maneiras específicas de trabalho que na visão delas poderá contribuir para que o negócio dê certo. Busco então, estudar essas maneiras que podem ser chamadas de práticas organizativas na visão de Schatzki, um autor que vê as práticas como importantes para a constituição das organizações. Nas leituras que fiz sobre o autor, pude perceber que ele entende que é em meio a práticas que vida humana acontece (SCHATZKI, 2005).

Além disso, Schatzki (2005) visualiza a realidade composta de um emaranhado, de uma rede de nexos de práticas e também de arranjos materiais, e é nesta malha práticas-arranjos que a vida humana se constitui. Em outras palavras é necessário que as práticas se articulem, o que é chamado de nexos de práticas dos arranjos materiais para que o social se constitua. O autor considera que a vida social é um processo produzido num determinado contexto, tendo esses contextos entidades (humanas e não humanas), eventos, significados, conhecimento, etc.

A visão de práticas de Schatzki pode contribuir para o entendimento do cotidiano de vida das mulheres a que me proponho, mas também irei utilizar a visão de práticas de Michel de Certeau (2012) que é um autor que se preocupa em estudar justamente as práticas ou “artes de fazer” do “homem ordinário”, ou seja, o sujeito comum, sujeito fraco, a pessoa que é esquecida pela sociedade. Entendo, então, as mulheres como esse sujeito fraco, esse sujeito ordinário. O sentido fraco aqui é considerado em relação aos aparatos estruturais, que condicionam os sujeitos, mas também observo que por outro lado as mulheres podem ser

consideradas fortes na medida em que resistem continuamente às diversas imposições ou situações da vida, ou seja, as mulheres podem se manter durante bastante tempo resistindo a uma situação adversa ou imposta, mesmo que sua resistência seja pequena. Em outras palavras o sujeito pode ser fraco em relação às estruturas, mas não em relação a sua persistência em lutar pela vida.

Ressalto que busco entender o cotidiano de mulheres que trabalham em facção, sendo que o cotidiano não é visto como rotina, como mesmice, como normalmente é associado, mas me apropriro da visão de Certeau que vê o cotidiano como espaço de possibilidades, inventividades, onde as pessoas não agem somente passivamente, mas agem criativamente, realizando micro mudanças em sua realidade (DE CERTEAU, 2012; DE CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2011).

Também a partir da visão certauniana pretendo observar como as trabalhadoras vivenciam sua realidade por meios das práticas, dentre elas as práticas táticas, e as práticas estratégias, sendo que elas podem ser realizadas pelos sujeitos para resistir sutilmente a ordem estabelecida. As táticas são práticas realizadas em momentos em que surgem oportunidades, elas não guardam o conhecimento, jogam de maneira criativa, sem planejamento, agem com habilidade prática, o que possibilita que possa estar onde ninguém espera. Já as estratégias contam com planejamento, têm possibilidades de guardar os conhecimentos adquiridos, pois possuem lugar para guardar esses conhecimentos, as estratégias normalmente são estabelecidas pelo poder, assim elas contam com a visão do todo, o que permite que possam se antecipar diante de ameaças (DE CERTEAU, 2012).

Deste modo, busco entender a complexidade diária em que estão inseridas as mulheres que pretendo estudar. Busco compreender como estas mulheres estão divididas entre o trabalho que vem da fábrica, o trabalho doméstico, e outras atribuições que possam existir. Além disso, procuro explorar o dia a dia dessas mulheres para compreender como a vida dessas mulheres acontece, por meio de suas práticas cotidianas e organizativas.

Ao evidenciar o cotidiano de mulheres que trabalham em facções domésticas, este trabalho poderá trazer contribuições para os Estudos Organizacionais, em específico para o campo de estudos do cotidiano. Estes trabalhos conquistaram seu espaço nos Estudos Organizacionais, e tem enriquecido a compreensão da sociedade, em especial a compreensão de minorias que não eram estudadas antigamente. Por isso, destaco nas próximas linhas alguns trabalhos recentes que abordam o estudo do cotidiano, sendo eles de: Gouvêa, Cabana e Ichikawa (2018) que evidenciaram como os sujeitos constroem o cotidiano organizacional e como por meio da história, novas vozes podem ser ouvidas na gestão; Marins e Ipiranga (2017),

que buscaram compreender o organizar cotidiano de uma Escola e Produtora de Fotografia, em Fortaleza - CE; Domingues, Fantinel e Figueiredo (2019), que estudaram o cruzamento de espaços na Feira de Artes e Ofícios na Praça dos Namorados em Vitória - ES; e Aguiar, Carrieri e Souza (2016), que buscaram compreender cotidiano e práticas que contribuíram para a sobrevivência de circos no Brasil.

Ao estudar o cotidiano de mulheres, também busco discutir como o conceito de gênero tem sido compreendido num período mais recente, em especial na perspectiva de Judith Butler que observa o gênero como algo que não é estático, fixo, mas sim como algo que pode vir a mudar. Em Butler (1990), o gênero é considerado o aparato pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidos e naturalizados, então compreendo gênero como um dispositivo de poder que por meio do discurso é responsável por construir identidades performativas de gênero, como a identidade de homem e a identidade de mulher e as próprias performances dos sujeitos, mas também entendo que gênero também representa a possibilidade de lutar contra esse binarismo existente, ou seja, gênero pode representar o mecanismo pelo qual as concepções que se tem do masculino e do feminino podem ser desconstruídos e desnaturalizados.

Abro um parêntese para contextualizar que assim como Michel de Certeau, Judith Butler também fala de práticas, porém com a diferença de que Certeau fala de práticas cotidianas, e Butler fala de práticas discursivas. Como já evidenciado anteriormente, as práticas cotidianas são expressas pelas “artes de fazer”, ou seja, as ações cotidianas realizadas pelos sujeitos comuns, já as práticas discursivas na visão de Butler seriam ações realizadas a partir de discursos construídos socialmente de modo que pela observância e repetição destas práticas os discursos são disseminados e legitimados.

Também discuto a partir da divisão sexual do trabalho como as atividades consideradas mais importantes foram sendo atribuídas aos homens e as atividades menos valorizadas para as mulheres. E neste sentido, apresento a visão de Carole Pateman sobre o contrato sexual que mostra que as mulheres estiveram historicamente condicionadas a um pensamento patriarcal que as diminuiu a esfera privada, atribuindo as mulheres uma condição natural de estar ligada as funções de cuidado dos filhos e da casa, além da obrigação de estarem disponíveis sexualmente aos homens, estes por sua vez por estarem mais ligados a esfera pública, por terem um pensamento mais objetivo apto para realizar contratos, negócios (PATEMAN, 1993).

Neste sentido, discutir a divisão sexual do trabalho nos direciona ao questionamento das relações assimétricas que se criaram entre homens e mulheres. Este olhar possibilita entender a desigualdade, hierarquização e opressão, entre homens e mulheres, e que a mulher está sempre a enfrentar maiores desafios, já que as imposições da dominação masculina privilegiam os

homens em diversos aspectos. Assim, as mulheres são oprimidas nas diversas áreas da vida, seja no trabalho, na família, na casa. No trabalho podem estar sujeitas ao assédio, a menores salários e condições de emprego ao ocupar as funções mais precárias; na família podem estar sujeitas à violência doméstica, ao estupro etc.; em casa, contexto também ligado à família, as mulheres quando não trabalham fora são inferiorizadas por não contribuírem financeiramente para o sustento da família, e quando trabalham, na maioria das vezes, são submetidas a conciliação da vida profissional e vida doméstica, por serem responsabilizadas pela organização da casa, cuidado do companheiro e educação dos filhos.

Deste modo, este trabalho pode ser importante para os Estudos Organizacionais, pois são poucas as discussões envolvendo o cotidiano de trabalho e de vida de mulheres. Dessa forma, este trabalho busca responder ao seguinte problema de pesquisa: **Como a junção entre práticas organizativas e práticas domésticas constituem o cotidiano de mulheres que trabalham em uma facção doméstica?**

Para tanto, foram estabelecidos o objetivo geral e os objetivos específicos:

Objetivo Geral:

- Compreender como a junção entre práticas organizativas e práticas domésticas constituem o cotidiano de mulheres que trabalham em uma facção doméstica da cidade de Sarandi - PR.

Objetivos específicos:

- Descrever estratégias e táticas utilizadas por mulheres que trabalham em uma facção doméstica da cidade de Sarandi – PR em seu cotidiano de trabalho;
- Identificar práticas organizativas e domésticas presentes na vida de mulheres que trabalham em uma facção doméstica da cidade de Sarandi – PR;
- Interpretar como as práticas organizativas e domésticas compõem o cotidiano das mulheres que trabalham em uma facção doméstica da cidade de Sarandi – PR.

## 1.1 JUSTIFICATIVA

A importância deste trabalho para os Estudos Organizacionais está em abordar grupos de pessoas que realizam uma atividade importante, mas que são pouco reconhecidos pela sociedade. Questões envolvendo grupos e pessoas que são marginalizadas socialmente até ganharem algum espaço, mas ainda há muito a ser discutido e aprendido com essas pessoas a partir da compreensão dos seus cotidianos.

Além disso, este tipo de pesquisa foge do *mainstream* ao privilegiar o olhar para questões despercebidas, e discursos, que podem ter contribuído na decisão de diversas pessoas em buscar novas formas de viver, de trabalhar, de existir. Neste sentido, este trabalho é importante para entender porque pessoas, em especial as trabalhadoras de facção decidiram trabalhar em determinado local em detrimento de outro, além de desvelar possíveis sentimentos de opressão e desvalorização sentidos por essas pessoas que as levaram a se organizar em ambientes domésticos para trabalhar.

Ressalto, também, que encontrei poucas pesquisas que abordassem o trabalho de mulheres que costuram em casa (ENOQUE; BORGES; SARAIVA, 2015; KROST; BRANDÃO, 2017; LEITE; SILVA; GUIMARAES, 2017; VEIGA; GALHERA, 2017), sendo que de maneira geral, os trabalhos encontrados trataram de discutir a precarização que ocorre neste tipo de trabalho, não tendo um olhar para o cotidiano e práticas dessas pessoas. Neste sentido, encontrei, somente um trabalho voltado para a compreensão do cotidiano de mulheres trabalhadoras costureiras, este trabalho foi a dissertação de Clarissa Alves de Novaes (2016) que estudou a atividade de trabalho de costureiras que prestam serviços em ateliês de costura que customizam peças de vestuário em Viçosa – MG, porém, ênfase que este estudo não teve como objeto de estudo mulheres que costuram em casa, mas sim em ateliês. Desta maneira, não encontrei trabalhos que estudassem ao mesmo tempo: o cotidiano, e mulheres que trabalham em facção doméstica, que é o que pretendo estudar. Acrescento, que outros trabalhos encontrados analisaram aspectos econômicos, ou até mesmo como este trabalho afeta a saúde e qualidade de vida das trabalhadoras de facção, porém, os trabalhos não apresentavam maior preocupação em entender de forma mais profunda como estes fatores impactam a vida das pessoas.

Deste modo, este trabalho pode contribuir para o entendimento da vida das pessoas pelo seu cotidiano, ao buscar entender a vida dos sujeitos por meio de suas práticas, e assim irá contribuir para os Estudos Baseados em Práticas que se trata de um campo dos Estudos Organizacionais que vem se consolidando internacionalmente e que num momento recente começou a ganhar espaço também no Brasil em discussões e pesquisas sobre o tema (BISPO, 2013). Na visão de Santos e Alcadipani (2016), pelas diferentes abordagens de práticas terem contribuído só recentemente para as teorias organizacionais, há, ainda, muito a ser compreendido quanto à formação do mundo das práticas.

## 2 ALICERCE TEÓRICO

Apresento neste capítulo a discussão teórica desta dissertação para que a partir das perspectivas científicas dos autores os quais me aproprio haja fundação necessária para a pesquisa. Para tanto, nos próximos parágrafos abordo os conceitos de cotidiano de Michel de Certeau, posteriormente, as práticas organizativas de Theodore Schatzki, depois apresento uma discussão de gênero sob a perspectiva de Judith Butler e por fim discuto a divisão sexual do trabalho trazendo o pensamento de Carole Pateman, Helena Hirata e Danièle Kergoat.

### 2.1 COTIDIANO

As discussões sobre o cotidiano desenvolveram-se em meio às mudanças ocorridas nas últimas décadas do final do século XX, conforme Gouvêa e Ichikawa (2015). Quando isto ocorreu, surgiram novos aspectos para se pensar o cotidiano, o que possibilitou ir além do pensamento do senso comum. Neste período muitos autores passaram a explorar conceitos correlatos ao cotidiano, entre eles Agnes Heller, Henri Lefebvre e Michel de Certeau. Os dois primeiros têm uma visão marxista do cotidiano, enquanto que De Certeau vem de uma tradição mais heterodoxa, sendo considerado pós-estruturalista. Deste modo, foi afirmada a importância de estudos do cotidiano considerando a complexidade que esse fenômeno envolve.

Discuto, então, neste item, conceitos sobre o cotidiano baseados nos pensamentos do historiador francês Michel de Certeau, que vem sendo trabalhado em especial nos Estudos Organizacionais em pesquisas que visam estudar diversos assuntos relacionados ao cotidiano, com foco em práticas, espaços e outros. Alguns exemplos são os trabalhos de: Gouvêa, Cabana e Ichikawa (2018) que evidenciaram como os sujeitos constroem o cotidiano organizacional e como por meio da história novas vozes podem ser ouvidas na gestão; Marins e Ipiranga (2017), que buscaram compreender o organizar cotidiano de uma Escola e Produtora de Fotografia, em Fortaleza - CE; Domingues, Fantinel e Figueiredo (2019), que estudaram o cruzamento de espaços na Feira de Artes e Ofícios na Praça dos Namorados em Vitória - ES; e Aguiar, Carrieri e Souza (2016), que buscaram compreender cotidiano e práticas que contribuíram para a sobrevivência de circos no Brasil.

Michel de Certeau, autor da teoria do cotidiano da qual me aproprio, segundo Teixeira, Carrieri e Peixoto (2015), ficou conhecido por seus escritos místicos e religiosos nos séculos XVI e XVII. O autor também ganhou destaque por criticar a epistemologia que orientava a vida

do historiador na produção da história, pois para De Certeau o modo como se produzia história privilegiava alguns ângulos dos acontecimentos e desvalorizavam outros, o que causava distorções e desconhecimento. Evidencio que para os autores, De Certeau via o historiador como alguém que não contava as diferentes versões do que houvera acontecido na história, e assim o autor criticava que muitos aspectos da história ficaram sem ser contados.

Ferraço Soares e Alves (2017) apontam que De Certeau apresentava uma atitude epistemológica que unia diferentes conhecimentos, pois o autor trabalhava diferentes campos e contextos, e, durante sua trajetória, criou novos objetos de estudos, e novos procedimentos metodológicos. Para estes autores, De Certeau trouxe com suas combinatórias de procedimentos investigativos-analíticos, uma inédita e alternativa abordagem da construção e transformação do social em relação ao marxismo e ao estruturalismo, pensamentos estes tradicionais à época.

Neste sentido, destacando em especial o pensamento de De Certeau em relação ao cotidiano, vejo que no dia a dia há muito a ser visto e discutido. Concordo com Courpasson (2017) que a partir do cotidiano é possível ver questões indeterminadas da vida cotidiana, além de ser possível questionar a perspectiva de que tudo seria proposital, também leva a “prestar atenção em momentos, lugares quando ou onde a vida irrompe espontaneamente em meio a circunstâncias que de outro modo seriam chatas e restritivas” (COURPASSON, 2017, p.844).

Evidencio, conforme Gouvêa, Cabana e Ichikawa (2018), que há na vida cotidiana muitos aspectos, ações individuais ou coletivas que podem não ser notadas ao se olhar rapidamente para o dia a dia, ainda segundo as autoras, cabe no cotidiano aquilo que acontece no agir do dia a dia, rotina, acontecimentos inesperados e banais, revoltas e obediências, passividade e mudanças. Em outras palavras explorar a vida sendo praticada, possibilita contemplar muitas questões que envolvem um todo de ações, acontecimentos, intempéries, rotinas, submissões e subversões, aspectos que refletem a multiplicidade de movimentos da realidade.

Assim como De Certeau, desafio o leitor a olhar para além da banalidade, além daquilo que é visível, a contemplar uma nova forma de ver atividades rotineiras, pois foi assim que De Certeau construiu sua teoria sobre o cotidiano, ao dar ênfase, conforme indicam Ferraço, Soares e Alves (2017, p.9), “às práticas, às crenças e às invenções cotidianas que forjaram redes políticas microbianas de poder e de *saberesfazeres*, transformações culturais, crises institucionais e tensões sociais”. Destarte, percebo, no pensamento do intelectual e pesquisador Michel de Certeau, observações singulares de cada movimento que estava à sua volta, os atos, os pensamentos, as mudanças, assim como a novos caminhos que poderiam ser traçados, ou

novas lentes a serem utilizadas, como o olhar para as práticas cotidianas sob outra perspectiva, ou seja, de uma forma que ainda não se tinha visto antes.

Diante dessa nova forma de olhar para o cotidiano, ressalto que, assim como De Certeau, não vejo o cotidiano no sentido de rotina, e entendo que o cotidiano abrange muito mais que isso, já que se trata de um todo complexo que além das atividades rotineiras inclui aquilo que as pessoas fazem, resolvem, sentem, resistem, enfim como vivem. E desta forma, acredito como Courpasson (2017), que no cotidiano é possível visualizar ações e relações que ocorrem entre as pessoas, que por vezes são tidas como sem importância, mas que são partes fundamentais das vidas. Com isso, aprecio como importante cada movimento entre as idas e vindas do trabalho, da escola, do supermercado, da farmácia, em geral, da vida.

Para enfatizar o modo como De Certeau compreende o cotidiano apresento a seguir um trecho trazendo o conceito defendido pelo autor:

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. [...] é um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória dos lugares da infância, memória do corpo, dos gestos da infância, dos prazeres [...] O que interessa ao historiador do cotidiano é o invisível... (DE CERTEAU, 1996, p.31).

A partir de De Certeau, compreendo a complexidade que envolve o cotidiano, que inclui tudo aquilo que vem as pessoas diariamente, o que faz viver, aquilo que força as pessoas a viverem. No trecho “O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime” (DE CERTEAU, 1996, p.31) entendo que o autor vê esse forçar a viver, trabalhado por ele como sentido de opressão como as várias possibilidades complexas do e no viver, onde há uma diversidade de fatores influenciando os sujeitos a existir de uma ou de outra maneira.

Ainda quando De Certeau (1996, p.31) fala que o cotidiano “é aquilo que nos é dado ou que nos cabe em partilha”, o autor traz intrinsecamente o elemento social, já que para algo ser partilhado é necessário que se tenham mais pessoas para receberem a partilha de determinado objeto ou até mesmo um momento, além disso, esse elemento social pode ser uma das maneiras que influenciaram e influenciam o modo de viver, isto é evidenciado no trecho “memória olfativa, memória dos lugares da infância, memória do corpo, dos gestos da infância, dos prazeres” (DE CERTEAU, 1996, p.31), que são muitas vezes transmitidos pelo social, seja

pelos pais, irmãos ou amigos, saliento que o cotidiano abrange também aquilo que foi construído no passado, mas permanece no presente, por meio das lembranças, memórias.

Assim, entendo que De Certeau (1996) quer mostrar que existe muito mais no dia a dia do que possa parecer, quando fala “o cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada” (DE CERTEAU, 1996, p.31), o autor evidencia questões internas e ao mesmo tempo externas ao ser humano, pois ao mesmo tempo que a força para existir vem de nós mesmos, ela já é uma força que vem da vida que também é evidenciada quando o autor fala do peso da vida. Desta forma, subentendo que existem dificuldades, sofrimentos, desejos ou histórias que são ignoradas, ou até caladas e há o convite à reflexão do visualizar além das aparências, a olhar o que está implícito, por isso o autor me lembra que o que é mais relevante para o historiador do cotidiano é prestar atenção no invisível, porque o que está oculto trará muitas revelações pertinentes à compreensão do cotidiano.

Nesta busca por compreender o incomum no comum, penso ser necessário destacar os pensamentos dos autores Teixeira, Carrieri e Peixoto (2015, p.10) que ao interpretarem a visão de De Certeau, me faz ver que o cotidiano não é visto pelo autor como “algo planejado, pensado e racionalmente administrado”, o que evidencia a espontaneidade dos momentos, ações e práticas. Assim, vejo que essas ações e/ou práticas fazem parte do dia a dia das vidas, e ocorrem de forma criativa e espontânea, sem um planejamento prévio.

Na frase de De Certeau (2012, p.38) “o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada”, ao enfatizar as práticas cotidianas o autor me faz refletir sobre a multiplicidade de acontecimentos, movimentos ou em outras palavras das práticas que ocorrem de forma corriqueira, mas ao mesmo tempo contando com a espontaneidade e astúcia. Neste sentido, percebo que apesar das práticas serem diversas, comuns e tidas como insignificantes, há a ênfase do autor de que elas são maneiras de fazer importantes que contam com a inventividade que de algum modo torna o cotidiano diferente, e isto ocorre de uma forma não autorizada, de modo que podem se mostrar imperceptíveis diante os órgãos de controle.

Diante disso, em sua teoria do cotidiano, De Certeau enfatiza as práticas, e assim, como ele busco contemplar as ações cotidianas em suas inúmeras “maneiras de fazer”, que segundo Marins e Ipiranga (2017), são elementos que compõem o cotidiano. Também, ao falar sobre práticas, Cabello Valenzuela e Palominos (2018) argumentam, que De Certeau direciona sua atenção nas diversas formas de identificar um conjunto de práticas sociais que dão forma às culturas populares.

As práticas, segundo Ortega (2016), foi um assunto de que De Certeau se ocupou frequentemente em falar em sua obra. Também denominadas de “artes de fazer” (ORTEGA, 2016, p.55), as práticas ou “maneiras de fazer” são realizadas por pessoas, em particular as pessoas comuns. Porém, considero necessário explicar que o foco de De Certeau (2012) não está no sujeito em si, e sim nas relações entre os usuários, como é evidenciado logo na introdução de seu livro “A invenção do cotidiano - Artes de fazer”, quando o autor fala de sua preocupação em entender as relações, onde “cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais” (DE CERTEAU, 2012, p.37). Este trecho evidencia que o autor acredita que o social influencia o individual e assim, a questão que ele busca é compreender “os modos de operação, ou esquemas de ação e não diretamente o sujeito que é o seu autor ou seu veículo” (DE CERTEAU, 2012, p.37).

Sobre a preocupação de De Certeau em apreender os “modos de operação”, Cabello Valenzuela e Palominos (2018) dizem que este autor busca de fato identificar combinatórias operacionais que apresentam “formas de fazer” de todos os dias e que possibilita ver uma poética escondida que seja apoiada por relação popular reunindo maneiras de pensar e fazer. Os autores também veem na visão certauniana de práticas cotidianas, que estas se apresentam como modos de atualizar de forma sutil e criativa as regras sociais e relações de poder.

Destaco que esta forma sutil a que Cabello Valenzuela e Palominos (2018) se referem, diz respeito à ação das pessoas que por meio de práticas realizam microrresistências ao que está estabelecido. Isto porque De Certeau (2012), em sua obra demonstra ver nas práticas procederes populares minúsculos e cotidianos que resistem aos mecanismos de disciplina que organizam a sociedade. Para o autor, as “maneiras de fazer” representam uma resposta à vigilância que é exercida pelos meios que exercem o poder.

Em Salamon (2016), visualizo que as pessoas realizam truques que formam o ambiente de antidisdisciplina que caracteriza a criatividade do cotidiano, para o autor esses truques se assemelham à inteligência dos insetos, de plantas e peixes em locais que foram rejeitados, isto é, no dia a dia as pessoas realizam artimanhas que muitas vezes são desvalorizadas por serem consideradas ocorrências comuns. Essas ocorrências são práticas comuns, mas possuem recursos infinitos de resistência silenciosa e às vezes desesperados dos fracos. Salamon (2016) ainda diz, ao interpretar De Certeau, que este busca compreender formas de fazer microbianas, singulares e plurais que continuam a viver no sistema urbano e revigoram na disseminação da ilegitimidade.

A práticas, ao meu ver, mesmo que possam parecer insignificantes, constituem a forma como os sujeitos convivem e de maneira silenciosa realizam microrresistências em relação aos meios que detém o poder. Assim, concordo com Ortega (2016), quando fala que a contraposição que acontece em relação aos meios de poder (que ocorre por meio das práticas) também está ligada à existência de “um saber especializado, uma presença inquietante e indescritível, uma marcha silenciosa” (ORTEGA, 2016, p.57). Observo, que de alguma maneira este conhecimento, apesar de não reconhecido e valorizado sobrevive e contribui para que exista uma força estranha e ameaçadora aos mais fortes. Percebemos, então, que Ortega (2016, p.57) apropriando-se de De Certeau, tem a preocupação em rever o modo como os sujeitos, ou pessoas comuns “recebem, vivem, transformam e resistem” às determinações do Estado, do aparelho produtivo e dos meios de comunicação.

Desta maneira, Ortega (2016) me conduz a reconsiderar como os fracos, ou sujeitos comuns se comportam em relação àqueles que são mais fortes, e também a enfatizar as possibilidades mesmo que pequenas dos sujeitos comuns reagirem às determinações daqueles que detém o poder. Vejo, então, no sujeito comum a astúcia para burlar aquilo que nos é imposto, mesmo que esse “burlar” seja pequeno, singelo, sutil, é ao mesmo tempo astucioso e perspicaz. Então, concordo com Bernardo, Shimada e Ichikawa (2015), que este homem comum, visto como o herói comum, o homem anônimo, é alguém que representa por tempos o murmúrio da sociedade, é aquele que diante de situações de força e poder consegue reinventar o cotidiano de inúmeras maneiras sem ser percebido, isto porque age de maneira silenciosa com suas práticas de microrresistências à ordem estabelecida. Ademais, mesmo que minúsculo o sujeito comum possui certo poder em relação aqueles que são mais fortes.

Estes movimentos silenciosos, quase invisíveis, ou em outras palavras, as micropráticas, as astúcias do sujeito comum, assim como sua antidisdisciplina diante do que está posto pelo poder dominante, são aspectos importantes e que De Certeau valorizou em sua teoria do cotidiano. Em outras palavras, segundo Gouvêa, Cabana e Ichikawa (2015) a atenção de De Certeau se voltou às ações do homem comum em relação ao que era estabelecido pelos meios de produção cultural ou mercado de bens, ou seja, o autor não acreditava na submissão total do ser comum em relação a estes meios, mas acreditava no papel ativo, ainda que sutil do homem comum, que age com sua inteligência ordinária em meio às diferentes situações.

Esta inteligência ordinária remete ao saber do homem<sup>1</sup> ordinário, este termo homem ordinário, é o modo como De Certeau (2012) denominou o sujeito simples, fraco, comum. Este sujeito comum, também é chamado pelo autor de consumidor e de usuário, isto porque o consumidor consome produtos, serviços ou utiliza espaços públicos. Assim, ao interpretar a visão de De Certeau, vejo, o homem comum como aquele que no seu dia a dia realiza usos e consumos. Esta pessoa comum é, muitas vezes, esquecida pela sociedade, e numa apropriação de De Certeau, vejo o sujeito comum nas minorias, como por exemplo: indígenas, imigrantes, trabalhadores rurais, catadores de material reciclável, mulheres, idosos, negros, microempreendedores, entre outros.

Deste modo, ressalto a preocupação em entender questões envolvidas à vida do homem ordinário, ou em outras palavras, conforme Ortega (2006), aprecio o apreender das práticas nas formas do consumo ordinário. Este consumo nada mais é que o uso que as pessoas fazem de mercadorias, serviços e espaços. Ao consumir, ele poderá fazer diferentes usos dos produtos, digo, fazer um uso diferente da maneira que se espera que ele consuma, fazendo isso, estará fabricando uma produção diferente daquela que lhe é imposta pela ordem econômica dominante.

O consumo ocorre quando alguém utiliza alguma mercadoria, serviço ou espaço. Para melhor entendimento do que seria o consumo, preciso explicar o conceito de produção na visão certauniana. Para De Certeau (2012) existem dois tipos de produção, aquela que é feita pelos que dominam e aquela que é realizada pelos usuários. A primeira é realizada pelos meios de produção, pelos meios de comunicação (e outros), e tem como característica ser “racionalizada, expansionista, centralizada” (DE CERTEAU, 2012, p.89). Já a segunda se refere à forma de utilização desta produção que é feita pelos meios de produção, ela também é chamada de consumo, e tem como características a astúcia, a clandestinidade que permite que o consumo organize o espaço de acordo com as preferências do sujeito, não absorvendo de certa forma aquilo que é imposto.

Assim, trago o exemplo de De Certeau (2012) em relação a este último tipo de consumo ao citar a colonização espanhola diante das etnias indígenas. O autor explica que os espanhóis realizavam imposições sobre os indígenas, subjugando-os por meio de leis, de práticas, de representações, mas estes mesmo subjugados por força ou por sedução, realizavam subversão a partir de dentro. Em outras palavras os indígenas não rejeitaram as imposições dos espanhóis,

---

<sup>1</sup> Embora nos dias de hoje seja politicamente incorreto chamar de “homem” quando se quer referir à humanidade, no contexto de De Certeau não havia ainda essa discussão. Desta forma, usarei o termo “homem ordinário” conforme utilizado originalmente pelo autor, para me referir tanto às mulheres como aos homens comuns.

eles a seguiam, mas sob a observância de leis estranhas à colonização espanhola da qual não podiam fugir. Ou seja, os indígenas faziam a ordem dominante funcionar em outro registro, mudando-a sem a deixar.

Diante disso, enfatizo que muitas vezes os usuários, ou homens comuns são dominados, porém isto não significa que eles são dóceis ou passivos o tempo todo, ao contrário, no consumir modificado ocorre a bricolagem, que é justamente esta mudança que segue seus interesses próprios e próprias regras, isto é, dentro das possibilidades que possam ocorrer. Em outras palavras, interpretando De Certeau (2012), vejo que o consumo pode ser feito da forma que o sujeito acha conveniente, por mais que haja imposição pela ordem econômica que domina. Este consumo nada mais é do que a produção que se realiza daquilo que é recebido pelo poder dominante, e isso é feito sutilmente, de forma quase invisível, além disso, esta fabricação se dá através de matérias-primas impostas pelos detentores do poder.

Diante disso, na teoria do cotidiano de De Certeau, conforme exposto anteriormente, temos os elementos práticas como importantes meios de se viver no dia a dia, sendo essas práticas realizadas pelo homem ordinário que atua por meio de usos e consumos de mercadorias, serviços e do espaço. Discutidos estes aspectos da teoria de De Certeau passo agora a falar um pouco sobre o espaço. Feito isso, volto a falar das práticas, em especial, das táticas e estratégias que segundo De Certeau (2012) são tipos de operações, isto é, são diferentes “maneiras de fazer”.

Ao começar a falar sobre o entendimento de De Certeau sobre espaço, saliento que para o autor, espaço não é o mesmo que lugar. Sobre o termo lugar, Ipiranga (2016) ao interpretar De Certeau, diz que é uma configuração instantânea de posições; é uma ordem em que os elementos estão dispostos de forma própria e distinta. Deste modo, compreendo que lugar é como um local que existe delimitações onde os elementos estão dispostos seguindo uma maneira própria e distinta, de maneira que as práticas devem seguir a ordem estabelecida, o que sugere haver maior dominação quanto ao que deve ser feito.

Este domínio está ligado ao que De Certeau denomina “próprio”, que é uma característica que o lugar possui, isto é, segundo Bernardo, Shimada e Ichikawa (2015), o próprio é uma espécie de local estratégico, um domínio próprio, que normalmente os sujeitos de querer e poder possuem, este local é utilizado pelos meios que detém poder para controlar suas forças em direção aos seus alvos. Entendo, então, que o próprio diz respeito à possibilidade de ter meios próprios para se defender ou atacar diante de situações adversárias, e que na maioria das vezes é algo que está em posse de quem tem poder. Então, lugar é um local que

tem uma ordem e um próprio, isto denota certa ausência de liberdade para as pessoas realizarem ações fora do que é estabelecido pelo sujeito de querer e poder.

Já com relação ao espaço, ocorre maior liberdade em relação às práticas, pude ver em De Certeau (2012) que espaço diz respeito ao lugar praticado, isto é, determinado lugar pode ser um espaço se tiver sujeitos que exerçam dinâmicas de movimentos que assim interagem estabelecendo relações. As relações em um espaço público são complexas, pois existem costumes, comportamentos valorizados, e assim, vejo que o poder é coletivo, e dificilmente o espaço é alterado por somente um sujeito. Há, então, no espaço: relações, práticas e sujeitos.

Ao considerar espaço como lugar praticado e que requer relações, práticas e sujeitos, vejo, que isso ocorre pela ação dos sujeitos que interagem com outros sujeitos, estabelecendo relações por meio de diversas práticas. Neste sentido, entendo, conforme Ipiranga (2017), que as pessoas reapropriam o espaço por meio de práticas, em outras palavras o espaço que, por vezes, é organizado pelos meios de produção sociocultural é transformado pelas pessoas por meio de suas operações. Posso entender, deste modo, que o espaço é praticado porque existem inúmeras ações simultâneas transformando o espaço em algo sempre diferente.

E com isso, evidencio que diferente de lugar, o espaço segue direção, quantidade, velocidade e variáveis de tempo, não tendo sempre uma mesma significação e nem a estabilidade de um próprio. Por vezes, o espaço é resultado de práticas que assim o orientam, o circunstanciam, o temporizam, assim o espaço é o lugar praticado. Isto porque, segundo Bernardo, Shimada e Ichikawa (2015), a rua, por exemplo, é geograficamente definida pelo urbanismo, mas é transformada em espaço pelos pedestres, isto é, pelas pessoas comuns que mudam este espaço dando uma nova significação, neste sentido o espaço é ausência de posições estáveis, e neste sentido, o espaço se aproxima das práticas táticas. Assinalo, que mais adiante será explicado o que significam táticas e estratégias, e esta aproximação será melhor compreendida.

De forma semelhante ao espaço se aproximar das táticas, o lugar se aproxima das estratégias, conforme aponta Alonso (2017, p.376), “o espaço é tático e o lugar é estratégico”. Entendemos disso, que o termo lugar justamente por obedecer a uma ordem e deter o próprio (que é um local para organizar forças e atacar), se aproxima das práticas estratégias. E os espaços por serem lugares práticos permitiriam maiores táticas. Porém, destaco, que mesmo que exista ordem no lugar, o que transmite maior rigidez e não possibilidade de mudança, isto não ocorre de fato, pois, conforme Bernardo, Shimada e Ichikawa (2015), as práticas podem se moldar a espaços e a lugares e transformar os lugares em espaços. Numa interpretação mais ligada ao sujeito como um ser histórico que transforma lugares, Alonso (2017, p.376) irá dizer

que “as histórias que transformam lugares em espaços, organizando constantemente as relações mutáveis entre os dois”. Com isso, enfatizo que as práticas podem estar tanto nos lugares quanto nos espaços e ainda atua modificando-os constantemente.

Visto a importância do espaço, bem como da atuação do homem comum modificando esses locais, reitero a relevância das práticas, ou maneiras de fazer (ler, falar, caminhar) que são o meio pelo qual os usuários reapropriam o espaço organizado pelas práticas da produção sociocultural, e conseqüentemente eles também produzem por meio das suas práticas. Neste, sentido, encontro no pensamento de De Certeau (2012) que as práticas apresentam-se como táticas e estratégias. Ipiranga (2016) também fala que táticas e estratégias são lógicas de ação ou diferentes maneiras de fazer que constituem as práticas pelas quais os sujeitos reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção cultural

Considerado isto, entendo em De Certeau (2012) que as práticas são operações muito pequenas que existem em meio a órgãos estruturados e que podem provocar micro mudanças em seu funcionamento, pois são chamadas pelo autor de operações “quase microbianas” (p.41). O autor, ao considerar estas operações quase microbianas, cita as táticas e as estratégias, e demonstra ser importante diferenciá-las. Então, observo no trabalho de De Certeau (2012, p.87) que este se preocupa em explicar o que são táticas e o que são estratégias, como pode ser visto em suas palavras “é preciso, portanto, especificar esquemas de operações”. Assim, há a diferenciação entre estratégias e táticas, as estratégias consistem em tipos de operações “capazes de produzir, mapear e impor nos espaços” (DE CERTEAU, 2012, p.87), e as táticas como tipos de operações que somente podem “utilizar, manipular e alterar” (DE CERTEAU, 2012, p.87) espaços.

Então, para diferenciar estratégias e táticas, De Certeau (2012) traz a definição de ambas. A visão do autor sobre estratégia pode ser vista no trecho a seguir:

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc. [...] é possível reconhecer nessas “estratégias” um tipo específico de saber, aquele que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio (DE CERTEAU, 2012, p.93-94).

Entendo, em De Certeau (2012), estratégia como uma possibilidade de detentores do querer e poder de mensurar forças em direção a situações exteriores, em outras palavras é a possibilidade que países, governos, cidades, universidades, empresas, e até mesmo pessoas (em

um nível menor) tem de realizar planos em resposta a ameaças ou em direcionamento de ações a possíveis alvos. Por isso, é importante que sujeitos de querer e poder tenham o próprio que serve de base para as relações estabelecidas entre alvos ou ameaças. Este lugar permite a independência em relação às adversidades, pois há a possibilidade de reunião das vantagens conquistadas e planejamento de futuras melhorias, pois conta com a visão global, que permite antecipar-se graças ao domínio da vista do espaço.

O próprio estaria ligado à possibilidade de armazenar o conhecimento adquirido com o tempo, pois segundo Cabello Valenzuela e Palominos (2018) ao interpretarem De Certeau, é possível às estratégias agir sob a égide de propriedade ou apropriação o que garantiria o acúmulo de certas práticas e sua movimentação para utilização. E também permitiria a constituição de locais próprios que propiciariam o desenvolvimento dessas práticas. Estes seriam espaços de poder que se apoiam em locais teóricos de saber e em lugares físicos (onde acontecem as práticas).

Para Dey e Teasdale (2015, p. 489), as estratégias podem ser compreendidas como “quadros institucionalizados, scripts, ou padrões de ação que servem como manuais para comportamentos”. Ainda na visão dos autores, políticas e programas sociais podem ser considerados estratégias por se tratarem de meios que buscam determinar aspectos de subjetividades e produção social, que são impostos pelo poder dominante como adequados. Percebo então, que a estratégia detém certo controle daquilo que é estabelecido como bom ou confiável, ou como sugerido pelo autor, as estratégias prescrevem o que é adequado e desejado por instituições, e assim representam as vontades da ordem dominante.

Alonso (2017) irá dizer, que a estratégia representa o poder estruturado, em outras palavras a estratégia representa planos totalizantes de estruturas de poder e de grandes instituições. O autor ainda fala que a estratégia é possível quando um sujeito de querer e poder, pode ser isolado em um ambiente, ou seja, a estratégia só é possível quando um sujeito de querer e poder pode ser separado, para o autor a estratégia só é possível ao sujeito que detém o próprio.

Bernardo, Shimada e Ichikawa (2015), interpretando De Certeau destacam que o próprio é a vitória do lugar sobre o tempo, pois pelo próprio que representa uma espécie de demarcação espacial, como por exemplo, uma trincheira de guerra, de onde é possível avaliar e estabelecer próximas medidas em direção a alvos determinados. Entendo que se trata de uma vitória do lugar sobre o tempo, pois tendo um local para se pensar, planejar e guardar aquilo que foi pensado é provável que se tenha maiores chances de alcance de vantagens futuras. Neste sentido, os autores veem a estratégia como a ordem dominante, aquilo que é estabelecido de maneira formal, como os padrões de comportamento para que possa haver continuidade de uma

ordem social específica.

Visualizo, nos pensamentos de Dey e Teasdale (2015) e Alonso (2017), ao interpretarem De Certeau que estes consideram que as estratégias estão ligadas somente aos grandes, ou seja, aos poderosos. Em outras palavras, os autores, observam que há na estratégia a possibilidade de avaliação de forças por parte daqueles que detêm poder e ainda que podem se separar em um local (próprio). Neste sentido, para os autores as estratégias representam a avaliação das relações de força e geralmente são encontradas em instituições poderosas dotadas de pensamento político, econômico e científico. Porém, observo em outros autores que é possível ver estratégias também nos fracos, se estes detêm o próprio, no meu entendimento considerando o próprio no sentido do conhecimento, ou das pessoas possuírem certo poder.

Autores como Gouvêa, Cabana e Ichikawa (2018) consideram que tanto instituições quanto pessoas podem realizar estratégias, pois se as estratégias são possíveis por ter um lugar, este lugar pode ser ocupado por instituições e pessoas, este lugar pode vir de normas e regulamentos que devem ser considerados e obedecidos pelas pessoas, ou em outras palavras pelos fracos. E estes podem reagir ao que está estabelecido por meio de táticas, sendo que estas serão trabalhadas a seguir.

Ao começar a definir as táticas De Certeau (2012, p.87) nos fala que as táticas podem somente “utilizar, manipular e alterar” espaços, isto porque as táticas são ações desprovidas das mesmas condições que as estratégias. Neste sentido, De Certeau (2012, p.95) fala que tática é “a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio”. Noto, então, que a tática diferente da estratégia não conta com o próprio, que representa um local que possa guardar algo que possa lhe ajudar a se manter ou a planejar o futuro, ou seja, a tática não tem a vantagem que a estratégia possui de acumular seus conhecimentos e realizar planos para propor saídas.

Entendo, em De Certeau (2012), que devido à tática não ter o próprio, não há possibilidade de ter um projeto global e nem mensurar o espaço do adversário, assim ela atua no “golpe a golpe”, isto é, ela busca vencer no pouco a pouco. Ou seja, é como se aquele que realiza a tática estivesse num local que é de posse dos detentores do poder, sem poder ter acesso à visão total deste local, que por sua vez os detentores do espaço possuem, restando somente aos detentores da tática agir de acordo com o pouco que vai conhecendo daquele espaço.

Porém, mesmo em desvantagem em relação à estratégia, por não ter um próprio, é possível a tática conquistar vitórias, pois, conforme De Certeau (2012) evidencia, nas táticas existe perspicácia e elas conseguem estar em lugares inimagináveis, sendo capazes de visualizar e aproveitar brechas instantâneas que se formam nas estruturas, ou seja, podem estar em locais dos detentores do poder (que contam com o próprio), e podem agir dentro destes espaços de

forma instantânea quando do surgimento de brechas, em outras palavras aproveitando-se de oportunidades que surgem instantaneamente, como exposto no trecho “Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém está. É astúcia” (DE CERTEAU, 2012, p.95).

Desta forma, entendo que a tática joga de maneira criativa e astuciosa, ao agir em movimentos que dependem do aproveitamento de momentos oportunos, muitas vezes, em locais estratégicos. Assim sendo, compreendo que a tática é então dirigida pelas “intempéries e sua determinação ocorre pela ausência de poder” (DE CERTEAU, 2012, p.95). Entendo que mesmo não tendo o próprio, a tática consegue estar em diversos lugares e aproveita de brechas que existem na presença de quem tem lugar. Por isso que De Certeau (2012) fala que a tática é a arte do fraco, já que ela opera sem lugar próprio, atua com inteligência prática, no “corpo a corpo”. Assim a tática traz consigo a inteligência do fraco que age em momentos oportunos que surgem diante dos meios de poder cada vez mais sufocantes e disciplinadores.

Em De Certeau (2012), observo que as táticas se tratam de ações variadas que ocorrem em diferentes situações, elas estão insinuadas e escondidas, são utilizadas como regras, mas sem ideologias ou instituições delas próprias. Entendo, conforme já evidenciado anteriormente, que as táticas são ações que acontecem frequentemente no cotidiano, elas são práticas que estão presentes nos mais diferentes espaços do dia a dia das pessoas. Também compreendo que, muitas vezes, as táticas ocorrem em contextos desfavoráveis, o que conseqüentemente faz com que ocorram de forma insinuada e aproveitando-se de momentos oportunos.

Neste sentido, Ipiranga (2017) diz que a tática pode estar insinuada de forma silenciosa e sutil em diversos espaços, por vezes, jogando com o tempo e com acontecimentos de forma a aproveitá-los e transformá-los em ocasiões. Vejo, então, que pela possibilidade de reação rápida quando do surgimento de brechas nas estruturas, a tática se revela como uma forma inventiva de criar soluções diferentes das estabelecidas, por isso a tática é vista como a arte de manobrar, e o meio pelo qual o fraco consegue de maneira pequena tirar proveito de forças que lhe são desconhecidas.

Ipiranga (2016, p.4) aponta que as táticas atuam em continuidades e permanências, e não contando com o próprio que é a vitória do lugar sobre o tempo, a tática depende, então, do tempo e joga o tempo todo “com os acontecimentos para aproveitá-los e transformá-los em ocasiões, possibilitando que o fraco tire partido de forças que lhe são estranhas”. Compreendo as táticas como possibilidades criativas de reação a situações desfavoráveis, em que o fraco pode reagir mesmo de maneira pequena reagindo às imposições dos mais fortes.

Cabello Valenzuela e Palominos (2018) entendem a tática como uma forma do fraco sair vitorioso ou pelo menos sobreviver diante de situações de assédio em ocasiões diárias de dominação. A tática reage a transformações flexíveis onde a estrutura falha. Por mais que De Certeau fale que se trata de um cálculo, os autores entendem que não é orientado por desenhos racionalizados e sistemáticos de ação. Não é articulado na fala, é somente decisão e ação. É o recurso do que nada tem a não ser o seu próprio fazer, em resumo, a tática é uma arte do fraco.

De forma semelhante a Cabello Valenzuela e Palominos (2018), Ferraço, Soares e Alves (2017) irão dizer que as táticas correspondem a “maneiras de fazer” que produzem vitórias do fraco sobre o forte, são pequenos sucessos que provocam euforias. Em outras palavras as táticas são modalidades de ação que se utilizam de referências de um lugar próprio, ou seja, agem num espaço controlado pelas operações estratégicas, mas não tendo o mesmo nível de poder. Mesmo assim, as táticas podem desorganizar e reorganizar espaços, que passam a ser praticados e com isso as normas e regras dos lugares próprios podem ser subvertidas pelas práticas.

Dey e Teasdale (2015) também acreditam que as táticas estão ligadas às possibilidades inventivas que existem dentro dos meios estratégicos, isto quer dizer que as táticas atuam nos pontos cegos das estratégias. Em outras palavras as táticas correspondem a truques astuciosos e práticas espaço-temporais que as pessoas realizam para prosseguir em suas trajetórias individuais. E pela possibilidade de estarem em diversos locais e aproveitando-se de momentos oportunos é que, as táticas expressam a criatividade cotidiana, pois nestes momentos que flui a inventividade.

Diante da potencialidade da teoria de De Certeau ao enaltecer as operações entre os homens comuns e como estes de maneira criativa e astuciosa agem por meio de práticas e assim transformam espaços constantemente realizando por vezes estratégias e táticas, num transgredir silencioso e sutil, que é de um todo primordial ao relacionamento e vida social, passo agora a buscar entender outro autor que também observa nas práticas elementos essenciais à vida em sociedade.

## 2.2 PRÁTICAS ORGANIZATIVAS

Neste item, apresento, a visão de práticas de Theodore Schatzki, buscando entender o que seriam práticas organizativas.

Em Schatzki (2001), observo, que diversas disciplinas têm se dedicado ao estudo da prática, entre elas a filosofia, a teoria cultural, a história, a sociologia, a antropologia, a ciência

e estudos de tecnologia. O autor também mostra que a partir das referências de práticas dessas disciplinas surgiram esforços para levar essas disciplinas “além dos dualismos e modos de pensar problemáticos atuais” (SCHATZKI, 2001, p.10). E, ao conduzir as disciplinas para diferentes direções, os estudiosos das práticas trouxeram importantes contribuições para o entendimento contemporâneo de questões envolvendo: “a natureza da subjetividade, incorporação, racionalidade, significado e normatividade; o caráter da linguagem, ciência e poder; e a organização, reprodução e transformação da vida social” (SCHATZKI, 2001, p.10).

Borges *et al.* (2016, p.5) indicam que as contribuições trazidas por estes estudos das práticas enquadram-se teoricamente em contraposição à diversas visões de pensamento, como: “o intelectualismo, o representacionismo, os diferentes tipos de individualismo, o estruturalismo, o funcionalismo estrutural, a teoria de sistemas, a semiótica, e algumas variações do humanismo e do pós-estruturalismo”. Em outras palavras, houve avanços nos modos de investigação e descrição dos fenômenos em oposição a alguns modos de investigação, como os citados anteriormente.

Este cenário de avanços nas discussões das práticas, ocorreu, segundo Paiva, Alcântara, Cruz e Andrade (2018), principalmente pelo movimento que ficou conhecido como “virada da prática” (*practice turn*) que aconteceu na segunda metade do século XX. Sobre este movimento ocorrido na teoria social, Borges *et al.* (2016) falam que teve como fundamentação os trabalhos de diversos filósofos e sociólogos como Heidegger, Wittgenstein, Foucault, De Certeau, Giddens, Bourdieu, Garfinkel, Fairclough. Realço que o movimento teve como objetivo a negação ou superação das formas dualistas clássicas da teoria social tradicional, e a partir de então, a análise da prática passou a ser cada vez mais discutida.

Diante disso, conforme Santos e Silveira (2015), vejo que a virada da prática contribuiu para que as discussões sobre práticas conquistassem maior espaço nos Estudos Organizacionais, ao ajudar na compreensão de como funciona a vida organizacional, e também auxiliando este amplo campo de pesquisa na busca por levantar respostas para velhos problemas filosóficos sobre o conhecimento e natureza da realidade, além de questões teórico históricas nas ciências sociais, a respeito das dicotomias: agência-estrutura, corpo-mente, natural-social. Abro um parêntese, para explicar que o foco aqui, não é tratar dessas discussões, mas sabemos que de alguma forma estes assuntos se relacionam às práticas que é o assunto a que me dedico.

Evidencio, nas palavras de Oliveira (2016), que para os Estudos Organizacionais, a virada prática também significou a formação de um campo de estudos polifônico para a área de Administração, na busca por compreender como as organizações acontecem. Porém, a autora nos fala que este campo de estudos não é unificado, pois o conceito e proposição metodológica

de compreensão da prática divergem bastante em termos epistemológicos e de desenvolvimento de pesquisas de campo.

Borges *et al.* (2016), apontam que diante da multiplicidade de aspectos ligados à teoria das práticas, não é admirável que não haja uma abordagem unificada sobre o tema. Diante disso, muitos teóricos veem as práticas como um conjunto de atividades, habilidades; alguns visualizam as práticas como atividades ligadas ao ser humano; e outros, em estudos de ciência e tecnologia, também associam as práticas a elementos não humanos. Apesar das diferentes concepções de práticas, há similaridades no pensamento de que muitos fenômenos ocorrem dentro de um contexto de práticas. Neste sentido, entendemos que fenômenos, como: “o conhecimento, os sentidos, as atividades humanas, a ciência, o poder, a linguagem, instituições sociais e transformações históricas” (BORGES *et al.*, 2016, p.6) acontecem ligados às práticas.

Deste modo, noto que diante da diversidade de aspectos das práticas, existe nos Estudos Organizacionais um debate sobre os Estudos Baseados em Práticas (EBP), e, segundo Oliveira *et al.* (2016), em especial na Administração, há diversas linhas de pensamentos que produzem discursos sobre o assunto das práticas, cujos estudos se apropriam de diferentes visões de trabalhos advindos de diferentes áreas das teorias sociais.

Rufino *et al.* (2017) falam que há no âmbito da prática, um elevado número de estudos teóricos, mas poucos são os trabalhos de pesquisadores que se propõem a investigar o que as pessoas de fato fazem no cotidiano organizacional, ainda assim, no contexto da Administração o conceito de prática é bastante utilizado em investigações, conforme destacado pelos autores no trecho a seguir:

É possível encontrar trabalhos que se utilizam da noção de prática no contexto da Administração. Muitas são as investigações que abordam a noção de prática. Algumas articulações com as temáticas da aprendizagem organizacional (AZEVEDO, 2013; RODRIGUES; AZEVEDO, 2013), estratégia e sua construção no cotidiano (AVILA *et al.*, 2013; MACIEL; AUGUSTO, 2013), bem como a teoria ator-rede e o conceito de simetria (TURETA; ALCADIPANI, 2009), podem ser citadas como exemplos de estudos alicerçados na prática que vêm sendo desenvolvidos no Brasil (RUFINO *et al.*, 2017, p.59).

Oliveira (2016) ainda fala, que ao considerar os EBP como uma epistemologia e ontologia, a teoria das práticas busca apreender como as práticas dos sujeitos reproduzem e/ou modificam a vida social, sendo que o foco de análise das organizações é deslocado dos sujeitos e das estruturas para as práticas. Neste sentido, o argumento ontológico principal da prática é que as práticas/ações são imprescindíveis para a produção da realidade social, ou seja, este é o ponto principal da agenda deste tipo de pesquisa. Percebo, então, que a constituição deste

campo de estudos na área de Administração tem sido construída fundamentada nas contribuições teóricas provenientes de pesquisadores das áreas das ciências sociais e humanas, como por exemplo, Theodore Schatzki, da Filosofia.

Deste modo, vejo, em Santos e Silveira (2015), que Schatzki tem contribuído para as discussões de como as práticas constituem as organizações, sendo considerado pelos autores, um dos principais autores que tem influenciado a análise das práticas organizacionais, por trazer uma ontologia das práticas diferente das ontologias encontradas nas teorias anteriores. Entendo, conforme os autores, que Schatzki difere das ontologias individualistas de Max Weber, Herbert Simon e Societistas do holismo a lá Marcel Mauss, sociologia de Durkheim, Levi-Strauss, que consideram a separação entre as pessoas e o mundo justamente, mesmo que por vezes somos reconectados a ele por meio das atividades que fazemos. Para os autores é nesta questão, que se encontra a diferença, pois Schatzki considera justamente esta conexão como fundamental do ser. Sendo assim, evidencio, conforme Santos e Silveira (2015) que “nós estamos já e sempre envolvidos em práticas cotidianas como falar, caminhar, comer, ensinar, organizar, administrar, pesquisar” (SANTOS; SILVEIRA, 2015, p.81).

Deste modo, considero Santos e Silveira (2015), que ao interpretarem Schatzki, veem na concepção ontológica das práticas do autor, ou na ontologia das práticas sociais, o convite à visualização da dinâmica das práticas na análise da sociedade ao invés de se olhar somente para sujeitos ou para o todo. Em outras palavras, os autores, ao estudarem Schatzki, veem no autor a preocupação em valorizar as práticas como um dos elementos centrais constituintes do social.

Deste modo, vejo em Schatzki (2017) a preocupação em direcionar relevância às práticas, mas também vejo que ao conferir importância às práticas, não diminuiu a importância das pessoas, ao contrário, o autor visualiza estes dois aspectos como partes importantes para construção da realidade, ou seja, práticas e sujeitos juntos promovem os mais diversos aspectos da existência. Considero, assim como o autor, que práticas e sujeitos são mutuamente dependentes, já que, ambos juntos possibilitam a construção da vida social.

Neste sentido, Santos e Silveira (2015) me fazem entender que Schatzki observa que as práticas encontram-se inseridas num contexto maior que são as ontologias contextuais (*site ontologies*), em outras palavras para entender a dinâmica social deve-se considerar a existência de diversos contextos que estão imbricados uns aos outros. Entendo, então que as ontologias contextuais pressupõem que a vida social ocorre sempre de um dado contexto (ou *site*) que é essencial para observar e explicar os fenômenos sociais.

Além disso, é possível analisar que na vida social uma entidade e/ou evento está entrelaçado no contexto, de mesmo modo que a natureza e a identidade do contexto estão

entrelaçados nas entidades e ou nos eventos. Em outras palavras compreender a vida social por meio de contextos sociais consiste em examinar como as pessoas vivem, se relacionam e coexistem, além de também considerar que as pessoas e as coisas de uma forma ou de outra estão conectadas umas às outras (SANTOS; SILVEIRA, 2015)

Entendo, conforme Santos e Silveira (2015), que o contexto que Schatzki se refere é um lugar social, onde a coexistência humana acontece. O contexto é formado por uma malha de nexos de práticas e de arranjos materiais. Essa malha que compõe toda a ordem que configura a vida social, é onde elementos humanos e/ou não humanos agem, interagem e respondem uns aos outros e recebem significação e identidade. Desta forma, as ontologias contextuais consideram a conexão entre o ser e o mundo, pois o ser está desde sempre envolvido em práticas cotidianas que fazem parte e são o próprio contexto. Assim, entendo que diariamente as pessoas encontram-se dentro de contextos e/ou situações que envolvem práticas e elementos não humanos.

Deste modo, visualizo em Schatzki (2005), que os elementos que compõem um contexto (os nexos de práticas, e arranjos materiais) encontram-se imbricados. Percebo também que há diversidade dos nexos de práticas nas relações das pessoas, ou seja, há muitas práticas na vida social. Desta forma, enfatizo a importância dos elementos humanos e não humanos na produção da vida social, e também das práticas, pois, conforme Oliveira *et al.* (2016), para que a vida social se constitua é preciso que as práticas se articulem, em outras palavras, para produção do social é necessário que ocorra os nexos de prática e arranjos materiais.

Ao enfatizar a relevância das práticas, considero, conforme Rufino *et al.* (2017), que as práticas são importantes para transmissão de conhecimentos, pois em locais onde há forte presença de práticas, há interação entre as pessoas e são transmitidas práticas aprendidas no dia a dia de forma que possa haver organização social. Neste sentido as práticas aprendidas são compartilhadas contribuindo para criação e continuidade de diversas organizações. Os autores também me fazem refletir, que há nas práticas a presença de sentimentos e sensações, além de questões que podem ou não serem ditas, ou ainda, que pode ser falado somente o necessário, e por fim, as práticas também podem estar carregadas de significados que são protegidos por regras sociais. Diante disso, entendemos que as práticas podem exprimir o que as pessoas são e idealizam.

Desta forma, podemos notar a relevância das práticas na vida das pessoas, e conforme Júlio e Tureta (2017) afirmam, as práticas sociais podem ser entendidas como o principal fator constitutivo da vida social, podendo ser o ponto inicial de qualquer investigação ou entendimento das relações humanas. Além disso, os autores ao interpretarem Schatzki,

observaram que o autor considera as práticas além da simples descrição da ação do ser humano, colocando-as como um conjunto de ações corporais de fazeres e dizeres. Ainda em relação às práticas, não há fronteiras bem delimitadas que as separem, também por estarem em constante mudança, porque são abertas e dinâmicas.

Júlio e Tureta (2017) também dizem que Schatzki foi responsável por desenvolver um pensamento específico da ação humana, ao afirmar que as pessoas fazem aquilo que faz sentido para elas, o que é chamado de inteligibilidade da ação e, é deste conceito que deriva seu conceito de inteligibilidade das práticas. A inteligibilidade é o que proporciona sentido e significado à maneira de agir dos praticantes e da própria prática. A inteligibilidade seria o que orienta a atividade humana, pois as pessoas fazem o que tem sentido, ou finalidade para eles.

Moura e Diniz (2016) falam, que a inteligibilidade prática é a maneira pela qual um sujeito incorpora determinada prática, em outras palavras é a forma com que o ser lida com tudo aquilo que está ao redor. Assim, a inteligibilidade prática é vista como aquilo que governa as ações das pessoas. Santos e Silveira (2015) falam que a possibilidade de governar as ações se deve ao fato dela poder especificar o que uma pessoa deveria ou poderia fazer na sequência, ou seja, ela fornece os próximos passos dentro do processo de determinada atividade humana, neste sentido, para os autores as diversas ações das pessoas se interligam ou se organizam por meio da inteligibilidade prática que significa aquilo que “faz sentido para as pessoas fazerem em um determinado contexto espaço-temporal” (SANTOS; SILVEIRA, 2015, p.86).

Assim, a inteligibilidade prática contribui para o engajamento e a organização das ações e que dão sentido às atividades. Desta maneira, segundo Santos e Silveira (2015), para melhor entendimento da incorporação da inteligibilidade é necessário compreender, partindo de Schatzki, as regras e as estruturas teleoafetivas que em um primeiro momento determinam a inteligibilidade e posteriormente, os entendimentos. Veremos cada um desses elementos, antes, porém, considero importante, expressar o que entendo por práticas.

As práticas são atividades que formam contextos juntamente com arranjos materiais, conforme explicado anteriormente, e de forma mais direta, Schatzki (2001, p.471), define o conceito de práticas como “atividades humanas organizadas” ou nexos organizados de atividade. O autor entende que as práticas são realizadas por pessoas e que de alguma forma elas são organizadas, como pode ser visto no trecho a seguir:

Por práticas, quero dizer atividades humanas organizadas. Exemplos são práticas políticas, práticas culinárias, práticas educativas, práticas de gestão, práticas de chão de fábrica e práticas de design. Qualquer prática é uma variedade espaço-temporal organizada e aberta de ações (SCHATZKI, 2005, p. 471).

Ao citar os exemplos de práticas (políticas, culinárias...) Schatzki (2005) evidencia que cada um dos exemplos de práticas, estão como uma rede organizada de atividade tendo como elementos gerais: atividades e a organização (ou estrutura). Então, uma prática é um conjunto de ações. O autor explica esse conjunto de ações, por meio do exemplo das práticas agrícolas que incluem ações como: “construir cercas, colher grãos, pastorear ovelhas, julgar o tempo, e pagar por suprimentos” (SCHATZKI, 2005, p.56). A estrutura é o que organiza uma prática e que teriam os elementos que serão trabalhados mais a frente, sendo eles: entendimentos, regras, e estruturas teleoafetivas.

Outra consideração feita por Schatzki (2001, p.56) é que as ações que compõem uma prática “são feitos corporais e ditos ou ações”, ao considerar esta afirmação podemos notar que em “feitos” e “ditos” há muitos aspectos a serem considerados. Pois o que é feito e dito pelas pessoas pode estar carregado de diversas influências do social e individual ao mesmo tempo, evidenciando a complexidade existente. Porém, de forma geral entendemos ações e ditos corporais, como atos que as pessoas realizam diretamente em seu corpo, são ações básicas como martelar, entregar dinheiro, correr, observar, olhar, falar algo e escrever. O autor ainda sugere que entre as ações que compõem uma prática existem conexões causais que são organizadas pela mente, ou seja, as práticas são organizadas pela mente.

Santos e Silveira (2015) irão dizer que a organização das práticas poderia ser considerada como um conjunto normativo de estados mentais, onde entendimentos, regras e estruturas teleoafetivas são incorporados nas mentes das pessoas que praticam, ocorrendo assim por meio dos estados mentais. Sobre esses três elementos que organizam as atividades que compõem uma prática (entendimentos, regras e estrutura teleoafetiva) Júlio e Tureta (2017) falam que eles são responsáveis por fazer com que determinadas ações de fazer e dizer possam estar reunidas em uma mesma atividade humana, isto é, em torno da mesma prática social.

Schatzki (2005) aponta que esses elementos explicam que por uma série de elementos as práticas vão sendo organizadas. Sendo que: os entendimentos se referem a como realizar/fazer algo; as regras são enunciados explícitos que prescrevem, obrigam e instruem para que algo seja feito, ou dito; a estrutura teleoafetiva diz respeito ao uso de coisas ou até mesmo emoções aceitáveis ou prescritas para aqueles que fazem parte da prática.

Entendo, conforme Schatzki (2001) que os entendimentos são habilidades pertencentes às práticas. Entendimentos e práticas estão ligados pela referência cruzada e conhecimento de como fazer algo, sendo que isto ocorre de forma interdependente e expressa o desempenho, identificação, instigação e resposta. Sobre as ações que compõem as práticas agrícolas o autor aponta que se ligam “por habilidades expressas para realizar, identificar, solicitar e responder a

atos de pastoreio de ovelhas, a julgar o tempo, coleta de feno, instalação de irrigação, construção de cercas, compra de suprimentos e afins” (SCHATZKI, 2001, p.59).

Oliveira *et al.* (2016) indicam que os entendimentos se referem a compreensão das ações que constituem as práticas, ou seja, para realizar uma prática é necessário ter conhecimento de como fazer com base na negociação e execução, pois as práticas produzem conhecimentos que servem de base para execução de outras práticas, e é por causa disso que formam malhas. Neste sentido os conhecimentos também carregam uma dimensão política em parte pela dinâmica de negociação, o que evidencia relações de poder. De forma simplificada, os autores, veem os entendimentos como aquilo que constitui o “como fazer” de determinada prática.

Numa interpretação semelhante, Santos e Silveira (2015, p.84), consideram que os entendimentos se referem ao “saber fazer”. Em outras palavras os entendimentos estão relacionados à habilidade ou competência para saber como se pode (ou se deve) fazer (ou dizer algo). Para Santos e Silveira (2015, p.84) também se liga à capacidade de “saber como” compreender as ações dos outros e “saber como” estimular outros a terem determinadas ações ou saber como responder a ações de determinados contextos das práticas. Assim, os entendimentos são partes das práticas e não podem ser vistos como propriedades, mas sim como algo que é “estabelecido, adquirido, sustentado e transformado por meio das ações que compõem as práticas” (SANTOS; SILVEIRA, 2015, p.84) e deste modo os entendimentos não podem ser deslocados das práticas.

Para Schatzki (2005, p.471) as regras são “formulações explícitas que prescrevem, exigem ou instruem” para que algo “seja feito, dito”, em outras palavras as regras são formulações criadas para causar ações específicas ou regular as atividades. Nas palavras de Schatzki (2005, p.59) exemplos de regras são: “estatutos, regras práticas e procedimentos normativos explícitos”. Deste modo, o que os sujeitos fazem, na maioria das vezes, é conforme as formulações de que estão cientes, pois as regras passam a fazer sentido para as pessoas e estas compreendem a regra, ou até mesmo desejam burlar essa regra. Dessa forma, as ações que compõem uma prática estão ligadas por regras que as pessoas seguem, e também pela compreensão dessas regras.

Oliveira *et al.* (2016) apontam que regras são enunciados que orientam as ações dos sujeitos. Além de serem códigos com poder coercitivo, as regras indicam o que fazer nas práticas. Isto quer dizer que as regras regulam o que as pessoas devem ou não fazer, as regras, então, se configuram como um elemento que proporciona regularidades das ações dos sujeitos, pois especifica exatamente o que fazer em determinada prática.

Já a respeito das estruturas teleoafetivas, Schatzki (2005) diz que é uma mistura de teleologia e afetividade. Em linhas gerais a teleologia é concebida como orientações para fins, já a afetividade é como as coisas importam. Entendo, conforme o autor que uma pessoa realiza determinada prática quando isso faz sentido para ela, isto é, uma pessoa realiza determinada prática a depender do assunto no qual está preparada para agir ou como continuar em alcançar e dominar esses assuntos e como tudo o que está envolvido importa para ela. Dessa forma, aquilo que ela faz para alcançar os fins (projetos, tarefas e outros) acontece de acordo com “suas crenças, esperanças, expectativas, emoções e humores” (SCHATZKI, 2005, p.60).

Oliveira *et al.* (2016) apontam que a estrutura teleoafetiva das práticas remete ao porque fazer determinada prática, sendo ligada ao que os sujeitos concordam fazer e são formadas pelos afetos, emoções, e aquilo que faz sentido no conjunto de ações realizadas. Essa estrutura se refere às “combinações dos elementos que subjetivam os sujeitos sociais no engajamento prático como social, e não necessariamente está ligada a intencionalidade da ação”.

Ao ver em Schatzki (2001) a prática como um conjunto de ações e ditos organizados por um conjunto de entendimentos, um conjunto de regras e uma estrutura teleoafetiva, entendo que não só esses elementos as organizam, mas também podem mudar com o tempo em resposta a contingências. Neste sentido, compreendo que pelas práticas expressarem entendimentos, regras, fins, projetos, crenças e emoções é que os comportamentos formam uma variedade organizada. Assim, os fenômenos organizadores se dão em condições mentais, em outras palavras é por meio da mente que as práticas são organizadas.

Entendo as práticas em Schatzki (2001) como ações realizadas pelos sujeitos que são organizadas por uma estrutura que está subentendida na mente das pessoas, ou seja, as práticas organizativas se organizam de acordo com: o que as pessoas entendem o que está ao seu redor, inclusive regras e como interpretam estas, além disso, a organização das práticas também envolve o que as pessoas estão dispostas a fazer considerando seus afetos e emoções.

Vejo que Schatzki (2001) se aproxima de De Certeau ao destacar as práticas como ações que acontecem o tempo todo e que estão em todos os lugares. Desta forma existem práticas, nas casas, nas ruas, nos comércios, nas escolas, em pequenas e grandes empresas, ou seja, nas mais diversas organizações. Também subentendo que ambos os autores buscam evidenciar a complexidade que envolve as práticas, sendo que Schatzki destaca como as práticas se constituem de forma organizada em linhas gerais por aquilo que é compreendido pelas pessoas por meio de regras e também por meio daquilo que as pessoas sentem e valorizam. Já De Certeau eleva o potencial criativo das práticas que possibilita que as pessoas possam realizar ou criar situações diferentes das estabelecidas pelas regras.

### 2.3 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Neste item passo a tratar da divisão sexual do trabalho que pode ajudar no entendimento das diferenciações de tarefas a serem desempenhadas por homens e por mulheres e que culminam na perpetuação de desigualdades sofridas por mulheres. Embora essa seja uma discussão a partir de uma visão marxista – o que não é, definitivamente, o olhar deste trabalho – é importante contextualizar essa discussão, por ser clássica e historicamente fundamental para entendermos as relações de gênero em nossa sociedade.

Desta forma, a divisão sexual do trabalho não se trata de uma simples separação de tarefas, mas remete a construções de relações desiguais de trabalho, onde as mulheres são as principais prejudicadas. No intuito de vislumbrar aspectos relacionados a estas desigualdades, apresento a visão de Carole Pateman (1993), em *O contrato sexual*. Mesmo que a obra desta autora não esteja no paradigma pós-estruturalista, onde se localiza esta dissertação, ela se faz importante por se tratar de um clássico que discute como o patriarcado foi submetendo as mulheres à subserviência e ao domínio masculino.

Depois de realizar a discussão em torno de Carole Pateman, também passo a discutir as opressões femininas em relação à divisão sexual do trabalho, a partir do conceito de divisão sexual do trabalho de Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), que buscam questionar as diversas desigualdades vivenciadas pelas mulheres, além de mostrar novas configurações da divisão sexual do trabalho também como possibilidades de questionamentos.

Em sua obra *O contrato Sexual*, Carole Pateman retoma a base do pensamento político ocidental que tinha no contrato social um meio pelo qual os sujeitos podiam exercer sua liberdade. A autora faz uma releitura crítica apontando para a não consideração de outro contrato que existia, o contrato sexual. O contrato social refletia os ideais de liberdade do patriarcado liberalista, onde cada sujeito por meio de um contrato perde parte de sua liberdade para o Estado, para exercer sua liberdade civil na esfera pública. Assim, o contrato social representava um primeiro passo para a garantia de direitos naturais do ser humano (a liberdade e todo o necessário à sobrevivência do corpo), e previa “condições de igualdade em direitos, plena liberdade e livre vontade para sua validade” (COUTO; FONSECA; CARRIERI, 2018, p.190).

Porém, essa liberdade não era prevista para as mulheres, pois estas não eram consideradas sujeitos, então, não poderiam participar dos contratos, e conseqüentemente não

tinham acesso as esferas públicas. Conforme já destacado, os homens poderiam participar dos contratos e assim transformar sua liberdade natural na segurança da liberdade civil, e, portanto, teriam sua participação na esfera pública, já as mulheres como não tinham a liberdade natural, também não alcançariam a liberdade civil. Pateman (1993) acentua que os contratualistas, exceto Hobbes, defendiam que os homens nasciam com habilidades naturais para serem indivíduos, e chegaram a afirmar “mulheres naturalmente não têm os atributos e as capacidades dos ‘indivíduos’” (PATEMAN, 1993, p.21), o que aponta para a condição de sujeito da mulher ao estar sujeitada ao homem. Ademais, esta frase expressa o pensamento patriarcal dos teóricos do contrato que viam a mulher como uma propriedade, um objeto, ou seja, alguém que era negado o *status* de ser humano (COUTO; FONSECA; CARRIERI, 2018).

Ao seguir este pensamento, de que a mulher não tinha liberdade para fazer contratos, como explicar sua participação no contrato do casamento? Couto, Fonseca e Carrieri (2018) indicam que a mulher participava de forma passiva no contrato, pois, havia na teoria do contrato o pressuposto de paridade na afirmação de contratos (somente afirmava contratos quem tinha liberdade civil) e a mulher era condicionada à vida privada, ou seja, não exercia liberdades civis na mesma medida que o homem, então, a única maneira da mulher poder participar de um contrato era de forma passiva como um objeto de contrato, uma propriedade. Portanto, ao ser tida como uma propriedade, a mulher estava subordinada ao homem, estando disponível para realização das atividades domésticas e sexuais (PATEMAN, 1993).

Por isso que Pateman (1993) acusa a existência do contrato sexual a partir do contrato social, pois na formulação deste último, estava subentendido que os homens poderiam governar as mulheres, ou seja, nos fundamentos do contrato social já havia a dominação dos homens sobre as mulheres, além de também ser evidente que os homens tinham o direito de acesso sexual regular às mulheres. O contrato social continha a ideia de que homens são livres e mulheres são dominadas, assim ele criou ambas, a liberdade e a dominação. Em outras palavras, o contrato social cria a liberdade dos homens e a sujeição das mulheres, na medida que é criado a partir do contrato o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres.

Com isso, o contrato social é sexual e social ao mesmo tempo, no sentido sexual é patriarcal porque o contrato social cria o direito político dos homens em relação às mulheres; também é sexual porque estabelece acesso frequente dos homens aos corpos das mulheres. Portanto, na afirmação do contrato social também é afirmado o contrato sexual, e isto contribuiu para observar que o direito político se estabeleceu como patriarcal, ou seja, o direito político se instituiu enquanto direito patriarcal ou instância sexual, em que homens exercem poder sobre as mulheres (PATEMAN, 1993).

Em outras palavras pelo contrato social ocorreu o contrato sexual que estabeleceu como direito ao homem ter a subordinação da mulher, por isso, foi sendo estabelecido um patriarcalismo moderno, onde homens exercem poder sobre as mulheres, sobre isto Pateman (1993) afirma:

A história do contrato sexual também trata da gênese do direito político e explica por que o exercício desse direito é legitimado, porém, essa história trata o direito político enquanto direito patriarcal ou instância do sexual – o poder que os homens exercem sobre as mulheres. A metade perdida da história conta como uma forma caracteristicamente moderna de patriarcado se estabelece. A nova sociedade civil criada através do contrato original é uma ordem social patriarcal (PATEMAN, 1993, p. 15-16).

Couto, Fonseca e Carrieri (2018) argumentam que o direito patriarcal ou instância sexual se refere à ideia que foi promulgada pelo contrato social e que foi absorvida na gênese do direito político. Afirmam os autores que o direito político foi fundado não baseado no poder patriarcal que tinha o pai como o chefe, mas no direito sexual ou conjugal, contido no contrato sexual. Por isso que o poder que se tem nesta relação não viria do poder patriarcal, mas de estratégias de sujeição que garantem o status de homens legitimado pela associação com outros homens. E assim, o contrato social criou um patriarcado fraternal moderno, em que as mulheres são subordinadas aos homens enquanto homens.

Neste sentido, a grande crítica de Pateman (1993) em *O Contrato Sexual* está na visão liberalista patriarcal do contrato social que propunha liberdade a todos, mas conforme evidenciei anteriormente não ocorria com as mulheres, que ao invés de gozarem da liberdade eram subordinadas aos homens, ficando privadas de realizarem as mesmas atividades que eles, ficando submetidas à esfera privada realizando atividades que eram consideradas insignificantes. Neste sentido, apesar de muitas mudanças terem ocorrido, com o alcance pelas mulheres de direitos, como o voto, trabalhar fora, e outros, ainda muitas atividades são atribuídas às mulheres com base na divisão que se fazia pelo contrato sexual.

O que quero dizer é que ainda existe o pensamento construído de que mulheres pertencem naturalmente à esfera privada, pois biologicamente estariam atreladas às atividades ligadas à natureza ou à emoção, a exemplo: o cuidado dos filhos, do marido e da casa. Já os homens estariam na esfera pública, por terem um pensamento mais objetivo apto para realizar contratos, negócios (PATEMAN, 1993). Ou seja, mesmo com inúmeras mudanças, homens e mulheres ainda têm suas funções atreladas à biologia, mas que na verdade se trata de construções sociais, históricas e culturais. E no que se refere à mulher, mesmo com sua entrada no mercado de trabalho (entendido aqui como a possibilidade de participação na esfera pública),

ela ainda é considerada responsável por atividades construídas como atividades femininas (por estarem historicamente ligadas a esfera privada) (TEIXEIRA, 2015).

A divisão que se fez entre espaço público e privado ou também chamado de esfera da produção e da reprodução, olhando sob um aspecto econômico, também contribuiu para a continuidade ao modo de produção vigente, e para a divisão sexual do trabalho onde mulheres são designadas ao trabalho de reprodução nos ambientes domésticos, trabalho este pouco valorizado e, muitas vezes, não remunerado; e os homens são designados ao trabalho realizado na produção (na esfera pública) e remunerado. Com isso, conforme já evidenciei repetidamente todo um conjunto de fatores levaram a determinação de um lugar social menos prestigiado, para as mulheres, onde, por vezes, são consideradas coadjuvantes e/ou dependentes financeiramente (PARIZOTTO, 2019).

Por isso que as divisões baseadas no público e privado obscureceram por muito tempo relações assimétricas e de poder entre os sexos. Pois, não muito diferente dos tempos atuais, as atividades domésticas tinham base em vínculos de casamento, ou parentais, isto é, ao casar, às mulheres era reservado o amor e cuidado dispensados à família e o homem trazia a provisão financeira. Deste modo, muitas opressões entre os sexos, em especial sofridas pelas mulheres ficaram encobertas na cumplicidade familiar (SOUSA; GUEDES, 2016). Pontuo, que ainda nos tempos atuais muitas mulheres ainda sofrem de diversas maneiras na esfera doméstica, e mesmo com sua participação na esfera pública, ainda assim não vivem em condições de igualdade com os homens, pois conforme Couto, Fonseca e Carrieri (2018, p.190) diariamente “tentam violar e explorar a vida, a força de trabalho, o corpo, a sexualidade, a liberdade ou a autonomia das mulheres”.

Com isso, afirmo que as mulheres enfrentam opressão no ambiente de trabalho e no ambiente do lar. No contexto do trabalho profissional as mulheres enfrentam inúmeras dificuldades, a citar algumas: a segregação horizontal e vertical, em que as mulheres não podem acessar as mesmas profissões que os homens e estão restritas a um número restrito de atividades; as mulheres têm salários inferiores aos dos homens; maior absorção de mulheres no trabalho informal; e o desemprego feminino é maior do que o masculino (em países industrializados) (HIRATA, 2018). No âmbito doméstico, as mulheres ainda estão sujeitas à violência sexual, estupro, assédio e exploração sexual (COUTO; FONSECA; CARRIERI, 2018). Além disso, há de se considerar que as mulheres que realizam boa parte dos afazeres domésticos. Dados do suplemento Outras Formas de Trabalho da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, divulgado pelo IBGE, constataram que em 2018, as mulheres dedicaram em média 21,3 horas por semana com atividades domésticas e cuidado de pessoas,

quase o dobro que os homens que dedicaram em média 10,9 horas com as mesmas atividades (IBGE, 2020).

Neste sentido, mesmo com a participação da mulher no mercado de trabalho alcançando a atribuição de provedora, título que por muito tempo pertenceu ao homem, a mulher ainda é associada a atribuição de cuidadora, por uma herança das construções em torno dos gêneros e dos sexos. Nesta perspectiva, em muitas casas a mulher ainda é responsabilizada pelas tarefas domésticas e cuidado dos filhos, caracterizando a dupla jornada da “mulher”, enquanto o homem continua sendo somente “provedor”, pois não participa das tarefas domésticas. Com isso, Sousa e Guedes (2016) pontuam que a possibilidade da participação da mulher nas atividades das fronteiras públicas não foi acompanhada de uma participação dos homens nas tarefas da esfera privada que culturalmente foram atribuídas as mulheres.

Esta desigualdade na realização do trabalho doméstico entre homens e mulheres também pode estar relacionada à questão de que por bastante tempo, os afazeres domésticos não foram considerados como trabalho (e penso que para muitos ainda não é). A partir do momento que o trabalho doméstico passou a ser visto como atividade profissional, tanto quanto o trabalho profissional (teoricamente falando), surgiram possibilidades de discussão em termos de divisão sexual do trabalho, sendo assim, os estudos sobre divisão sexual do trabalho intensificaram os debates sobre o trabalho da mulher nos espaços público e privado enfatizando a reprodução social executada pelas mulheres (SOUSA; GUEDES, 2016).

Hirata e Kergoat (2007) apontam que os primeiros trabalhos sobre a divisão sexual do trabalho surgiram na França, no início dos anos 1970, sob influência do movimento feminista, e em pouco tempo haviam diversos trabalhos que lançaram as bases teóricas do conceito. Por surgir em meio à consciência de uma opressão que foi percebida pelas mulheres, que realizavam inúmeras tarefas gratuitamente, inicialmente a divisão sexual do trabalho esteve atrelada à constatação da desigualdade entre homens e mulheres, e neste formato buscou-se a construção de indicadores confiáveis para medir a desigualdade profissional entre homens e mulheres, porém, depois surge também o pensamento da divisão sexual do trabalho que vai além da simples constatação de desigualdades, este, busca levantar a nascente das desigualdades e partir para a compreensão da natureza do sistema que dá origem a elas, e é nesta vertente que as autoras se apegam.

Portanto, Hirata e Kergoat (2007) propõem a definição da divisão sexual do trabalho, como sendo:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário

para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.599).

Hirata e Kergoat (2007) destacam a divisão sexual do trabalho como fruto de uma divisão social entre os sexos, esta separação é responsável por estabelecer a atribuição das tarefas de acordo com o sexo. Considerar as relações sociais entre os sexos é pensar em inúmeras características sociais que se entrecruzam e causa o antagonismo entre o grupo dos homens e o grupo das mulheres, pois para as autoras essa noção é indissociável da teorização em termos de divisão sexual do trabalho.

Essas relações sociais dos sexos contribuem decisivamente na manutenção da convivência diária entre os sexos, segundo Sousa e Guedes (2016, p.125) ela é um instrumento de “sobrevivência da relação social entre os sexos”, estando presente em todas as sociedades e podendo variar a depender do tempo e da comunidade. Além disso, as relações sociais entre os sexos proporcionaram a divisão do trabalho que reservou às mulheres a esfera reprodutiva e aos homens a esfera produtiva.

Portanto, a divisão sexual do trabalho é normalmente marcada pela anexação dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, ou em outras palavras o homem está apto a participar da esfera pública que é mais valorizada até mesmo em termos monetários, e a mulher fica condicionada à esfera privada dos afazeres domésticos que são menos valorizados (HIRATA; KERGOAT, 2007; SILVA; REZENDE; MACHADO, 2018; SOUSA; GUEDES 2016). Nesta perspectiva, criou-se uma relação assimétrica entre os sexos que “cria e reproduz concomitantemente as desigualdades de papéis e funções na sociedade” (SOUSA; GUEDES, 2016, p. 125). Pois, as relações sociais entre os sexos apresentam-se baseadas na desigualdade, hierarquização e opressão de um sexo ao outro em função de uma supremacia em relação a este outro.

Por isso que Sucupira (2016) irá dizer que toda essa diferenciação entre atividades dos homens e atividades das mulheres, refletem construções sociais e não consiste no produto de um destino biológico e, deste modo, a divisão sexual do trabalho, representa o fundamento material das relações sociais de sexo, isto significa dizer que estas relações devem ser entendidas como “desiguais, hierarquizadas, assimétricas ou antagônicas de exploração e de opressão entre duas categorias de sexo socialmente construídas” (SUCUPIRA, 2016, p.18).

Neste sentido, Hirata e Kergoat (2007) enfatizam que a divisão sexual do trabalho está estruturada em dois princípios organizadores: o princípio de separação, que consiste na divisão de trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; e o princípio hierárquico que tem o trabalho do homem como mais valioso que o trabalho da mulher. Estes princípios vigoram em todas as sociedades e podem ser postos por meio de mecanismo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta diminui o gênero ao sexo biológico, “reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.599).

Deste modo, em linhas gerais estes princípios continuam legitimados na sociedade por meio da ideologia naturalista, porém, isso não significa que a divisão sexual do trabalho seja algo rígido que não passa por mudanças, ao contrário, Hirata e Kergoat (2007) argumentam que o conceito tem uma considerável plasticidade que permite as suas modalidades uma grande variação no tempo e no espaço. Desta forma, os princípios da divisão sexual do trabalho permanecem os mesmos, mas as modalidades que se refere: a concepção de trabalho reprodutivo, lugar das mulheres no trabalho mercantil são alterados no tempo e no espaço.

Isto significa dizer que uma mesma tarefa considerada como feminina num país ou num ramo de atividade pode ser tida como masculina em outros. Assim, é constatado que há o princípio de que se separe o que é tarefa de homem e tarefa de mulher, mas a modalidade, ou seja, a concepção de que tal trabalho seja masculino e tal trabalho seja feminino varia conforme a sociedade, e também conforme o tempo. Hirata e Kergoat (2007), chamam a atenção para as mudanças das condições envolvendo o trabalho, principalmente as condições do trabalho feminino que não há como negar que melhoraram, porém, apesar das mudanças, a distância entre os grupos de sexo é algo que permanece inalterado.

Neste sentido, pensar na distinção entre princípios, modalidades e noção de distância na divisão sexual do trabalho pode auxiliar na compreensão de fenômenos da reprodução social, em seus deslocamentos e rupturas, além do aparecimento de novas configurações, sendo que estas emergem com a possibilidade de contestar a própria existência da divisão, que caracteriza as tarefas de acordo com o sexo. Entre algumas das configurações recém surgidas na divisão sexual do trabalho, Hirata e Kergoat (2007), apresentam alguns exemplos surgidos na França, sendo eles: nomadismos sexuados, priorização do emprego feminino, externalização do trabalho doméstico (de mulheres das sociedades do Norte para mulheres em situação precária).

Os nomadismos sexuados apareceram com a precarização e flexibilização do emprego, e se divide em dois: nomadismo no tempo, para as mulheres e está ligado a explosão do trabalho em tempos, normalmente ligados a períodos de trabalho dispersos no dia e na semana;

nomadismo no espaço, ligado aos homens e geralmente associados a serviços provisórios, canteiros de obras públicas, e do setor nuclear para operários, e a banalização e aumento dos deslocamentos profissionais na Europa e em todo o mundo para executivos. Considerando esta nova configuração, a divisão sexual do trabalho influencia as formas de trabalho e do emprego, e a flexibilização fortalece os modos estereotipados dos sexos (HIRATA; KERGOAT, 2007).

A priorização do emprego feminino se refere ao aumento do número de mulheres trabalhando, inclusive em funções executivas, mas concomitantemente a este aumento também houve precarização e pobreza de um número crescente de mulheres (HIRATA; KERGOAT, 2007). Hirata (2015) explica que em parte essa bipolarização está relacionada ao processo educacional, pois, atualmente, as mulheres estudam e são mais diplomadas que os homens, praticamente em todos os níveis de escolaridade em todos os países, e isso é um ponto em comum entre países do Norte e do Sul. Neste sentido, nesta polarização de um lado existe uma minoria de mulheres executivas, profissionais de nível superior bem remuneradas, e de outro uma maioria de mulheres que exercem profissões tradicionalmente femininas, pouco valorizadas, e com salários relativamente baixos. Esta nova configuração, mostra que é exacerbada a desigualdade, tanto entre homens e mulheres, como entre as mulheres.

Como último exemplo das novas configurações da divisão sexual do trabalho é apresentada a externalização do trabalho de mulheres do Norte para mulheres menos favorecidas, geralmente migrantes. Com o aumento do trabalho das mulheres na sociedade do Norte, e a exigência de uma dedicação mais pessoal no trabalho profissional, estas mulheres precisam externalizar “seu” trabalho doméstico, recorrendo a uma vasta reserva de mulheres francesas, ou imigrantes. Hirata e Kergoat (2007) chamam a atenção para o apaziguamento das tensões que a externalização do trabalho traz entre os casais burgueses do Norte, e também nas empresas, sendo que este apaziguamento é prejudicial em termos de luta pela igualdade, pois provoca regressão ao mascarar e negar as desigualdades. As autoras chamam a atenção para a parte que é submetida a esta configuração (as francesas sem estudo ou migrantes) que se sem opções melhores assumem trabalhos precarizados.

Todas essas mudanças apresentadas contribuem para discussão das desigualdades experimentadas por mulheres no trabalho profissional e de alguma forma também questionam o trabalho doméstico. Neste sentido, aponto agora algumas mudanças que ocorreram na divisão sexual do trabalho profissional também no Brasil, a dizer: a) A bipolarização do emprego feminino; b) A mudança nos modos de “conciliação” entre vida familiar e vida profissional; c) A divisão sexual do trabalho na empresa e nos locais de trabalho.

A bipolarização, semelhante ao ocorrido na França, está relacionada ao processo educacional, em que atualmente as mulheres tem mais anos de estudo que os homens, em praticamente todos os países, em todos os níveis de escolaridade. Com isso, de um lado há mulheres executivas, profissionais de nível superior relativamente bem remuneradas, e de outro, mulheres em profissões tradicionalmente femininas, pouco valorizadas e com salários relativamente baixos. Deste modo, há o aumento das desigualdades sociais tanto em relação aos homens com as mulheres quanto entre as mulheres (HIRATA, 2015).

Já com relação aos modos pelos quais as mulheres têm conciliado a vida familiar e vida profissional, Hirata (2015) apresenta os modelos: tradicional, conciliação, da parceria, e delegação. O primeiro (tradicional) não remete à conciliação do trabalho profissional e trabalho doméstico, mas é quando a mulher não trabalha fora, e assume os cuidados da casa e dos filhos, e o homem é o provedor; apesar de ultrapassado, pois atualmente nas famílias homem e mulher trabalham para sustentar a família, este modelo ainda é uma realidade, tornando difícil a conciliação entre trabalho doméstico, cuidados e trabalho profissional, principalmente quando se torna maior o número de filhos. A segunda configuração (conciliação) ocorre quando a mulher trabalha fora, e concilia trabalho profissional e trabalho doméstico (o homem não concilia, pois não existe uma norma social que diga para ele realizar o trabalho doméstico e de cuidados e o trabalho profissional). A terceira configuração (parceria) ocorre quando homens e mulheres repartem as tarefas domésticas e cuidado da família. A última configuração (delegação) remete ao repasse dos afazeres domésticos para outras mulheres.

Abro um parêntese para ressaltar o caso do Brasil que apresenta um expressivo número de delegação do trabalho doméstico, que pode ser visto pelo alto número de trabalhadores domésticos, que em 2019, de acordo com Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (Pnad) do IBGE, chegou a aproximadamente 6,3 milhões de pessoas, sendo deste que total 97 % eram mulheres. Os dados também apontam que deste total de trabalhadores domésticos 1,7 milhões de pessoas tem carteira assinada e 4,5 milhões trabalham na informalidade, o que demonstra a precarização deste tipo de trabalho, visto que na informalidade não é exigido vínculo empregatício que garante direitos aos trabalhadores, sem falar que foi somente há pouco tempo que trabalhadores domésticos conquistaram direitos que outras profissões já tinham (GAZETA DO POVO, 2020).

Quanto à divisão sexual do trabalho na empresa e nos locais de trabalho, Hirata (2015) a partir de pesquisas verificou que a partir da globalização há exigência de maior formação profissional e diplomas, o que é mais difícil para as mulheres do que para homens, já que estas diferente dos homens se dedicam ao trabalho doméstico, tendo menor tempo para estudar, além

disso, a responsabilidade dos filhos, por vezes, faz as mulheres terem que escolher entre o aperfeiçoamento e os filhos, o que não ocorre com os homens. Além disso, também acontece a resistência de subordinados homens quanto a chefes mulheres engenheiras e técnicas. Também é apontado o difícil acesso de mulheres a cargos de chefia, posto que ainda persiste a distribuição de cargos de execução as mulheres e de cargos mais técnicos e de supervisão para homens.

Apresentadas todas essas questões das desigualdades na divisão sexual do trabalho profissional e doméstico, chamo a atenção, conforme Hirata (2015), de que as desigualdades no âmbito do trabalho doméstico podem ser maiores que no âmbito profissional, (e ainda são pouco discutidas). Pois, está naturalmente atribuído o que um e outro sexo deve fazer, o que já é de imediato um fator de desigualdade e discriminação. A autora até considera uma mudança na repartição do trabalho doméstico nos últimos vinte anos, mas se trata de mudanças muito mais lentas se comparadas ao trabalho profissional. Entre as razões para a dificuldade de intervenção nas distribuições de tarefas domésticas entre homens e mulheres está o fato de se tratar de questões que ocorrem numa esfera considerada privada, e também por existir a influência da ideologia patriarcal, da cultura machista (cultura enquanto cristalização das relações sociais), dos estereótipos e dos modelos.

Portanto, considerar a divisão sexual do trabalho para questionar que as atividades domésticas são em boa parte realizadas somente por mulheres é considerar uma série de fatores que historicamente têm atribuído a elas a reprodução da servidão doméstica que ocorria no passado, evidenciado na visão do contrato sexual que possibilitava ao homem ter alguém disponível para realizar atividades domésticas e sexo quando se casava. Assim, a mulher ficava limitada ao cuidado da casa e dos filhos sem chances de realizar outras atividades (PATEMAN, 1993).

Ocorreram algumas mudanças com o tempo e a mulher conquistou o direito de entrada no mercado de trabalho. Contudo, a forte entrada das mulheres no mercado de trabalho, no caso do Brasil, falando das últimas décadas foi marcada pela incorporação das mulheres em vínculos precários de trabalho, acompanhado de uma restrição da mulher à funções subalternas, menos qualificadas e menos remuneradas (LIMA, 2018). Mesmo que um pequeno grupo de mulheres, tenha conseguido se destacar em suas carreiras e recebam boa remuneração em seus trabalhos, ainda é maior o grupo de mulheres que ocupam funções tradicionalmente femininas pouco valorizadas, com baixos salários, muitas vezes em trabalhos informais, fortemente marcadas pela precarização do trabalho. Então, considero que historicamente as mulheres são mais atingidas pela precariedade que os homens, as mulheres ocupam as funções desvalorizadas da

sociedade, e é tratada de forma desigual na família, no trabalho, e na esfera doméstica (HIRATA, 2015; HIRATA; KERGOAT, 2007).

Ainda sobre a questão da precarização atingir mais fortemente as mulheres, Bertolin e Silveira (2019) acrescentam, que no Brasil, as mulheres tiveram na década de 1990, uma inserção no mercado de trabalho como nunca antes vista, e isto porque passaram a ocupar trabalhos precários que os homens não estavam mais dispostos a se submeter. As autoras chamam a atenção para o aspecto da globalização e da abertura comercial que ocasionou a reestruturação produtiva e que no decorrer da década de 1990 foi marcada pela variação de gênero, ou seja, intensificou as desigualdades entre os sexos. Além disso, também é apontado que as formas precárias de trabalho são modeladas por sexo, gênero e outros fatores como raça, orientação sexual e origem nacional.

Também é destacado por Bertolin e Silveira (2019) que as formas de trabalho à distância, a tempo parcial, autônomo e terceirizado tendem a impactar mais fortemente as mulheres, estas são mais facilmente encontradas realizando trabalhos precários do que os homens. Ademais, em termos de trabalho a tempo parcial e temporário, são representadas no grupo de menor renda. Em resumo, as autoras apontam que a divisão sexual do trabalho, acentua a precarização do trabalho feminino, e pode apresentar-se nas mais variadas formas: “salários mais baixos, possibilidades inexistentes ou ínfimas de promoção e de qualificação profissional, e também por outras formas mais sutis” (BERTOLIN; SILVEIRA, 2019, p.363).

De forma semelhante a Bertolin e Silveira (2019), Grazia (2015) diz que apesar da entrada da mulher no mercado de trabalho, principalmente nas últimas décadas do século XX, ainda é utilizado o argumento biológico (como a gestação, parto e amamentação) para discriminar a mulher, que por vezes é excluída totalmente das relações de trabalho, ou incorporada por meio de vínculos precários, sendo frequentemente limitada a funções subalternas, menos qualificadas e menos remuneradas.

O que busquei colocar em discussão é que mesmo que a mulher trabalhe fora ela é responsabilizada pelos afazeres domésticos, educação dos filhos, cuidado com pais idosos ou familiares doentes. E mesmo com avanços, ainda ocorre a atribuição de tarefas, principalmente as mulheres - quando não exclusivamente. Neste sentido, mulheres enfrentam as dificuldades da dupla jornada, sendo muitas vezes impedidas da autorrealização em todos os sentidos, pela sobrecarga a que estão submetidas. Ademais, no âmbito profissional, praticamente em quase todos os países, às mulheres estão reservados os trabalhos mais precarizados e sem qualquer vínculo, ou com contratos por tempo determinado, trabalho parcial, que representam ausência de direitos (GRAZIA, 2015).

Diante de tudo que foi exposto, observo que as mulheres enfrentam inúmeras desigualdades, sendo estas desigualdades: econômicas, pois, homens são privilegiados com melhores salários e condições de emprego; sociais (por exemplo: discriminação no trabalho por gravidez); culturais (números altos de violência contra a mulher); política (poucas mulheres ocupando cargos públicos); e jurídica (pois apenas recentemente a mulher pode ter a capacidade jurídica plena para administrar seus direitos e interesses). Todas essas desigualdades propiciam na “precarização, vulnerabilização e violência de gênero” (LIMA, 2018, p.6).

Assim, evidencio que as mulheres enfrentam diversas desigualdades ligadas ao sexo, a classe, a raça e quantas mais houver que acabam por propor uma divisão sexual do trabalho que é desigual e que precisa ser questionada. Neste sentido, ainda considerando os contextos de desigualdades experienciado pelas mulheres passo a falar agora mais fortemente sobre questões ligadas ao gênero que auxiliam na compreensão das enormes desigualdades e opressões experienciadas pelas mulheres.

#### 2.4 DISCUSSÃO DE GÊNERO SOB A PERSPECTIVA PÓS-ESTRUTURALISTA

Nesta parte do trabalho, busco discutir a questão do gênero a partir de uma visão pós-estruturalista, em especial a visão da filósofa Judith Butler. Antes, apresento considerações gerais sobre como foram sendo construídas as discussões pós-estruturalistas em torno do gênero.

Os estudos pós-estruturalistas de gênero também são conhecidos como filosofia da diferença, estudos culturais, pós-marxismo, terceira onda feminista ou teoria *Queer* (*Queer theory*). Souza (2016) aponta que estes estudos surgiram do encontro de estudos culturais americanos *queer* com o pós-estruturalismo francês, e tinham como objetivo questionar as noções clássicas de sujeito e identidade.

Neste sentido, em parte dos estudos estruturalistas de gênero, segundo Jacobs (2017), a fundamentação de discurso e crítica no psicanalista francês Jacques Lacan, autor que em seus pensamentos sobre gênero afirmou que a criança é inserida na ordem simbólica a partir da linguagem e que esta permeia toda a aprendizagem simbólica da representação de gênero. Deste modo, nas ideias de autoras como Julia Kristeva, Hélène Cixous e Luce Irigaray existe a influência das ideias de Lacan, ao discutirem sobre as constituições de gênero nos moldes patriarcais falocêntricos e binários.

Outra importante influência para a construção da visão pós-estruturalista de gênero é a do filósofo francês Michel Foucault, especialmente em relação às concepções de poder e saber, sendo que o autor também é considerado um dos precursores do movimento. Outros nomes também foram apontados como precursores, sendo eles: Joan Scott, Gayle Rubin, Eve Kosofsky Sedgwick, Teresa de Lauretis, David Halperin, Judith Butler, Steve Seidman, Michael Warner, Beatriz Preciado e Jack Halberstam (SOUZA, 2016).

Quanto aos seus questionamentos, os estudos pós-estruturalistas de gênero, apresentaram-se contrários aos discursos estabelecidos que construía representações das identidades sexuais. Além de contrários ao que estava estabelecido, buscaram também desestabilizar estas construções, e segundo Jacobs (2017), isso ocorreu em parte na filosofia e teoria crítica feminista a partir de 1980, quando várias pesquisadoras começaram a discutir sobre a universalidade dos gêneros construídos culturalmente e o binarismo sexual.

Porém, o termo gênero nem sempre esteve associado aos questionamentos da universalidade e binarismo sexual (e outros). A primeira publicação sobre o tema parece ter ocorrido em 1964, quando o conceito de gênero foi introduzido nos estudos psicanalistas por Robert Stoller. Este autor buscou diferenciar gênero de sexo, em outras palavras para ele gênero e sexo estariam separados em duas esferas. O sexo estaria ligado à formação biológica do sujeito, ou seja, aos aspectos fisiológicos, morfológicos e funcionais; e o gênero estaria relacionado à construção psicossocial do sujeito a partir de seu sexo, isto é, do reconhecimento da identidade sexual a partir da representação física que se tinha. A busca pela separação entre sexo e gênero em duas esferas é algo que Butler questiona, já que para ela ambos são construções culturais, isso será melhor explicado mais à frente (JACOBS, 2017).

As primeiras discussões de gênero também estiveram ligadas aos movimentos feministas que lutavam pelos direitos das mulheres. Por meio da primeira onda feminista que ocorreu principalmente no Reino Unido, na França e nos Estados Unidos entre o final do século XVIII e o início do século XX, mulheres lutaram por igualdade de direitos, como direito à propriedade e ao voto. Já, a segunda onda que ocorreu entre as décadas de 1960 e 1970, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, espalhando-se para inúmeros outros países, permitiu que militantes buscassem igualdade cultural e política entre homens e mulheres e o fim da discriminação baseada na diferença sexual (JACOBS, 2017).

Deste modo, Scott (1990) aponta que no movimento feminista as discussões em torno de gênero com o passar do tempo foram sendo associadas às questões de diferenças sociais baseadas no sexo, e o movimento feminista americano passa a utilizar o termo gênero de forma a rejeitar o determinismo biológico implícito no uso de palavras como “sexo” ou “diferença

sexual”, já que não concordavam com essa determinação. E assim, a partir dos questionamentos feministas o termo gênero foi cada vez mais associado às mulheres, assim livros e artigos que tinham assuntos ligados à história das mulheres, foram substituindo os títulos que continham o termo “mulheres” pelo termo “gênero”, então, gênero passa a ser visto como sinônimo de mulheres. Esta utilização tinha como objetivo reconhecimento político e ao mesmo tempo buscava trazer erudição e seriedade ao trabalho, já que gênero traria um sentido mais objetivo e neutro do que mulheres. A palavra gênero carregava consigo o termo mulheres, e contribuiu para a busca pela legitimidade acadêmica nos movimentos feministas dos anos 1980, apesar de haver discordâncias quanto a esta legitimação, pois para alguns ela acabou por fortalecer o patriarcalismo, conforme será mostrado mais adiante.

Apesar da aproximação da palavra gênero para falar de mulheres, preciso evidenciar que neste trabalho não observo o gênero como assunto relacionado somente às mulheres, mas adoto a perspectiva pós-estruturalista que observa que gênero também diz respeito ao estudo dos homens, das masculinidades e outras formas identitárias. Neste sentido, destaco o estudo da historiadora Joan Scott, que foi a primeira a tratar sobre o significado do gênero para o pós-estruturalismo, em 1986, em seu artigo “Gender: A Useful Category of Historical Analysis”. Neste estudo, Scott opôs-se à ideia de gênero como sendo a-histórico, como categoria estável, e como algo que possui aspectos universais, conforme vinha sendo defendido pelos movimentos feministas. Além disso, a autora também criticou as visões feministas de gênero ao apontar que estas apresentavam limitações por conterem explicações redutoras e generalizações bastante simples, pois por exemplo, nas abordagens patriarcalistas, as feministas observavam no patriarcado uma explicação universal e a-histórica para todas as desigualdades de gênero (o que também é posto em xeque por Butler) (SOUZA, 2016).

Em especial sobre a utilização de categorias universais pelo feminismo, Butler (1990) criticou o modo como movimento feminista buscou representação política para as mulheres, principalmente por meio da utilização da categoria “mulheres”. A autora apontou que apesar de contribuir para a legitimidade do movimento feminista, a construção da representação das mulheres como categoria universal formulada pelo movimento contribuiu para continuação da opressão feminina. Na visão da filósofa é enfatizado que ao colocar as mulheres como uma identidade definida sob o termo “mulheres” e constituir essa identidade como sujeito sob o qual a representação política era almejada, representou também a reafirmação dos moldes patriarcais. Concordo com a autora de que a teoria feminista ao buscar formar uma linguagem capaz de promover sua visibilidade para se posicionar politicamente, ao acreditar que a utilização do termo mulheres representaria todas as mulheres (já que muitas mulheres eram mal

representadas ou simplesmente não representadas), ao mesmo tempo reafirmou o sistema de opressão às mulheres.

Pois a busca por fortalecer a representatividade das reivindicações feministas por meio da suposição de que mulheres tivessem uma identidade comum, isto acompanhado da visão de que a opressão das mulheres possui uma base singular, explicitada na estrutura universal da dominação patriarcal masculina, levou a um salto em direção a uma universalidade categórica da estrutura de dominação, vista como responsável pela geração da experiência de subjugação das mulheres. Assim, compartilho da mesma ideia de Butler (1990) de que a defesa de um sujeito estável do feminismo, ao colocar todas as mulheres como pertencentes a uma categoria única, acabou por provocar rejeição a esta categoria, e dentro do próprio discurso feminista havia críticas, pois estava implícito neste pensamento: exclusão, resultados coercitivos e reguladores, mesmo que os objetivos iniciais do feminismo tenham sido emancipatórios.

Sendo assim, além da crítica à utilização de categorias universais feitas por Butler, também houve questionamentos de como o conceito de gênero vinha sendo proposto, apresentado como algo fixo e permanente. Desta forma, diferente do que defendia os discursos feministas dos anos 1960 e 1970, que a mulher era tida como categoria estável e evidente, autores como Judith Butler, Gayle Rubin e Eve Sedgwick propõem a investigação e desconstrução de categorias, indo em direção contrária aos estudos de gênero, aos estudos de gays e lésbicas e a teoria feminista que possivelmente consideraram a existência de um sujeito, por exemplo, o sujeito gay, o sujeito lésbico, a “fêmea”, o sujeito feminino, que aparentemente tinham a preocupação em colocar os sujeitos em caixinhas de categorias (SALIH, 2012).

Neste sentido, Teixeira e Rampazo (2017) apontam que o conceito de gênero surge como possibilidade desconstrutiva de diferenciações estabelecidas historicamente para as identidades atribuídas aos sexos biológicos feminino e masculino. Em outras palavras, a discussão de gênero possibilita o pensamento desnaturalizado, pois permite entender o caráter histórico da construção social de feminilidades e masculinidades em meio a relações de poder e saber na sociedade, seja saberes científicos, tradicionais ou religiosos, que contribuíram para relações de gênero baseadas em relações de poder, onde marcadamente o homem tem poder em relação à mulher, e assim ambos têm sua existência influenciada por essas construções sociais que ocorreram em torno do gênero.

Ainda sobre o surgimento dos estudos pós-estruturalistas de gênero, Cristóforo e Manzi Filho (2015) falam que ocorreu num momento de efervescência epistemológica com a proposta de buscar respostas para diversas indagações envolvendo gênero, e assim realizam esforços para trazer novas articulações em relação ao gênero. Judith Butler é um dos nomes que buscam

essa rearticulação do gênero, e se destaca ao ser considerada uma das mais influentes teóricas do assunto. Assim, o pensamento da autora considera, entre outras questões: as variações do gênero, o gênero como uma construção cultural naturalizada em um sistema androcêntrico e heteronormativo, gênero como dispositivo que produz identidades e gênero como possibilidade de resistência.

Antes de passar as definições de gênero, adianto, conforme Salih (2012), que na obra de Judith Butler não é possível visualizar o gênero como pronto e acabado, e sim que é necessário conceber as possibilidades de instabilidade e movimento envolvidos. Além disso, o próprio modo de escrita da autora ao apresentar suas ideias a partir da oposição e da negação (o que causa certa dificuldade de entendimento), sugere que nunca se pode ter certeza absoluta de algo, e também que os pensamentos não podem ser tidos como incontestáveis, em outras palavras, não existem verdades absolutas.

Neste sentido, já caminhando em direção aos pensamentos em torno de gênero de Butler (1990), ressalto que uma das primeiras preocupações demonstradas pela filósofa ao discutir gênero, logo no início de seu livro “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” foi a de contestar a separação entre sexo e gênero, algo que foi defendido no pensamento feminista. O sexo era considerado algo determinado biologicamente, e o gênero visto como algo construído, em outras palavras sexo era tido como biológico, e gênero como cultural. A autora não concorda com esta visão que admitia o sexo como inquestionável em termos biológicos, deste modo, o gênero parecia menos fixo que o sexo ao pertencer à ordem cultural, e o sexo, por sua vez estaria ligado à ordem biológica da natureza. Outro apontamento que a autora contraria é que o gênero parecia ser uma inscrição cultural num sexo previamente dado, além de passar a ser considerado como um elemento cultural que agiria sobre o corpo biologicamente passivo.

Souza (2016) fala que Butler se opõe à ideia de que o gênero seria um elemento que inscreveria significados sobre o corpo (ou sexo), pois o corpo seria compreendido como um recipiente da cultura, assim o corpo seria pré-discursivo, ou seja, existiria fora do discurso da história e da cultura. E é justamente a esta concepção de que sexo natural é produzido e estabelecido como pré-discursivo (isto é, fora do discurso-cultural) é que a autora contesta, pois para Butler o corpo, o sexo e o gênero são culturais na mesma proporção, e sexo sempre foi gênero, já que o gênero é o aparato de produção do sexo, em outras palavras gênero consiste no significado discursivo, cultural e histórico que constrói até mesmo a visão de que sexo seja construído como natural e biológico.

Butler (1990) acrescenta que não deve haver separação entre gênero e sexo, de modo que estejam em fronteiras opostas, estando gênero de um lado e sendo considerado um produto cultural e o sexo de outro, sendo visto como um atributo biológico. Para a autora esta separação não faz sentido, como pode ser visto no trecho a seguir:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado 'sexo' seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma. Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo (BUTLER, 1990, p. 23).

Coaduno com Butler (1990) que não é possível defender o *status* construído do gênero sem falar de sexo, pois o próprio sexo também é construído nos mesmos aparatos que o gênero, ou seja, pelo meio discursivo-cultural. Além disso, é preciso atentar para o interesse da estrutura binária em manter o discurso de que o sexo é pré-discursivo, e essa ideia de que o sexo esteja dentro do pré-discursivo é inclusive um efeito da construção cultural do gênero, pois a partir das palavras e da linguagem que é produzida esta ideia de que sexo estaria fora do discurso, por exemplo, o discurso científico utilizou o argumento de que sexo era definido biologicamente, o que sugeria que o sujeito já nascia com sexo definido, e assim não faria parte do discurso, porém, a filósofa defende que não é possível sexo estar fora do discurso, e tanto sexo quanto gênero são produtos culturais e não há separações entre eles.

Ao defender a ideia de que gênero e sexo é construído socialmente, Butler (1990) cita as seguintes palavras de Beauvoir: “a gente não nasce mulher, torna-se mulher” (BUTLER, p.26, 1990), e este tornar-se mulher não seria uma simples escolha, mas uma exigência do cultural, em outras palavras o tornar-se mulher passa pela linguagem e pelo discurso que tem estabelecido o que é ser mulher, então, a obrigatoriedade em tornar-se mulher viria do cultural (a autora não garante que esse ser que se torna mulher seja necessariamente fêmea). Ao considerar que a exigência em tornar-se mulher é advinda do cultural, por meio do que está culturalmente estabelecido, e que é evidenciado no corpo que desde sempre é interpretado por meio de significados culturais, então, a obrigatoriedade em tornar-se mulher não viria do sexo. O que quero evidenciar é que sempre foram atribuídos significados culturais aos corpos, assim foram atribuídos culturalmente sexos aos corpos, ou melhor foram atribuídos gêneros aos corpos, assim temos que sexo sempre foi gênero, então não é possível falar que sexo seja uma facticidade anatômica pré-discursiva, pois sexo sempre foi definido pelo discurso cultural.

Neste sentido, indo em direção contrária ao pensamento naturalista de “sexo” que afirmava que os corpos eram realidades fora dos processos de construção cultural discursivo,

Butler (1990) irá evidenciar o corpo não somente como algo que recebe passivamente significação, mas como um conjunto de limitações individuais e sociais, que são significadas politicamente e também mantidas. Ao falar que o corpo representa uma limitação individual e pessoal, possivelmente a autora está sinalizando para as práticas que são aprendidas e naturalizadas a partir do corpo sem que o sujeito tenha chances de renunciar àquilo a que está exposto no meio social. Além disso, as práticas têm significados políticos e são mantidas continuamente, inclusive muitas práticas ligadas ao sexo e ao gênero, pois, por meio do corpo, comportamentos, gestos e “modos de ser” são incorporados e repetidos ao longo do tempo (retomo a estas questões mais adiante).

Ainda pensando na relação de gênero com o corpo, mesmo que neste momento esta relação não fique tão prontamente evidente, evidencio o pensamento de Butler (2004) ao dizer que gênero é um dispositivo que produz algumas identidades como as identidades de homem e de mulher, e que por meio desta produção as noções de masculino e feminino são naturalizadas. Entendo que as noções de masculino e feminino são naturalizadas porque por tempos o gênero, assim como sexo (como visto anteriormente), sempre esteve atrelado à diferenciação entre homem e mulher pelo corpo, ou seja, mulher era definida em relação ao homem e vice-versa. Mesmo com a naturalização dos termos homem e mulher, adianto que mesmo que o gênero produza identidades de homem e mulher, isso não significa que gênero é a separação “masculino” e “feminino”, pois existem outras possibilidades a considerar.

Gênero não inclui somente mulher e homem como identidades, ideia vista no pensamento binário que admite somente as identidades homem e mulher, sendo inclusive este pensamento fortemente criticado por Butler (2004), pois traz consigo o pensamento de que não existem outras possibilidades além do totalmente feminino e totalmente masculino. Com isso, a visão binária “masculino” e “feminina” que é produzida como coerente é contestada pela autora, já que existem variações de gênero que não se enquadram nesse binarismo. Essas variações são parte do gênero e ainda expressam o exemplo mais normativo de gênero, pois rejeita identidades diferentes.

Com isso, o gênero é entendido como o dispositivo de poder que produz algumas identidades, como as de homem e mulher, e não as identidades homem e mulher, em si. Desta forma não é possível dizer que se tem uma identidade de gênero e nem se é uma identidade de gênero, mas sim que há identidades performativas de gênero, o que ficará mais evidente na sequência da discussão. Gênero não é algo que se possa ser ou ter, não é um atributo ou uma marca que as pessoas devem ter, “ninguém possui, tem ou é algum gênero, gênero é o que se

faz e se desfaz por meio de processos altamente regulados por normas sociais” (SOUZA, 2016, p.28).

Portanto, não entendo gênero como uma característica que possa definir quem é homem e quem é mulher, inclusive essas categorias são produzidas pelo próprio gênero quando se entende que o gênero é o dispositivo de poder que diante de relações entre saber e poder, produz identidades de gênero (como a identidade homem e a identidade mulher). Com isso, gênero não se refere às identidades masculinas e femininas – masculinidades e feminilidades – mas, sim, ao dispositivo de poder produtor dessas identidades (SOUZA, 2016, p.28).

Desta maneira, as discussões pós-estruturalistas combatem a compreensão de gênero como a aproximação entre masculino/feminino, homem/mulher, macho/fêmea, porém, existe na sociedade a busca pela manutenção e naturalização desse pensamento, sendo por vezes combatidas e rejeitadas identidades diferentes das de homem e de mulher (SOUZA, 2016). Isso ocorre por meio de práticas de regulação organizadas pela matriz heterossexual, que é o assunto que irei discorrer a seguir, esta matriz é responsável, justamente, pela confirmação do binarismo expresso nas identidades naturalizadas.

Assim, é possível ver na matriz heterossexual a busca pela manutenção do modo de existir binário, o binário como já contextualizado anteriormente, estabelece as identidades homem e mulher como modelos a serem seguidos. Assim, é estimulada a identificação com estas identidades, e por mais que a identificação entre ser homem ou mulher possa parecer natural ela acontece de forma regulada pela matriz. Butler (1990) acentua que a matriz heterossexual institui a necessidade das pessoas se identificarem com uma das formas binárias, ou seja, ela estabelece que é necessário a identificação interna e coerente de homem e mulher na heterossexualidade que se apresenta como estável, oposta e binária.

A partir do pensamento de Butler (1990), vejo que a matriz heterossexual proporciona por meio da inteligibilidade de gênero (que será tratada mais à frente) que as pessoas sejam direcionadas a se identificarem nas posições opostas e assimétricas como o feminino e o masculino. Em outras palavras dentro da matriz heterossexual existe a inteligibilidade de gênero que direciona as pessoas para a identificação de gênero, e a partir desta identificação as pessoas se tornam inteligíveis. Há também que considerar o papel das normas na regulação desta identificação de gênero, que molda as pessoas a se comportarem conforme as identidades instituídas.

Desta forma, resalto que a matriz heterossexual corresponde à institucionalização política representada por normas culturais que atuam como reguladores dos reconhecimentos e significados. Ela regula como as identidades devem existir dentro de sua lógica, e por

consequência também determina identidades que não podem existir em sua lógica. Em outras palavras a matriz heterossexual regula e determina por meio da política e do direito instituído (formado por leis culturais), a maneira e o sentido da sexualidade (BUTLER, 1990).

Adianto que evidentemente existem pessoas que rompem com a lógica binária e não seguem a linearidade proposta pela matriz heterossexual. Neste sentido, por mais que a matriz heterossexual consista numa relação política formalizada por normas culturais que atuam como reguladores dos reconhecimentos e significações, há quem fuja aos desígnios da inteligibilidade, e isso é visto como falha de desenvolvimento ou incoerência dentro deste campo. Mas ao mesmo tempo por meio das incoerências ou das diferentes identidades que surge a possibilidade de crítica às limitações e às intenções regulatórias do poder da inteligibilidade de gênero que vem da matriz heterossexual (BUTLER, 1990).

Portanto, a partir das diversas identidades de gênero, diferentes das elegidas pela matriz heterossexual observadas no binarismo homem-mulher é possível constatar que existem falhas no sistema da inteligibilidade de gênero que se mostra insuficiente para as diversas identidades de gênero. Desta forma, passo a tratar neste momento a falar da inteligibilidade de gênero que se caracteriza como um mecanismo que busca reforçar a lógica da matriz heterossexual no momento em que regula as identidades de gênero, ao ter em seus atributos somente a possibilidade das pessoas se identificarem com a identidades performativas de gênero, seja de homem ou de mulher. Assim, atuação da inteligibilidade de gênero ocorre a partir de normas de gênero a fim de controlar a identificação de gênero das pessoas. Em outros termos, por meio da inteligibilidade de gênero ocorre a identificação das pessoas ao padrão heterossexual, e deste modo é mantida a continuidade do modo de ser heterossexual (BUTLER, 1990).

Para explicar a inteligibilidade de gênero, Butler (1990) acentua que o ser humano tem sua identidade associada a identidades performativas de gênero, assim o sujeito precisa se identificar com uma identidade performativa de gênero para ser reconhecido com sujeito, pois há culturalmente a necessidade criada de que o sujeito possa se ver numa identidade performativa de gênero. Neste sentido, identidades de gênero estão contidas na inteligibilidade de gênero, por meio de normas que instituem como é ou deve ser uma e outra identidade, ou seja, existem normas regulatórias definindo como são as identidades de gênero. Assim, as pessoas devem se identificar com as identidades de gênero da inteligibilidade, ou seja, se identificar em seguir práticas de identidades performativas de gênero atribuídas à identidade performativa de gênero de homem ou mulher para serem vistos como sujeitos. Deste modo, vejo que o gênero é regulado por meio de normas de inteligibilidade de gênero que são socialmente instituídas e mantidas, e esta regulação visa manter a coerência e a continuidade a

partir da identificação das pessoas com as identidades condizentes com a inteligibilidade de gênero.

Ao considerar esta perspectiva, a identidade da pessoa seria assegurada pela valorização da relação sexo, gênero e sexualidade, e a pessoa aceitaria essa relação a fim de manter a coerência e a continuidade da pessoa, porém isso não é feito a partir de características lógicas e analíticas da condição de pessoa, ao contrário, isto se dá a partir da observância de normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas. Uma questão levantada por Butler (1990) é que sendo a identidade garantida por meio dos conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a noção de pessoa seria questionada por aqueles sujeitos em que o gênero não é coerente ou contínuo, os quais pareceriam pessoas, mas diante da não observância às normas de gênero da inteligibilidade cultural, possivelmente não seriam vistos como pessoas, mas como gêneros não inteligíveis, já que não buscam a manutenção da coerência entre continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo.

Assim, a partir da identificação do sujeito para com as identidades de gêneros instituídas ele seria reconhecido como sujeito inteligível, precisamente por prezar pela manutenção da coerência e continuidade das normas de gênero da inteligibilidade cultural, ou seja, obedecer a heterossexualidade instituída. Neste sistema, gêneros inteligíveis são aqueles que “instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 1990, p.38). Esta relação de coerência e continuidade da relação sexo, gênero, prática sexual e desejo é condicionado ao modelo binário, e visa fortalecer e reafirmar a heterossexualização do desejo para a manutenção das relações assimétricas e opostas, como pode ser visto no trecho seguir:

A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre "feminino" e "masculino", em que estes são compreendidos como atributos expressivos de "macho" e de "fêmea". A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de "identidade" não possam "existir" — isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não "decorrem" nem do "sexo" nem do "gênero". Nesse contexto, "decorrer" seria uma relação política de direito instituído pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade. Ora, do ponto de vista desse campo, certos tipos de "identidade de gênero" parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se conformaram às normas da inteligibilidade cultural. (BUTLER, 1990, p.36-37).

Na citação é possível observar que por meio da heterossexualização do desejo, de forma compulsória pessoas devem se reconhecer nas identidades “prontas” que estejam em

“conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero” (BUTLER, 1990, p.37). E, aqueles que não se identificam com as identidades instituídas na inteligibilidade de gênero (e conseqüentemente não conformam com o padrão estabelecido por ela) são considerados incoerentes e descontínuos.

Também fica evidente nas palavras de Butler (1990) que além de incoerentes e descontínuos, aqueles que não se enquadram ao modelo heterossexual são considerados falhas por não estarem em conformidade com o modelo. Isto porque para esse sistema as pessoas que seguem as normas de gênero são tidas como coerentes, pois obedecem ao estabelecido a partir da observância das regras de gênero para que sejam consideradas pessoas “normais” que seguem a ordem natural da vida, de casar, ter filhos, etc. Por outro lado, os sujeitos que não seguem o padrão heterossexual, são considerados fracassados, além de serem considerados estranhos às regras. A autora enfatiza que esses sujeitos são tidos como abjetos pelo meio social, denotando que corpos e identidades que não se adequem a matriz heterossexual são ininteligíveis por ela, apresentam risco a matriz e justamente por isso são combatidos por ela.

Deste modo, cabe destacar a crítica de Butler (1990) de que homossexuais são regulados por regras heterossexuais, ou seja, nas normas heterossexuais está incutido o pensamento de que para ser bem sucedido é necessário, casar, constituir família, e seguir todo o padrão heterossexual, por isso é enfatizado que os sujeitos que não seguem esse modelo “são constantemente proibidos e produzidos” (BUTLER, 1990, p.38) pelas mesmas leis que coordenam a heterossexualização do desejo, que buscam estabelecer causalidade entre sexo biológico, gênero culturalmente constituído e o efeito de se ter desejo sexual por meio da prática sexual. Desta forma, a heterossexualidade se mostra como “norma obrigatória com sua crença de que a heterossexualidade é o modelo normal e natural a ser seguido e obedecido por todos” (SOUZA, 2016, p.34) e é fortemente criticada pela filósofa por conter a ideia de que é o único caminho para uma vida bem-sucedida e feliz.

Neste sentido, acentuo que a reafirmação da heterossexualidade ocorre por meio da inteligibilidade de gênero, onde padrões de gênero tradicionais são mantidos e naturalizados, e conseqüentemente o que é diferente é excluído. Em outros termos, a inteligibilidade de gênero constitui modelos de identidades de gênero a partir de padrões socialmente estabelecidos, esses padrões visam manter o que está há tempos instituído, evidenciando que as pessoas devem continuar a valorizar o pensamento heterossexual. Ao seguir o padrão heterossexual as pessoas tornam-se inteligíveis, ou seja, ser inteligível significa adquirir o gênero de acordo com o que está posto pela inteligibilidade de gênero na confirmação da relação estável entre sexo, gênero, prática sexual e desejo (BUTLER,1990).

Aqueles que não consideram esta relação de coerência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, estão fora da lógica binária, e são vistos como incoerentes e descontínuos, além de também serem combatidos pela inteligibilidade de gênero que tem como principal efeito controlar e proibir qualquer forma de incoerência e descontinuidade. Isto é feito a partir de normas que permitam conexões entre sexo biológico, gêneros culturais e suas consequências no desejo sexual e da prática sexual, em outras palavras as normas como práticas sociais visam promover a normalização nos parâmetros heterossexuais, assim, as normas, em sua maioria implícitas agem com princípio normalizador da prática social (SOUZA, 2016).

Porém, por mais que a inteligibilidade de gênero queira controlar, regular ou normalizar os sujeitos (por meio de normas) ela não garante que os sujeitos observem as normas de forma exata, assim, mesmo que o sistema binário seja constantemente reafirmado pela matriz heterossexual ele não é seguido completamente, pois há quem fuja aos desígnios da inteligibilidade de gênero. Então, mesmo que a fuga ao padrão da inteligibilidade expressa por identidades diferentes do estabelecido seja vista como falha de desenvolvimento ou incoerência dentro deste campo, é ao mesmo tempo a possibilidade de apontar limitações às intenções regulatórias deste poder da inteligibilidade (BUTLER, 1990).

Pois, conforme Butler (1990) propõe, pela persistência e proliferação de identidades diferentes das estabelecidas pelas leis culturais, é criada a oportunidade crítica de denunciar “os limites e os objetivos reguladores desse campo de inteligibilidade” (p.37), além de também permitir “matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero” (BUTLER, 1990, p.37). Assim, por meio do “estranho”, do “incoerente”, do que está “fora da lei” é que surge a chance de visualizar a antes inquestionada categorização sexual como algo construído, e que poderia ser construído de forma diferente.

Butler (1990) acredita nesta desnaturalização e desconstrução do gênero sinalizando para a verificação do gênero como performance, então, a fim de uma maior aproximação a este pensamento, falo nas próximas linhas sobre a performatividade e sua ligação com o discurso para depois, então falar de gênero como performance. Porém, antes de falar de performatividade retomo rapidamente a prevalência das normas da inteligibilidade de gênero, e adianto que ao falar sobre performatividade e discurso é difícil delimitar onde começa um e termina outro, pois no meu entendimento estes conceitos trabalham juntos para reafirmar política, jurídica, econômica e culturalmente a vontade do poder dominante que tem suas bases em moldes heterossexuais.

Deste modo, reitero que as normas cumprem um papel significativo de manter identidades coerentes de gênero ao estabelecer práticas regulatórias de gêneros, onde os corpos

para serem coerentes e fazerem sentido devem ter um sexo estável expresso por um gênero estável, sendo masculino (macho) ou feminino (fêmea). Portanto, as normas agem por meio de práticas sociais de maneira a produzir normalização. Assim, as normas de gênero são importantes para produzir identidades de gênero expressas na inteligibilidade de gênero que deve ser condizente com os parâmetros da matriz heterossexual (SOUZA, 2016).

Neste sentido, as normas de gênero contribuem para a delimitação do gênero em suas condições idealizadas, ou seja, ao longo do tempo normas de gênero foram sendo reproduzidas entrelaçadas a outras questões complexas de significados sociais que não pareciam estar diretamente ligadas ao gênero. E, de alguma forma a partir da repetição das normas de gênero as pessoas foram e são reguladas pelo gênero e esse controle ocorre por meio da inteligibilidade cultural do gênero, e por mais que se tenta desviar da norma, os poderes regulatórios constantemente reafirmam seu pensamento e sua potência em ser um regulador continuado (BUTLER, 2004).

Os sujeitos constantemente são chamados a reforçar as normas pela repetição continuada destas, e na medida que os sujeitos repetem constantemente as normas eles estão agindo pela performatividade, esta se refere justamente à constante repetição de normas pelo sujeito, esta repetição de normas é caracterizada no discurso, isto é, a performatividade é formada pela repetição específica de práticas sociais discursivas, estas práticas sociais são entendidas como discurso e vice-versa. Isto quer dizer que a performatividade tem suas fundações em um poder rigorosamente vinculado ao discurso pelo qual o sujeito é obrigado a reconhecer-se como sujeito nas identidades discursivamente constituídas (SOUZA, 2016).

Neste sentido, chamo a atenção para o discurso, já que este está extremamente ligado a performatividade, na medida que o discurso tem o poder de produzir aquilo que ele denomina, e atua no performativo como discurso. Em outras palavras o discurso emite maneiras, práticas, normas a serem repetidas ou imitadas pelos sujeitos, se trata da emissão de gestos discursivos do poder já naturalizados na sociedade que são constantemente reafirmados (BUTLER, 1993a). Realço, então, o poder do discurso como mecanismo que direciona as ações do sujeito, pois é a partir do discurso que os sujeitos podem seguir o próprio discurso, e mais especificamente pela performatividade os sujeitos repetem o que já foi estabelecido pelo discurso (as normas).

Ainda sobre o discurso, não se pode dizer que o sujeito possa ter um pensamento anterior a ele, pois ao nascer o sujeito já está envolto no discurso que é transmitido na linguagem, e é levado a pensar conforme convencionado pelo discurso, sobre isso Butler (1993a) explica que não há um “Eu” que declare ou fale algo antes do discurso anteceder e preparar este “Eu” a falar, então não existe um “Eu” que esteja atrás do discurso executando sua própria vontade por

meio do discurso. Desta forma, reafirmo que não há sujeito livre ou fora das normas, ao contrário o sujeito é produzido através da constante repetição de normas discursivas, em outros termos, o sujeito é sempre consequência do discurso.

Desta maneira, o discurso, a performatividade e o sujeito estão bem próximos, pois, o discurso estabelece os parâmetros da performatividade, e esta por sua vez é seguida pelos sujeitos. Assim sendo, a performatividade acontece por meio do discurso e atua por meio do discurso, pois as bases da performatividade estão em um poder atrelado fortemente ao discurso. Neste discurso, o sujeito se vê obrigado e empurrado a reconhecer-se como sujeito, e pela performatividade, isto é, ao seguir/repetir as normas o sujeito pode ser visto e considerado um sujeito, pois a performatividade, permite que o sujeito possa existir como sujeito, conforme evidencia Souza (2016) a “performatividade é a precondição para que possa existir o sujeito - é a precondição que constitui e produz a ação do sujeito” (SOUZA, 2016, p.37).

Portanto, a performatividade possibilita que o sujeito pela repetição das normas ou das práticas ditas “naturais” seja introduzido dentro do sujeitoado *status* de sujeito, e este recebe não somente o reconhecimento, mas também certo grau de vida social na medida que é transferido de uma área externa de indiferença para o domínio discursivo e social do sujeito. Com isso, para a formação do sujeito é necessário anteriormente a discursiva condição de reconhecimento social, assim este reconhecimento precede e condiciona o sujeito. O reconhecimento não é entregue ao sujeito, mas forma este sujeito, por isso que sem o reconhecimento pelo discurso não é possível existir como ser humano (SOUZA, 2016).

Assim sendo, o reconhecimento não é uma questão de simples escolha do sujeito, mas que existe um condicionamento, pois o discurso de reconhecimento social é anterior à formação do sujeito: “paradoxalmente a condição discursiva de reconhecimento social precede e condiciona a formação do sujeito: reconhecimento não é conferido a um sujeito, mas é o que forma o sujeito” (SOUZA, 2016, p.36-37). Com isso, a performatividade não pode ser vista como uma ação livre e voluntária do sujeito, pois a performatividade é um primeiro elemento para haver o sujeito, já que a performatividade produz a ação do sujeito. Portanto, a performatividade não é uma ação do sujeito, mas sim uma produção discursiva (SOUZA, 2016).

Destarte, a performatividade conduz as ações do sujeito não de forma livre, de modo que ele pudesse escolher na matriz de inteligibilidade de gênero qual gênero performar, pois a performatividade não é um ato singular performado por um sujeito, mas a condição temporal e espacial que permite a existência do sujeito. Então, a performatividade deve ser considerada como o meio ou processo que regula a repetição de normas, sendo que esta repetição não ocorre

pela performance do sujeito, mas sim por meio desta repetição que proporciona que o sujeito seja permitido, capacitado e produzido (SOUZA, 2016).

Neste sentido, gênero e sexualidade são performativos na medida que são repetidos e reiterados constantemente para que o sujeito possa se consolidar como sujeito. Então, gênero não é consequência da livre escolha individual, como um papel que o sujeito pudesse escolher performar e sim uma reiteração forçada da norma, em outras palavras não se pode dizer que o sujeito execute a norma, mas que por meio da repetição da norma é que se tem o sujeito, ou seja, a formação do sujeito depende das normas de gênero que são naturalizadas anteriormente (SOUZA, 2016).

Sobre a performatividade e a regulação dos sujeitos que esta propicia, Butler (1993a) afirma:

A performatividade de gênero não é uma questão de escolher qual gênero será hoje. Performatividade é uma questão de reiterar ou repetir as normas pelas quais se está constituído: não é uma fabricação radical de um eu de gênero. É obrigatória a repetição de normas prévias e subjetivas, que não podem ser descartadas à vontade, mas que funcionam, animam e restringem o sujeito de gênero (BUTLER, 1993a, p.22).

Isto posto, assim como Butler (2004) compreendo que as pessoas (ou sujeitos) são de uma ou de outra maneira porque foram formatadas para seguirem os discursos regulatórios expressos por meio de normas (que devem ser repetidas) e que são transmitidas nas diversas instituições da sociedade. Assim, a performatividade ajusta o sujeito de gênero, na medida em que são produzidas relações de saber e poder que delimitam o que é ser homem e o que é ser mulher, assim, a repetição das normas permite que um sujeito exista como sujeito, já que está ligado a um poder (para mim o poder do discurso) que liga um sujeito a uma identidade. Desta forma, a performatividade exige e influencia os sujeitos, ou seja, o sujeito ao nascer já está envolto em todo um sistema de “modos de ser” regulado pelas normas de gênero. Assim, a depender do sexo que o sujeito apresenta em termos ditos biológicos, é exigido que ele represente a identidade performativa de gênero correspondente ao sexo biológico que ele possui, sendo que seu falar, pensar, agir, deve estar de acordo com a identidade performativa de gênero que o sujeito deve performar.

Aqui fica mais evidente a relação de que tanto sexo quanto gênero são construções sociais, pois práticas de gênero (ou normas de gênero) naturalizadas na sociedade são ensinadas desde cedo aos sujeitos, algumas dessas práticas como falar, pensar, agir, vestir são repetidas pelo corpo sem que o sujeito tenha chances, num primeiro momento, de renunciar àquilo que está vindo sobre ele. Assim, comportamentos, gestos e modos de ser são incorporados e

repetidos ao longo do tempo com base no que foi estabelecido discursivamente como mais adequado pelo binarismo da matriz heterossexual (BUTLER, 1990).

Por esse ângulo, conforme evidenciado anteriormente, atos ou ações (falar, pensar, agir, vestir) aprendidos e disseminados no dia a dia, são impostos sobre o corpo a partir de práticas discursivas que são repetidas performaticamente. Portanto, reitero, conforme Jacobs (2017) que a partir da performatividade “discursos são legitimados como práticas, e representações de gênero são naturalizadas como identidades sexuais” (p.3), ou seja, a partir de um ato performativo institucionalizado há a formação e ordenação da realidade social pela imposição de construção discursiva dos corpos, seguindo ideais da diferença sexual. Em outras palavras corpos e mentes devem conformar a ideia de natureza que foi sendo estabelecida, e assim há o apontamento de que as categorias homem e mulher não são fatos naturais, mas categorias políticas.

Neste sentido, a própria noção de gênero só é possível por meio da repetição de atos de gênero (ou normas de gênero), pois a performance repetida e naturalizada produz a identificação do gênero. Então, a repetição de atos de gênero proporciona a ideia de gênero, e caso não existissem esses atos não haveria nenhum gênero, porque não há essência que represente o gênero, pois não se trata de um dado da realidade. Sendo assim, atos de gênero podem ser considerados “marcas, gestos, signos intencionais, culturalmente atribuídos aos gêneros, e repetidos para serem mantidos como *naturais*” (JACOBS, 2017, p.4).

Neste sentido, as pessoas incorporam normas de gênero estilizadas em atos/atitudes/comportamentos idealizados de feminilidade e masculinidade. Então, há o estabelecimento das maneiras pela qual gênero deva ser performado, ou seja, a performatividade afirma o poder da matriz heterossexual com suas normas e regulações nas performances dos sujeitos. Contudo os sujeitos não são livres e autônomos para performar o que quiserem, deste modo, não é o sujeito que performa gênero, mas é a performatividade que permite que alguém possa vir a existir como sujeito, por isso que se fala em identidades performativas de gênero (SOUZA, 2016).

Ressalto que a performatividade é um processo que conta com a iterabilidade, ou seja, é necessária a repetição regularizada e restrita de normas, pois conforme Butler (1993b) evidencia é “essa repetição é o que habilita um sujeito e constitui a condição temporal do sujeito” (BUTLER, 1993b, p. 95). Portanto, é exigido um desempenho ritualizado, as ações devem seguir um ritual reiterado sob imposição de limitações, imposição da força da proibição e do tabu, com ameaça ao banimento social e até mesmo controle da morte caso não se proceda à maneira da produção da norma.

Assim, a performatividade vista como repetição de normas é o que permite que alguém venha existir como sujeito, pois, é justamente a repetição ritualizada das normas que cria um efeito de uniformidade de gênero que institui a masculinidade e a feminilidade como estáveis, como já foi bastante enfatizado. Então, o gênero ocorre pela incorporação das normas, e é uma “prática obrigatória, uma produção forçada, mas não por esse motivo determinante” (BUTLER, 1993a, p.22), isto significa que mesmo que existam passos esperados para o gênero, isso nunca ocorre conforme a expectativa, pois o sujeito nunca realiza o ideal que é obrigado a se aproximar.

Neste sentido, passo a considerar o gênero como performance, e acentuo que a performance é diferente de performatividade. A performatividade é a repetição de normas que constitui o sujeito, e a performance é constituída e permitida pelas normas. Então, performatividade constitui as performances, e estas devem ser performadas em diferentes contextos onde “o que é performado parece ser real, normal, e natural, exatamente porque o sujeito é compelido a realizar estas performances de acordo com as normas e convenções sociais” (SOUZA, 2016, p.39). Todavia, enfatizo, que as performances não imitam exatamente o que é requerido pela performatividade, o que se liga ao parágrafo anterior quando falo que o sujeito nunca realiza o ideal esperado dele pela performatividade, pois o sujeito pode não se reconhecer na inteligibilidade produzida pela matriz heterossexual, já que a performatividade não produz sujeitos iguais, pois “a forma como cada um de nós performamos nossas identidades sexuais e de gênero não são exatamente da mesma forma que outros a fazem” (SOUZA, 2016, p.38).

Com isso, evidencio o pensamento de Butler quando denuncia a instabilidade e a incompletude da formação-sujeito, que se relaciona a instabilidade de repetição pela performance. Pois, há indícios de erros na repetição das identidades constituídas, ao considerar que performance é sempre uma fantasia da fantasia, ou seja, a performance é uma cópia da cópia, e assim como o gênero, não se pode falar em original, então na repetição da performance sempre haverá falhas, mas também é nestas falhas que há potencial de mudança e subversão (BUTLER, 1990).

Neste sentido, Butler (1990) traz o gênero como paródia, isto significa interpretar que as identidades instituídas são parodísticas, ou seja, elas imitam uma identidade anterior tida como original, mas que não é original. Assim, a autora enfatiza que há imitações daquilo que se pensa ser o original, mas o que ocorre de fato são cópias das cópias, ou seja, o gênero não tem um original, o que permite dizer que o que é seguido é sempre fantasia da fantasia. E outras palavras foi criada a ilusão de que se tem uma identidade original de gênero a ser copiada, mas

o que ocorre é a imitação da imagem da imagem (que traz consigo a ideia de imitação de gênero), digo, é imitada uma imagem que foi produzida para ter esse efeito de imitação.

Portanto, é nessa constante imitação de imagens de identidades de gênero que surge “uma abertura à resignificação e à recontextualização” (BUTLER, 1990, p.197), pois, por mais que os significados de gênero estejam caracterizados nos modos parodísticos e façam parte da cultura hegemônica, também são desnaturalizados e direcionados a partir de sua recontextualização parodística. E, isto é sugerido pela possibilidade que a imitação tem de mover o sentido original do gênero e imitar o próprio mito da originalidade.

É importante considerar que ver gênero como paródia é pensar as possibilidades disruptivas expressas por Butler nas performances de *drag queens* que parodiaram o gênero, ao romper com a coerência heterossexual entre sexo e gênero. Ou seja, *drag* ao imitar gênero mostra “implicitamente a estrutura imitativa do próprio gênero” (BUTLER, 1990, p.197) e assim o sexo e o gênero são “desnaturalizados por meio de uma performance que confessa sua distinção e dramatiza o mecanismo cultural da sua unidade fabricada” (BUTLER, 1990, p.197). Isto evidencia a construção e a não originalidade do gênero, porém, a filósofa pontua que nem toda paródia é subversiva, já que muitas das repetições (paródias) acabam por ser domesticadas e redifundidas como mecanismo de hegemonia cultural.

Neste sentido, ressalto que o gênero é “uma história pessoal/cultural de significados recebidos, sujeitos a um conjunto de práticas imitativas que se referem lateralmente a outras imitações” (BUTLER, 1990, p.197). Com isso, enfatizo que o gênero é construído a partir daquilo que é recebido externamente, sendo a própria imitação ou repetição de gênero algo que cria a ilusão de que houve um gênero primário ou interior que durante muito tempo foi defendido e ainda é por inúmeros discursos de poder e saber, o que levou e leva o sujeito a acreditar nesta ideia.

Por fim, compreendo gênero como um dispositivo de poder que por meio do discurso é responsável por construir identidades performativas de gênero e as próprias performances dos sujeitos, sei que o sujeito tem suas performances atravessadas por diversas categorias, como apontadas por Judith Butler (1990) a saber, a classe, a raça, a etnia e quantos mais eixos de poder existirem e repercutirem na construção dos sujeitos, porém, opto por dedicar mais tempo ao gênero, por questões ligadas ao tempo de pesquisa. Além disso, presumo que inúmeras situações ligadas ao gênero e ao discurso direcionem o que é pensável e realizável na cultura e até mesmo em situações mais íntimas da convivência diária, ou seja, são estabelecidos limites até no convívio familiar e doméstico, principalmente na manutenção da opressão da mulher que é obrigada, por tempos, a realizar atividades domésticas colocadas como femininas e

classificadas como inferiores. Sem falar que há tempos as mulheres são as mais fortemente exploradas pelo meio capitalista ao ocupar os trabalhos mais precários, mal remunerados e pouco ou nada valorizados.

### 3 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Ao observar que historicamente as mulheres sofrem as mais diversas formas de injustiça e humilhação, considero que um dos principais meios em que a mulher foi e é aviltada, diminuída e explorada é no ambiente de trabalho, seja o trabalho realizado na empresa tradicional ou nas formas mais flexíveis como o trabalho domiciliar. Este último, em especial promete dinheiro rápido e sem sair de casa, mas na verdade é um tipo de trabalho que expõe a mulher à degradação, à insalubridade e a baixos salários. Por isso, busco discutir no próximo tópico como historicamente as mulheres envolvidas, em especial com a atividade de costura (a partir do século XVI), participaram de contextos de trabalhos precários.

#### 3.1 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DA COSTURA

##### 3.1.1 Contexto do trabalho da costura (trabalho domiciliar, as mulheres e as facções)

Busco apresentar nas próximas linhas, como a tarefa de costurar ocorria no século XVI, no século XVIII com a Revolução Industrial e num momento mais atual. Procuo evidenciar que a atividade de costurar no século XVI era uma atividade que envolvia a família, mas que depois foi sendo modificada e em parte pela divisão sexual do trabalho foi sendo atribuída às mulheres. Mostro que a atividade de costurar esteve ligada ao trabalho domiciliar e tempos depois foi utilizada pelas grandes indústrias, porém, o trabalho domiciliar de costura nunca foi eliminado por completo, sendo utilizado pelo público geral e também pelas indústrias.

Antes de explicar como foi se configurando a atividade de fazer roupas, destaco que entendemos o trabalho domiciliar, conforme Enoque, Borges e Saraiva (2015), que dizem que o trabalho domiciliar é visto como um departamento externo da indústria, que presta o serviço, recebendo o pagamento por unidade produzida. Os autores apresentam uma definição deste tipo de trabalho:

O trabalho domiciliar deve ser entendido como aquele realizado na habitação do trabalhador, por encomenda da empresa ou de seus intermediários, envolvendo geralmente a realização de uma tarefa parcial do processo produtivo [...] e cujo pagamento é feito por peça (ENOQUE; BORGES; SARAIVA, 2015, p.9).

Diante disso, entendo conforme Enoque, Borges e Saraiva (2015), que a confecção/facção doméstica realiza um tipo de trabalho domiciliar, já que as confecções/facções domésticas são pequenas oficinas, muitas vezes improvisadas em cômodos de casas, que realizam a prestação de serviços de costura às indústrias ou fábricas maiores, geralmente é um trabalho realizado por mulheres, e se configura como um trabalho repetitivo e árduo.

Também evidencio, conforme Enoque, Borges e Saraiva (2015), que são poucos os estudos que trataram do trabalho domiciliar pela história, justamente por se tratar de um trabalho que era realizado no ambiente doméstico, em que se tinha dificuldade de acesso às fontes. Essa dificuldade de acesso é algo que ainda ocorre atualmente, já que trabalhadores domiciliares dificilmente aparecerem, pelo menos de forma direta em estatísticas oficiais do governo ou em documentos de sindicatos e de empregadores. Este cenário de impedimentos documentais piora quando se constata que a maior parte da mão de obra inserida nesta atividade é formada por mulheres que estão em meio a sociedades que produzem discursos masculinos.

Diante disso, Enoque, Borges e Saraiva (2015) indicam que segundo relatos históricos da Europa do século XVI e XVII, ocorria nesta época, uma produção nas casas das famílias, esta produção foi chamada de trabalho doméstico. Os autores apontam que na Rússia eram produzidos artigos de linho, de cânhamo e de madeira para o próprio consumo das famílias, sendo que essa produção acontecia, normalmente, junto ao pequeno campesinato, e contribuía para a economia natural. Então, da mesma forma que as famílias dos camponeses realizavam a extração e transformação de produtos primários, realizavam também a produção de artigos, como uma unidade de produção, pois cada membro tinha uma responsabilidade diante dos processos produtivos, o que permitia que tivessem uma pequena independência econômica, mesmo que precária, enquanto grupo.

Entendo, conforme Enoque, Borges e Saraiva (2015), que a atividade de costurar roupas estava atrelada a esta maneira de produção que era realizada no ambiente doméstico. Sendo assim, diversos artigos eram fabricados com o auxílio de instrumentos rudimentares, e eram as famílias que no ambiente domiciliar realizavam esta produção. Compreendo, a partir dos autores, que a fabricação de roupas ocorria de uma forma mais simples que a atual, e neste cenário de economia doméstica, vida familiar e trabalho estavam fortemente ligados, sendo que “Marido, mulher e filhos, em geral, trabalhavam juntos na própria casa” (p.4).

Este cenário de trabalho familiar começa a mudar a partir do século XVIII com a Revolução Industrial, conforme Soares, Marcari e Fonseca (2017) mostram, neste período ocorre o aparecimento da máquina a vapor e outros métodos de produção, e há a substituição

do trabalho manual pelo trabalho com o uso de máquinas. Sendo assim, as pessoas passam a operar as máquinas não só a vapor, mas também as máquinas têxteis, isso contribuiu para que surgisse o trabalho assalariado. Também ocorre, neste período, um forte êxodo rural, com a ida das pessoas para as cidades buscando melhores condições de vida, também porque os novos métodos de produção diminuíram os empregos da agricultura, causando desemprego no campo.

Perosini (2017) acrescenta, que as pessoas passaram a buscar no trabalho nas grandes indústrias das cidades uma chance de sobreviver, e boa parte dos tecelões e fabricantes que trabalhavam em casa, passaram a trabalhar nas fábricas, tornando-se trabalhadores assalariados. E assim, a produção em grande escala fez com que o ofício dos trabalhadores manuais, que era ensinado dos pais aos filhos e que eram desenvolvidos com a participação de toda a família, ficasse ultrapassado e fosse substituído pelo sistema produtivo que prometia alavancar a economia.

A Revolução Industrial, conforme Soares, Marcari e Fonseca (2017), também foi um período de intensa exploração do trabalho, em que a exemplo da Inglaterra, onde indústrias eram instaladas em locais próximos às jazidas de carvão, os trabalhadores realizavam os serviços em condições insalubres, expostos a incêndios, explosões, intoxicação por gases, inundações, desmoronamentos; sem falar que recebiam baixos salários e estavam sujeitos a doenças causadas pelos gases, como a tuberculose, asma e pneumonia. Além disso, os trabalhadores eram comprados com seus filhos e ficavam sujeitos a multas que sugavam o seu salário. Este período foi caracterizado pela forte exploração dos trabalhadores, principalmente de mulheres e crianças, que também trabalhavam nas fábricas, e em péssimas condições de trabalho e de salário. Enfatizo que mulheres e crianças desempenhavam o mesmo trabalho que os homens, mas com salários inferiores.

Com a forte exploração da mão de obra de trabalhadores no período da Revolução Industrial, começam a surgir grandes questionamentos sobre as condições de trabalho e de salários. Segundo Soares, Marcari e Fonseca (2017), os trabalhadores começaram a reunir-se e a lutar pela diminuição das jornadas excessivas e combater a exploração de menores e mulheres. Então, diante da pressão dos trabalhadores, o Estado começa a elaborar normas de proteção ao trabalho.

Dessa forma, segundo Soares, Marcari e Fonseca (2017), uma das primeiras medidas de forma a proteger os trabalhadores foi a criação da Lei de Peel, em 1802, na Inglaterra, que pretendia apoiar, mesmo de forma autoritária, os trabalhadores. Esta lei previa a diminuição da carga horária de trabalho para 12 horas, e a proibição de iniciar o trabalho antes das 6 horas e

terminar após as 21 horas. Com estas informações podemos imaginar que as pessoas trabalhavam muito além destes limites que foram, então, estabelecidos.

Desta forma, encontro em Soares, Marcari e Fonseca (2017), que a partir da Lei Peel, outras conquistas foram alcançadas de forma gradual, como a proibição de trabalho de menores na França, em 1813, a proibição da realização deste aos domingos e feriados e a redução da jornada de trabalho de crianças e adolescentes. Em relação às mulheres, em 1842, na Inglaterra, houve a criação do *Coal Mining Act* que proibia o trabalho de mulheres em subterrâneo, depois em 1844 com o *Factory Act*, o trabalho de mulheres foi limitado a 12 horas e o trabalho noturno proibido, e ainda em 1844 com o *Factory and Workshop Act* foi vedada a utilização de mulheres em trabalhos perigosos e insalubres.

Deste modo, por meio das lutas, há, de forma gradativa, a depender do país, conquistas de melhorias no trabalho fabril. Porém, não se pode dizer o mesmo sobre o trabalho domiciliar que continuava nas casas sem legislação que o regulasse. Enoque, Borges e Saraiva (2015) apontam que este tipo de trabalho era fragmentado, por isso, os trabalhadores domiciliares, diferente dos trabalhadores das fábricas, não conseguiam se unir em sindicatos para lutar pelos direitos, e isto fortaleceu a posição patronal, pois em momentos de demanda houve utilização de trabalhadores domiciliares o que impedia que o movimento sindical crescesse, bem como o nível geral de salários dos trabalhadores.

Além disso, como já evidenciei anteriormente, conforme Enoque, Borges e Saraiva (2015), o trabalho domiciliar que é executado a partir da Revolução Industrial é diferente do executado pelas famílias do século XVI e XVII, pois passa a contar principalmente com a mão de obra feminina e a ser um meio de exploração das indústrias. Com isso, percebo, que a mão de obra do trabalho domiciliar, principalmente da mão de obra feminina passa a ser mais fortemente explorada, pois as indústrias preferiam o trabalho domiciliar em detrimento do trabalho da fábrica, principalmente, pelo fato da mão de obra feminina ser mais barata, o que proporcionou redução de custos para a grande indústria, às custas da forte exploração.

Além disso, vejo em Enoque, Borges e Saraiva (2015), que a maior exploração do trabalho feminino domiciliar pela indústria, inclusive a indústria de confecção londrina do século XIX, se deve também pela abundância de mulheres disponíveis para trabalhar, e pelos salários dos homens serem baixos e irregulares, o que não quer dizer que o trabalho domiciliar fosse bem pago, ao contrário, assim como havia exploração do trabalho nas fábricas, também havia no ambiente doméstico. Porém, é possível acreditar que a partir das conquistas de direitos pelos trabalhadores das fábricas, o trabalho domiciliar, como não era regulamentado, nem fiscalizado, passa a ter um grau mais forte de exploração do trabalho. Pois, sem regulamentação

e fiscalização, e diante da necessidade de sobrevivência, houve brecha para que as pessoas trabalhassem em condições precárias e durante longas horas. Neste sentido, as pessoas trabalhavam durante muito tempo na mesma posição, a ponto de terem dores intensas nas costas e no pescoço, sem falar de sequelas na visão e outras doenças.

Considero que a utilização das indústrias pelo trabalho domiciliar feminino, também se deve ao fato da possibilidade das indústrias usarem o trabalho infantil quando este ainda era permitido, pois as crianças ajudavam suas mães e não eram pagas diretamente pelo trabalho, o que representava ainda maior economia para o empregador, pois este também não teria a responsabilidade pela supervisão e treinamento da mão de obra infantil envolvida, mas seria de responsabilidade da família. E, mesmo quando o trabalho infantil passou a ser proibido é possível que no ambiente doméstico a atividade tenha continuado por algum tempo. Outra questão que favoreceu à utilização da mão de obra domiciliar é que em regiões industriais havia bastante mão de obra treinada, e instituições de ensino especializadas (como, por exemplo, escolas de costura), e o aprendizado informal transmitido por parentes e amigos, o que também reduzia fortemente os custos do empregador (ENOQUE; BORGES; SARAIVA, 2015).

Dessa forma, compreendo, conforme Leite, Silva e Guimarães (2017), que o trabalho domiciliar de forma geral, e também o trabalho da confecção doméstica se configurou como uma forma de exploração capitalista em que principalmente as mulheres foram submetidas, isto em parte pela divisão sexual do trabalho que traz sobre a mulher a responsabilidade por atividades relacionadas ao cuidado da casa e dos filhos, que contribuiu para que as mulheres preferissem trabalhar em casa, mesmo que isso significasse longas jornadas e baixa remuneração, isto porque estavam diante da possibilidade de conciliar as tarefas de casa com essas outras atividades que viriam das fábricas.

Sobre a divisão sexual do trabalho, em especial no Brasil, que em parte explica a configuração atual das confecções domésticas, Monteleone (2019) fala em seu trabalho, que no país ao longo do século XIX as funções femininas eram bem definidas, pois atividades relacionadas à casa e ao cuidado dos filhos seriam de responsabilidade da mulher, e o trabalho fora ou negócios seria próprio dos homens. Com isso, no Brasil, no século XIX, a atividade de costurar, estava relacionada às atividades das mulheres, sendo comum neste período que as mulheres realizassem costuras em suas casas, e esperava-se que as mulheres soubessem cuidar das roupas da casa, que incluía realizar remendos, recosturas, transformações e outros cuidados com as roupas como lavar e passar. A autora ainda relata que as mulheres de famílias abastadas contavam com escravas para realizar essas tarefas e tempos depois houve a necessidade de contratação de criadas (normalmente imigrantes) para dispensar cuidados às roupas.

Monteleone (2019) aponta que a prática do costurar tornou-se ainda mais popular no século XIX, no Brasil, porque houve grande disseminação das máquinas de costura que contribuíram para que a velha profissão de costureira pudesse se desenvolver, então, as mulheres podiam costurar para fora e permanecer em suas casas, deste modo complementando a renda familiar com trabalhos de costura. A autora ainda diz que muitas transformações ocorreram, e contribuíram para que surgisse um novo tipo de trabalho feminino especializado, este ligado à confecção de roupas em ateliês de moda e lojas, contando com vendedoras, modistas, e jornalistas de moda. Estas mudanças ocorreram devido ao crescimento das cidades e mudanças de comportamentos em relação à saída das mulheres ricas às ruas para passeios, além de aumento da quantidade de criados e trabalhadores domésticos que realizavam o cuidado das roupas. Este aumento da quantidade de criados e trabalhadores domésticos, ocorreu: pela proibição do tráfico negreiro em 1850, pela intensa imigração estrangeira e também pelo êxodo rural que reuniram mão de obra, principalmente feminina, para este trabalho.

Ainda no século XIX, começam a surgir empresas capitalistas no Brasil e o trabalho feminino muda de forma radical. Na Europa, o trabalho feminino já ocorria e era comum nas fábricas, mas no Brasil começa um grande debate em torno do trabalho das mulheres nas fábricas. Segundo Monteleone (2019), nestes discursos eram enfatizados que o homem tinha vocação natural para o trabalho e as mulheres para a casa, e cuidado dos filhos. Alguns pensadores reformistas chegaram a dizer que o trabalho das mulheres nas fábricas roubava o peito das mulheres de seus filhos, pois as impediriam de amamentar. Outros absurdos também foram ditos como: a incompatibilidade das mulheres com as máquinas; a imoralidade que vinha dos trabalhos pesados, do clima na fábrica, dos palavrões masculinos, dos favores sexuais; e, que mulheres não deveriam se meter em greves ou reivindicações.

Apesar dos discursos contrários ao trabalho feminino nas fábricas no Brasil, houve no século XIX a popularização da profissão de costureira, e no século XX, segundo Leite, Silva e Guimarães (2017), houve maior crescimento da quantidade de costureiras domésticas que atendiam diretamente o público geral, e também diante da maior demanda de roupas, foram surgindo fábricas de confecção que foram absorvendo a mão de obra dessas pessoas que costuravam em domicílio. Então, com a produção em maior escala, em especial a partir 1960, com o surgimento das fábricas de confecção, as mulheres que costuravam em casa foram absorvidas pela confecção industrial. Preciso explicar que a industrialização no Brasil é tardia em relação à Europa, visto que no século XIX algumas regiões europeias, a exemplo de Londres, já tinham indústrias de confecção, conforme citado anteriormente.

Outra questão a ser considerada é que a entrada das mulheres para trabalhar nas fábricas de costura, assim como no mercado de trabalho em geral, ocorreu com muitas injustiças, que ainda persistem atualmente, como a desigualdade salarial, o assédio, os cargos mais baixos na hierarquia serem ocupados por mulheres, enquanto que os homens ocupam posições de chefia.

Leite, Silva e Guimarães (2017) revelam que apesar do crescimento do trabalho das mulheres nas fábricas de confecção no Brasil, assim como na Europa, o trabalho em domicílio não foi totalmente eliminado, ou seja, nem o trabalho das costureiras que atendiam o público geral, nem o trabalho das costureiras que atendiam as fábricas parou. Em especial, este último devido à sazonalidade existente na indústria da confecção, ainda é fortemente utilizado nos dias atuais, e também porque sua continuidade foi, e é importante para atender aos interesses das indústrias de confecção.

Considero, então, conforme Leite, Silva e Guimarães (2017), que o trabalho das indústrias de confecção desde seu início é caracterizado como uma atividade que agrega tanto o trabalho nas fábricas, como nas oficinas, quanto nos domicílios. Deste modo, compreendo que, por vezes, as grandes indústrias de confecção subcontratam parte de sua produção para as fábricas ou oficinas menores de costura. Essas confecções, atendem prestando serviços de costura para as fábricas maiores, e encontram-se inseridas num contexto de relações de trabalho de subcontratação, e dependem de uma ou mais contratantes (indústrias/fábricas), para que este trabalho ocorra.

Diante disso, o termo que é mais frequentemente utilizado para definir os locais que realizam a prestação de serviços de costura é denominado *facção*. O plano de negócios disponibilizado no *site* do SEBRAE (2019), define *facção* como:

*Facção* é o nome dado a confecções que prestam serviços para outras empresas do ramo que possuem marca própria e foco na comercialização dentro da cadeia produtiva do setor têxtil. Em geral uma *facção* não vende seus produtos diretamente no varejo, realizando somente trabalhos de corte, montagem e acabamento de peças do vestuário para outras confecções (SEBRAE, 2019).

Deste modo, ao ler o plano de negócios do SEBRAE (2019), encontro que as indústrias de confecção realizam as diversas atividades de produção de roupas e que podem escolher entre realizar todo o processo produtivo ou repassar partes da produção para *facções*, realizando assim terceirização de uma ou várias fases da produção. Neste sentido, a *facção* corresponde a uma forma de terceirização, já que uma indústria maior que normalmente se concentra nas atividades de criação e comercialização, cria sua coleção, realiza cortes de peças e encaminha para indústrias menores que são contratadas para montar as roupas (SEBRAE, 2019).

A facções não comercializam os produtos, mas são responsáveis pela prestação do serviço de montagem das roupas, devendo entregar para a indústria maior as peças prontas, esta indústria maior confere as peças, padroniza a qualidade e ainda as vende. No plano de negócios apresentado pelo SEBRAE é destacado que a facção surgiu da tendência de terceirização que vem ocorrendo em diversos setores e, sobre isso falaremos mais adiante. Ainda segundo o órgão, a facção foi se configurando como uma saída para o dono de empresa, ou um empreendedor que tentou criar uma marca no mercado da confecção e que não conquistou seu espaço, e que pode passar a realizar facção, já que possuem máquinas e empregados (SEBRAE, 2019).

Deste modo, muitas confecções surgem a partir de ex fábricas que tinham suas marcas próprias, mas que não conseguiram sobreviver pelos mais diversos motivos. Também é possível que o trabalho de facção também possa ser realizado por ex-funcionários de indústrias grandes que se reúnem em pequenos locais para realizar esta atividade de trabalho para sobrevivência. Com isso, entendo as oficinas como locais menores que as fábricas, e que também podem ser chamadas de confecções ou facções, podendo estar localizadas em ambientes domiciliares, mesmo que de forma improvisada num cômodo da casa, neste caso sendo denominadas confecções/oficinas/facções domésticas.

Em relação à média salarial dos trabalhadores da confecção doméstica, Leite, Silva e Guimarães (2017), apontam que é, na maior parte dos casos, bastante baixa, e extremamente variável, já que o ganho dos trabalhadores é por peça. Além disso, em algumas localidades ou atividades enfrentam a sazonalidade que provoca ausência de trabalho por até cinco meses.

Além disso, o que não é mostrado por *sites* de órgãos do governo como o SEBRAE é que no ramo têxtil/vestuário o faccionamento, ou seja, a terceirização traz inúmeras desvantagens para o trabalhador. Pois, em nome do discurso de flexibilidade de horário de trabalho, e ganho sem sair de casa, na verdade o que se busca é ganhos para o capital, já que Krost e Brandão (2017) asseguram que a partir das reestruturações realizadas neste sentido, houve aumentos de competitividade e lucratividade para o capital às custas da precarização do trabalho em níveis pouco conhecidos ou até ignorados pela sociedade.

Deste modo, o trabalho de confecção em domicílio foi sendo configurado como adequado para as costureiras, pois permitia que conciliassem tarefas domésticas e trabalho profissional. Porém, o que não é levado em conta, é a precariedade deste tipo de atividade, pois as mulheres têm sobre si a carga do trabalho doméstico e também do trabalho da costura, configurando dupla jornada, além disso, este tipo de trabalho pode ser muito pior do que um trabalho formal, em que são determinados turnos de trabalho que devem ser seguidos, isto, é

nas confecções domésticas o trabalho pode se estender por horas longas ininterruptas e em horários insalubres. Há também a vinculação da atividade como uma forma de renda secundária para a família, onde já se nota que é mal remunerado. Por essas questões e outras que serão discutidas mais adiante o que Leite, Silva e Guimarães (2017) indicam, que o trabalho em confecções “foi sempre precário: instável, sem acesso a direitos trabalhistas, mal remunerado e desenvolvido, via de regra, em condições inadequadas” (p. 54).

### **3.1.2 Reestruturação Produtiva e Precarização**

Assim, busco mostrar segundo Krost e Brandão (2017), que a partir do século XX, há a intensificação da atividade de facção/confecção doméstica, devido às reestruturações capitalistas realizadas, principalmente por meio da flexibilização dos processos produtivos, que causaram a implementação de diversas medidas que aumentavam os lucros da indústria e causavam precarização do trabalho. Então, uma das formas de precarização utilizadas, inclusive pela indústria de confecção, foi a subcontratação da produção, onde parte da produção era terceirizada a um valor mínimo para a atividade de facção, que é cada vez mais considerada um tipo de trabalho precarizado.

É visível que as formas de trabalhos com forte precarização como as confecções domésticas estão cada vez mais frequentes. Krost e Brandão (2017) sugerem que isto se deu a partir de 1970, período em que foram iniciadas reestruturações em vários setores. Estas reestruturações estiveram ligadas ao discurso economicista, que apresentou como solução para aumento da rentabilidade do capital (que estava em declínio), a retirada de todas as barreiras à geração e à circulação de riquezas com vistas à redução da intervenção estatal e flexibilização dos processos produtivos.

Vejo, em Costa (2017), que estas mudanças ocorreram em parte devido às duas crises do petróleo corridas na década de 1970, que ocasionaram um ambiente mais competitivo e diminuição na taxa de acumulação, o que fez com que o discurso capitalista apontasse a rigidez dos contratos coletivos de trabalho e gastos sociais do Estado como fatores que impediam o livre funcionamento da economia. Com isso, foram difundidas por toda parte as ideias neoliberais em defesa de relações de troca mais flexíveis e autorreguladas pelo mercado. Então, a indústria que era conhecida pela rigidez Taylorista/Fordista passou a adotar a Modernidade Líquida representada pelo modelo Toyotista, que visa a acumulação do capital com um sistema mais flexível.

Costa (2017) ainda mostra que a diminuição da força da sociedade salarial, visualizada como “fordista” (p.119), ocorreu pela: desverticalização produtiva e pela desregulamentação do mercado de trabalho. A primeira causou desemprego. Já segunda ocasionou o aumento dos empregos sob condições e salários inferiores ao padrão do momento anterior. Essas ações unidas à instabilidade da economia, inexpressivo crescimento, alta taxa de desemprego, enfraquecimento dos sindicatos possibilitaram que o discurso sobre a flexibilidade dos mercados de trabalho pudesse se tornar dominante e legitimasse as reformas nas entidades do trabalho e da proteção social. Vejo que neste contexto que há um crescimento e trabalhos ditos como mais flexíveis, e que na verdade o que ocorreu foi um corte de direitos que é facilmente visto no costurar em confecções domésticas.

Neste sentido, Costa (2017) irá dizer que as marcas do pensamento flexível na verdade trazem: exclusão, desigualdade, instabilidade e precariedade das formas de trabalho, pois à medida que buscava instrumentos para organizar suas atividades de forma global, o trabalho foi se individualizando, fragmentando, enfraquecendo, o que permitiu o sucesso da flexibilização e retirada de direitos. Assim, de forma contraditória, o movimento que priorizava a abertura comercial, fechava ou transferia unidades produtivas para países onde tem poucos investimentos, mão de obra abundante e a democracia é mais fraca. Com isso, as medidas de proteção asseguradas por lei foram afrouxadas dando espaço ao pensamento individualista que busca lucros desenfreados às custas de relações temporárias, descartáveis e até mesmo de exploração.

Vejo, então, que essas relações temporárias descartáveis e de exploração, em especial se enquadra no trabalho de facção doméstica que é uma pequena empresa que por essas relações garante os lucros desenfreados das empresas maiores. Sobre isso, Costa (2017) acrescenta, que foram inseridas as políticas de subcontratação, em especial no setor de serviços que passa a absorver os empregos, pois há o surgimento de médias e pequenas empresas que passam a fornecer produtos e serviços para grandes indústrias desverticalizadas, porém essa expansão ocorreu pela lógica de controle financeiro, tecnológico e comercial das grandes empresas. Diante disso, essas pequenas empresas jamais absorveram totalmente os trabalhadores que foram descartados pelo corte de postos de trabalho devido à reestruturação da indústria. E as pequenas e médias empresas garantiram a flexibilidade produtiva e o ajuste as flutuações de mercado, pois podiam contar com mão de obra abundante, mão de obra esta que possuía baixa ou nenhuma qualificação, com alta chance de aceitar qualquer oferta de trabalho, sendo que também neste tipo de empresa seria mais difícil a organização em sindicatos.

Há, também, uma tendência global das indústrias de confecções em transferir seus trabalhos para países da periferia do capitalismo, como o Brasil. Isto, porque as cadeias de produção da indústria estão se tornando mundiais, passando a fazer parte da divisão internacional do trabalho que concentra modelos e coleções nos países desenvolvidos e a costura onde a mão de obra é mais barata. Com isso, Leite, Silva e Guimarães (2017) mostram, que a costura, atualmente, quase não é feita na Europa e América do Norte, sendo realizada, basicamente, nos países latino-americanos e do sul da Ásia, e, muitas vezes, a produção ocorre em oficinas e domicílios. Os autores indicam marcas internacionais que se destacam na realização desta prática no Brasil, são elas: Zara, C&A, Gap.

Considero, a partir de Leite, Silva e Guimarães (2017), que essas mudanças refletem a reestruturação da cadeia de produção do setor que num processo de terceirização da produção, tem como finalidade a desresponsabilização das grandes marcas pelas condições de trabalho realizado em oficinas e casas em países que concentram a confecção. O Brasil também passou por uma reestruturação de suas marcas nacionais, com a separação entre as marcas e a produção, que trouxe, conseqüentemente, o esvaziamento das grandes fábricas de confecção, com a multiplicação do trabalho realizado em domicílio ou em pequenas oficinas.

Vejo que todas as transformações que ocorreram e que ainda continuam a ocorrer contribuem para que exploração seja cada vez acirrada e camuflada, e assim trabalhos como os que ocorrem em oficinas domésticas apresentam-se como atividades rentáveis, mas que na verdade são atividades que estão incutidas formas quase escravocratas de trabalho, já que as trabalhadoras mulheres são cruelmente exploradas, sendo exploradas primeiro pelo capital, segundo pela questão de gênero, já que historicamente sempre foram mal remuneradas e estiveram submetidas a duplas ou triplas jornadas.

## 4 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Neste capítulo descrevi os caminhos que foram percorridos em termos metodológicos para responder à questão de pesquisa proposta. Apresento o tipo de pesquisa, os instrumentos de coleta de dados que utilizei, além de como fiz a análise dos dados.

### 4.1 TIPO DE PESQUISA

Para desvendar as práticas cotidianas realizadas pelas pessoas, busquei olhar para os sujeitos que realizam estas práticas, utilizo pesquisa de natureza qualitativa, pois conforme apresenta Chizzotti (2003), este tipo de pesquisa busca ressaltar os sentidos das ações e os vínculos inseparáveis das ações dos sujeitos com o contexto social em que estas ações acontecem. Ainda seguindo o autor, concordo que não existe um padrão único de pesquisar, o que foi uma das premissas da pesquisa qualitativa, que surgiu para superar as limitações da pesquisa quantitativa que evidenciavam a procura pelas regularidades e estabilidade dos fenômenos humanos.

Deste modo, concordando com Chizzotti (2003), adoto a perspectiva qualitativa que se esforça em revelar a complexidade e contradições de fenômenos únicos, bem como a imprevisível e original capacidade criadora das relações interpessoais e sociais. Busquei assim, evidenciar características que a princípio aparentavam se tratar de ser simples fatos, mas que contribuíram para que fosse expressa a complexidade da vida humana ao destacar significados desconhecidos da vida social.

Saliento também que este tipo de pesquisa valoriza a importância da proximidade entre pesquisador e pesquisado, sendo esta interação necessária à interpretação que o pesquisador terá da realidade do pesquisado. Deste modo, coaduno com a visão de Teixeira (2016) que evidencia o reconhecimento do pesquisador pela pesquisa qualitativa, diferente da ideia hegemônica de pesquisa que defende a neutralidade e isenção do pesquisador no fazer ciência.

Com isso, ressalto que compreendo o pesquisador como alguém que não se mantém isento na pesquisa, pois em pesquisas com o cotidiano o pesquisador é inseparável daquilo que pesquisa, ou seja, o pesquisador está junto de seu objeto de estudo (VICTORIO FILHO, 2007). E, seguindo Denzin e Lincoln (2004), não acredito na neutralidade do pesquisador, pois compreendo que a partir do momento que me proponho a realizar análises em pesquisas, estas

análises conterão mesmo que implicitamente meus valores, visões, ou seja, as análises se darão a partir de minha visão de mundo.

Além disso, vejo como Vieira (2013) que o estudo qualitativo transmite pluralidade, ao se mostrar como um campo heterogêneo pela possibilidade de envolver abordagens diferentes, com possibilidade de uso de técnicas, procedimentos e recursos a partir de diferentes concepções filosóficas e metodológicas que visam examinar, entender e explicar o mundo social. Assim considero que a pesquisa qualitativa me possibilitou uma variedade de instrumentos e métodos a serem utilizados, sendo importante minha escolha pelo método de pesquisa, o que apresento a seguir.

## 4.2 COLETA DE DADOS

O estudo qualitativo exige maior esforço na coleta de dados, na medida que é necessário utilizar instrumentos que contribuam para compreensão da complexidade envolvendo o objeto de pesquisa, pois conforme aponta Flick (2004) a pesquisa qualitativa é uma interpretação constante da realidade. Deste modo, minha procura por entender a realidade dos sujeitos da pesquisa ocorreu por meio de entrevista semiestruturada (gravada e transcrita), por meio de observação e anotações em diário de campo.

Minha busca por pessoas que trabalhassem em facções domésticas se deu por meio de parentes e amigos. Num primeiro momento obtive os contatos de algumas pessoas, e busquei maiores informações para saber se realmente a pessoa trabalhava em casa e prestando o serviço de facção. Feito isso, tentei agendar uma conversa com as pessoas para explicar como seria a pesquisa. Tive um pouco de dificuldade em encontrar pessoas que estivessem dispostas, mas na terceira tentativa obtive a autorização para realizar o estudo.

A primeira tentativa de estudo foi com um contato passado por uma amiga. Cheguei a ir pessoalmente conversar com este contato, que ficou de ver com sua companheira de trabalho se esta aceitaria, pois, o trabalho era na casa da outra pessoa. No outro dia esta pessoa me avisou que sua companheira de trabalho não aceitou participar da pesquisa.

A segunda tentativa de estudo também foi um contato passado por uma outra amiga. Conversei pelo *WhatsApp* com esta pessoa a fim de ir conhecer o seu local de trabalho. Fui até a casa, e quando cheguei ela me disse que se tratava de um local de corte de lotes que eram enviados para facções, ela disse que raramente pegavam facção para fazer, apesar de existirem

três pessoas costurando no momento, então eu percebi que possivelmente ela teria falado aquilo porque não estaria disposta a participar do estudo.

Enfim, na terceira tentativa, obtive autorização para ir até a casa de Marli para realizar a pesquisa. Apesar de já conhecer Marli anteriormente (conheci quando eu era criança e morava na cidade de Sarandi) eu não a conhecia profundamente, nunca tinha ido até sua casa, ou conhecido sua família.

Ao ter a autorização de Marli para ir até sua casa que também é seu local de trabalho, onde trabalha com sua irmã mais nova, passei a frequentar o local. Nos dias que fui até a casa de Marli busquei compreender como funcionava o ambiente a fim de que surgissem maiores questionamentos nas entrevistas. O período de coleta de dados se estendeu de 28/11/19 até 14/02/20 em dias alternados (no período da manhã ou da tarde). A coleta se deu por meio de entrevistas semiestruturadas gravadas e transcritas, anotações de diários de campo e também por observação direta. A ida em dias alternados ocorreu porque Marli, disse que teria dias que ela não poderia me atender porque precisava sair para resolver problemas, por vezes, eu perguntei se poderia ir no dia seguinte e ela me autorizava ou não.

Nos dias em que estive em contato com a realidade a ser estudada observei atentamente como eram divididas as tarefas, como e quando eram feitas, em relação à costura e também em relação à casa. Procurei por meio das observações captar expressões, olhares, ou outras características que contribuíssem na compreensão do objeto de pesquisa.

No diário de campo anotei as atividades, comentários e situações que achava interessante ou que me causavam dúvidas. Para não esquecer dos acontecimentos que tinha presenciado, inicialmente, eu memorizava palavras-chave ligadas a estes acontecimentos e depois passei a anotá-las no celular. Quando eu chegava em casa, a partir das palavras-chave eu fazia um resumo destacando o que tinha chamado minha atenção. Isto permitiu que eu fosse buscando mais respostas às perguntas que iam surgindo.

O roteiro de entrevista semiestruturado, possibilitou buscar respostas para questões que ainda não haviam sido respondidas por meio das observações. Além disso, o roteiro semiestruturado proporcionou maior flexibilidade na hora de entrevistar os pesquisados, conforme Triviños (1987) diz, ele permitiu que diante das dúvidas surgidas durante a entrevista eu pudesse perguntar e assim a entrevista fluiu de forma mais espontânea, também reconheço, conforme Manzini (1990), que a entrevista semiestruturada exigiu de mim habilidade de pesquisador em direcionar a conversa para a resposta de meus questionamentos, bem como em deixar o entrevistado mais à vontade.

As entrevistas ocorreram na facção doméstica que também é o domicílio de Marli. Foram duas entrevistas, cada uma realizada com uma das costureiras. A primeira entrevista ocorreu com Marli no dia 20 de dezembro de 2019. A segunda entrevista com Marlene ocorreu no dia 13 de fevereiro de 2020. A distância entre as duas entrevistas se deu devido as festas de fim de ano que me impediram de ir por algumas semanas no local de trabalho das costureiras, e também porque queria ter a oportunidade de falar sozinha com Marlene, assim como fiz com Marli, para que ela se sentisse mais à vontade. Neste dia que realizei a entrevista também foi o último dia que fui na casa.

#### 4.3 ANÁLISE DE DADOS

Após a realização das entrevistas analisei os dados por meio da análise de discurso de linha francesa, que se utiliza de ferramentas metodológicas que sistematizam o tratamento de textos a fim de que se tenha uma melhor compreensão de um discurso, buscando investigar em profundidade aspectos gramaticais aos ideológicos e outros que possam existir ou que possam ser mais importantes. Assim, a análise de discurso (AD) observa que qualquer discurso, escrito ou falado traz características explícitas e implícitas (SARAIVA, 2009).

Considero, conforme Brandão (2004), o entendimento da linguagem por meio dos discursos, abordando aspectos sócio históricos e ideológicos. A AD, permite desvelar não somente o que é linguístico, mas também aquilo que é extralinguístico. São enfatizadas as condições sócio-históricas como importantes na construção das significações e aspectos ideológicos ao considerar que a linguagem como discurso não é um simples instrumento de comunicação ou apoio do pensamento, mas é interação, produção social, não sendo neutra, inocente, mas sim um instrumento que privilegia ideologias.

Vejo, em Orlandi (2012), que a Análise de Discurso não se preocupa somente com a língua e a gramática, mas com o discurso, este estando etimologicamente ligado à noção de “curso, de percurso, de correr por, de movimento” (p.15). Discurso é então uma palavra que denota movimento, prática de linguagem. Estudar o discurso é analisar o homem falando, é entender a língua fazendo sentido simbólico, como parte do homem e de sua história. A AD visualiza o discurso como o meio de se comunicar com a realidade social, o discurso permite que o homem continue ou se desloque da realidade em que vive.

Ao visualizar os discursos como espaços onde surgem significações, aprecio conforme Brandão (2012), que é importante considerar para a constituição dos sentidos, a tríade básica nas formulações teóricas de análise do discurso, sendo elas: formação discursiva, condição de

produção e formação ideológica. A formação discursiva se relaciona à ideia de que toda formação discursiva é atravessada por outros discursos antecedentes, ou seja, por aquilo que já foi ouvido ou falado. Já a condição de produção envolve aspectos que cercam a produção do discurso, isto é, inclui “o contexto sócio-histórico-ideológico” (BRANDÃO, 2012, p.23) em que os interlocutores estão inseridos. A formação ideológica consiste em atitudes em representações que não são nem individuais, nem universais, mas que refletem a posição de “classe social, política, econômica, de onde se fala ou se escreve” (BRANDÃO, 2012, p.23), e está diretamente ligada às relações de poder na interação entre os sujeitos.

Quanto aos dados das minhas observações diretas, elas foram analisadas por meio de minhas anotações nos diários de campo, a partir de um diálogo entre questões reflexivas que foram emergindo do campo com questões teóricas postas anteriormente. O resultado dessas análises é o que se verá no capítulo seguinte.

## 5. CAMPO

### 5.1 ENTRADA NO CAMPO

Minha entrada no campo foi marcada por muita incerteza e receio do que iria encontrar pela frente, estava preocupada se iria conseguir captar o misto de sentimentos que envolve a vida e dia a dia das pessoas que eu iria conhecer, tinha em mente a dificuldade de entender o contexto de vida de pessoas que não eram próximas de mim, a falar de um convívio diário. Minha preocupação era observar atentamente os diferentes modos de viver, de se comportar, de pensar, e ainda provocar no leitor reflexões quanto ao modo de existir, de viver, de sobreviver dessas pessoas. Então, busquei visualizar a vida das pessoas, em seus aspectos mais gerais e também em seus aspectos mais específicos.

Também havia em mim uma grande expectativa do que o campo iria me mostrar, como seria a casa e também ambiente de trabalho das costureiras, como seriam seus equipamentos de trabalho, e de uma forma geral como seriam as condições de trabalho. Estava curiosa também para saber como seriam as costureiras, e se seriam receptivas à minha presença em seus locais de trabalho, pois eu teria que acompanhar de perto suas atividades de vida e de trabalho. Assim, tinha sempre em mente que deveria estar atenta a cada detalhe, cada gesto, cada olhar, cada expressão, a fim de perceber as inúmeras inquietações que pudessem existir no contexto de vida das costureiras.

Desta forma, com um misto de preocupações, expectativas e inúmeros sentimentos que inicio o estudo do cotidiano de vida de duas mulheres que moram e trabalham na cidade de Sarandi, uma das cidades da região Metropolitana de Maringá. Em meus primeiros contatos com as mulheres que trabalham na facção doméstica busquei demonstrar minha preocupação em entender suas vidas, além disso também tentei estabelecer um diálogo aberto a fim de que estivessem tranquilas ao falar comigo durante os momentos em que eu estaria no ambiente de trabalho delas, pois tinha receio de não se sentirem à vontade na minha presença.

Porém, antes de estar em contato com as duas costureiras, busquei por informações sobre o trabalho das facções domésticas em Maringá e região, e pude perceber que a atividade conta com diferentes formulações de pessoas trabalhando, em sua maioria ligadas ao trabalho familiar, alguns exemplos deste tipo de configuração de trabalho envolve o trabalho de: pai-mãe-filhos, avó-mãe-filha, mãe-filha, irmã-irmã. Já as configurações não-familiares geralmente são formadas por pessoas que se conheceram por causa da atividade. Há também neste ramo de atividade quem trabalhe sozinho. Outra característica das facções é quanto ao tempo de

dedicação ao trabalho, enquanto as facções maiores, geralmente, se dedicam integralmente ao trabalho, as menores realizam o trabalho no período da noite (após o trabalhar no emprego formal) e aos fins de semana, neste caso normalmente se trata de facções com apenas um integrante.

As inúmeras e variadas formas de facção criaram em mim a falsa expectativa de que encontraria facilmente alguém disposto a contribuir com meu trabalho, porém isso não ocorreu e tive um pouco de dificuldade em encontrar pessoas dispostas a participar da minha pesquisa, então intensifiquei minha procura por facções com a ajuda de parentes e amigos. Num primeiro momento obtive os contatos de algumas pessoas, e busquei maiores informações para saber se realmente o trabalho era executado em casa e prestando o serviço de facção. Feito isso, tentei agendar reuniões com as pessoas para explicar como seria a pesquisa.

A primeira tentativa de estudo foi com um contato passado por uma amiga. Cheguei a ir pessoalmente conversar com este contato, que ficou de falar com sua companheira de trabalho se esta aceitaria, pois, o trabalho era na casa desta pessoa. No outro dia a pessoa me avisou que sua companheira de trabalho não aceitou participar da pesquisa. A recusa desta pessoa me deixou bastante tensa, mas eu não baixei a cabeça e no mesmo dia passei a enviar mensagens para outras pessoas conhecidas que pudessem me indicar outras pessoas que realizavam a mesma atividade em casa.

Então, ocorreu minha segunda tentativa de estudo, na casa de uma conhecida de uma outra amiga. Conversei pelo *WhatsApp* com o contato que me foi fornecido e pedi para ir pessoalmente conhecer o seu local de trabalho. Fui até a casa, e quando cheguei ela me disse que se tratava de um local de corte de lotes que eram enviados para facções, ela disse que raramente pegavam facção para fazer, apesar de existirem três pessoas costurando no momento, então eu percebi que possivelmente ela teria falado aquilo porque não estaria disposta a participar do estudo.

Depois destas duas tentativas fiquei um pouco desanimada, então liguei para uma parente costureira que indicou uma conhecida em comum para o estudo. Pedi à minha parente que consultasse essa pessoa sobre a possibilidade do estudo, e para minha surpresa, instantes depois, recebo sua ligação informando que a costureira concordou que eu fosse a sua casa. Então, no dia seguinte entrei em contato com a costureira Marli, este primeiro contato ocorreu por meio de uma ligação telefônica, onde a costureira se mostrou muito aberta a falar e explicar como era seu dia a dia, então aproveitei e pedi para ir até sua casa no dia seguinte para explicar melhor como proceder as buscas pelas informações de modo a entender sobre inúmeros aspectos de vida e trabalho em sua facção.

Deste modo, tive a oportunidade de frequentar a casa e ambiente de trabalho de Marli, na cidade de Sarandi, onde ela trabalha juntamente com sua irmã Marlene há aproximadamente três anos. Sarandi é uma cidade vizinha de Maringá, esta última é principal cidade da região. Também conhecida como cidade canção, Maringá é lembrada nacionalmente pelo seu padrão de vida e pela beleza de suas ruas largas e arborizadas. A cidade também conta com indústrias, comércio, grandes e diversificadas empresas que caracterizam o município como uma cidade próspera. Em contraste com a realidade maringaense, existem cidades vizinhas que não apresentam as mesmas condições econômicas e sociais do município, e estas e sofrem com inúmeros problemas sociais. Uma dessas cidades é Sarandi, uma pequena cidade do Norte do Paraná com cerca de 96.688 habitantes, com uma área de 103,501 km<sup>2</sup> (IBGE, 2020).

Assim como outras cidades da região Metropolitana de Maringá, Sarandi teve sua origem relacionada à Companhia de Terras Norte do Paraná, sendo que de acordo com o *site* do IBGE (2020), os primeiros lotes da área urbana de Sarandi foram vendidos em 1947, mas antes disso, já existiam na área rural moradores que haviam desbravado as terras e cultivado as primeiras lavouras de café. Em 1954 foi criado o distrito com o nome Sarandi, que passou a ser subordinado de Marialva, outra cidade fundada pela Companhia de Terras Norte do Paraná, e em 1965 Sarandi foi elevado a município.

Maringá, de modo semelhante a Sarandi, foi reconhecido como distrito em 1947, sendo subordinado a Mandaguari até 1951, quando obteve sua elevação a município (IBGE, 2020). As duas cidades, como já evidenciado anteriormente, tiveram sua origem ligada à Companhia Melhoramentos e ao cultivo do café, porém com o passar do tempo apresentaram desenvolvimentos diferentes. Isso se deve a questões históricas ligadas ao planejamento, à política e aos investimentos que levaram Maringá a possuir uma boa infraestrutura, diferente de Sarandi, que ainda hoje sofre com questões básicas de infraestrutura.

As diferenças entre Maringá e Sarandi são enormes, e segundo Priori (2017), também existe uma discriminação regional, em que Sarandi aparece como cidade dos pobres, com alto índice de violência e que fornece mão de obra para a dinâmica economia de Maringá. Deste modo, Sarandi é caracterizada como uma cidade dormitório, com dependência de Maringá. Em parte, essa situação é favorecida pela proximidade das duas cidades, elas estão tão próximas que Sarandi parece ser um bairro de Maringá, porém um bairro pobre e esquecido pelas autoridades, falo esquecido porque tive a oportunidade de morar nas duas cidades e conheço de perto os problemas de ambas as cidades. Morei por 12 anos em Sarandi, e agora moro há 10 anos em Maringá, e apesar de achar que Sarandi tenha melhorado nos últimos anos, ao

frequentar mais a cidade pude perceber que alguns problemas permanecem da mesma forma como na época em que eu morei no município.

Em minhas idas e vindas em Sarandi pude visualizar alguns problemas que ainda persistem na cidade como: precariedade da saúde pública; ruas sem asfalto, ou com asfalto de péssima qualidade; falta de água; inexistência de um transporte público próprio (o que tem é ineficiente e depende de Maringá). Outro problema da cidade é a violência, Sarandi já foi destaque algumas vezes em revistas por ser considerada uma cidade perigosa com alto índice de homicídios, como em 2015 que a cidade ficou em 74º lugar entre as 250 cidades mais violentas do Brasil. Essa classificação se deu pela apuração das taxas de homicídio por armas de fogo em cidades brasileiras no período de 2010 a 2012, sendo que na cidade paranaense aconteceram 121 homicídios neste período (EXAME, 2015).

Apesar dos números mostrarem que a cidade é violenta, eu não sentia medo quando me dirigia até um bairro de Sarandi para observar as costureiras da facção doméstica, visto que o bairro é próximo ao local que morei e que meus parentes ainda moram atualmente. Desta forma, nas primeiras vezes que fui ao ambiente de trabalho das costureiras, eu deixava o carro na casa de meus parentes e andava duas quadras até a chegar na facção doméstica, pois me sentia à vontade para andar pelas ruas a observar as pessoas, o trânsito, as casas, os estabelecimentos e outros.

Desta forma, ao me deslocar da minha casa (em Maringá) até a casa de Marli (em Sarandi), eu passava por alguns bairros maringaenses até chegar em uma das divisas de Maringá-Sarandi, onde há uma rua que divide as duas cidades. Do lado de Maringá: as casas, em sua maioria, eram acabadas; as ruas bem asfaltadas e com pouco movimento de pedestres (a depender do horário). Já do lado de Sarandi, simplesmente ao entrar numa das avenidas da cidade, já se nota a diferença no congestionamento de carros que em sua maioria se trata de modelos mais antigos que a cidade vizinha. Outra questão é que as casas eram mais simples, antigas, e muitas delas inacabadas; as ruas possuíam asfalto, mas eram esburacadas e empoeiradas; havia um bom fluxo de pedestres, em que as pessoas por vezes andavam no meio das ruas (local que via de regra é dos carros); havia também alguns estabelecimentos, como frutaria, açougue, farmácia, depósitos, bicicletaria, loja de motos, loja de móveis, mas o que mais me chamou a atenção foi a quantidade de bares, sendo que havia clientes dentro desses estabelecimentos mesmo durante o dia.

Ao sair da avenida e indo em direção ao bairro que a costureira morava, percebi, que o fluxo de carros era bem menor, mas o retrato das casas simples e inacabadas persistia, porém, as situações físicas de algumas casas eram até piores do que as que havia visto anteriormente,

e traziam consigo uma conotação de miséria, pois algumas casas não tinham muros, outras as paredes e muros não eram rebocados e também havia grande quantidade de entulhos no quintal. Também existia, no bairro, casas mais novas acabadas e bonitas, que pareciam ser casas financiadas por programas sociais do governo, mas eram poucas as casas desta natureza. O bairro também contava com igrejas, mercadinhos, padarias e bares. Havia um estabelecimento que era um misto de mercado, bar e açougue, este ficava bem próximo da casa de Marli. Todas as vezes que eu caminhava até a casa da costureira eu passava em frente deste mercadinho, que é bem conhecido do bairro.

Ao andar pelas ruas próximas ao mercadinho nas primeiras vezes que fui à casa da costureira eu observava o trânsito das ruas, o ir e vir de pessoas, tentando entender o que faziam e para onde iam. Em alguns momentos, pude notar que os homens na rua me olhavam quando passava (inclusive o dono do mercadinho) e achava que era porque não me conheciam e achavam estranha minha presença ali. Com o passar dos dias percebia que esta prática se repetia, e eu me perguntava, por que estas pessoas ficam em frente das casas, ou bares? Será que estão sem trabalho? E onde estavam as mulheres que não tinham o mesmo comportamento? Tentei me lembrar se o mesmo ocorria em Maringá, no meu bairro, mas lembrei que se trata de um bairro novo, sem bares em que a maioria dos moradores trabalha o dia todo, ou seja, um bairro com costumes diferentes daquele bairro de Sarandi.

Depois de algumas vezes passando por ali, pude notar que os homens “olhavam” indevidamente as mulheres que passavam por ali, e, diante desta experiência passei a pensar no cotidiano das mulheres que transitam diariamente por aquelas ruas, que passam em frente a estabelecimentos como bares e são observadas indevidamente, quantas mulheres poderiam ser chamadas de forma indecente por homens que se acham no direito de “serem homens”, conforme aprenderam a ser, além disso pensei na forma como mulheres são incentivadas a sentirem vergonha destas situações e a se reprimirem, sendo ensinadas a baixar a cabeça, ou a não terem reação. Em parte, isso ocorre pela naturalização que se cria, em que situações semelhantes são vistas como normais, sendo a utilização de palavras indecentes e ofensivas às mulheres consideradas triviais aos homens, e as mulheres e seus sentimentos não são considerados nem respeitados em prol de uma cultura machista, em que os homens podem tudo. E as mulheres, mesmo se sentindo violadas, não podem fazer muito para reagir a este sistema de opressão. Em outras palavras, nada é feito em defesa das mulheres que vivenciam essa e outras situações incontáveis os dias de forma invisível na sociedade, que evidenciam que as mulheres são frequentemente coagidas e oprimidas por um sistema machista que se mostra muitas vezes escancarado, como no bairro de Sarandi.

Ao lembrar a cena dos homens, em sua maioria idosos e adolescentes, em frente às suas casas, eu voltava a me questionar: onde estariam as mulheres? Quem sabe dentro de suas casas realizando tarefas domésticas, cuidando de filhos, ou trabalhando em uma atividade extra para ajudar no sustento das casas. Ou quem sabe estariam trabalhando fora durante o dia e ainda teriam que chegar em casa e trabalhar ainda mais, assim além de suprir as necessidades econômicas também supririam as necessidades de organização da casa. É evidente que estes foram alguns dos meus pensamentos, que podem não se concretizar na prática, mas que em algum grau podem ocorrer.

Num contexto com algumas diferenças e algumas semelhanças ao que citei anteriormente é que encontro Marli em sua casa trabalhando com sua irmã Marlene, e agora passo a falar das primeiras impressões que tive ao chegar neste ambiente de trabalho de facção. Relembro que antes de ir pela primeira vez na casa de Marli eu falei por telefone com ela, eu já a conhecia, mas nunca tinha frequentado sua casa, nem sabia onde era, por isso na primeira vez que me desloquei até sua casa estava acompanhada da mesma pessoa que me ajudou indicando que ela aceitaria participar do meu estudo.

Desta forma, ao chegar pela primeira vez em frente à casa da costureira, ela me recebeu no portão e logo tratou de me levar para dentro da casa. Antes de entrar olhei bem rapidamente para o quintal que tinha alguns entulhos, restos de material de construção e num cantinho à esquerda parecia haver uma casinha em que um cachorro estava preso, próximo aquela casinha havia outro cachorro amarrado numa corrente de frente de uma lavanderia que parecia ser bem improvisada e escura. Ao lado da lavanderia ficava uma porta que pensei ser uma sala, mas depois descobri que se tratava de um quarto. Ao olhar externamente a casa, notei que algumas de suas paredes e muros estavam sem reboco, e no local que parecia ficar um carro havia nas paredes a continuidade de algumas colunas indicando que seria construída uma cobertura no local. As calçadas ao redor da casa eram de piso bruto, e as paredes indicavam que partes da casa eram antigas e outras mais recentes, o que me levava a pensar que haviam sido construídos cômodos além do planejado inicialmente.

Ao ser conduzida por Marli até porta lateral oposta à lavanderia, entrei numa cozinha pequena, simples e organizada, depois fui até uma salinha que parecia ainda menor que a cozinha. Logo vi que era o local de trabalho das costureiras, visto que haviam quatro máquinas de costura, ocupando quase todo o espaço, sendo que somente uma parede ficava vazia que era a do corredor que dava ao banheiro e a outro quarto. Este ambiente parecia ter sido planejado para ser a sala da casa, mas depois foi transformado em uma sala de costura.

A sala de costura era um cômodo bem apertado e abafado, e apesar de ter quatro máquinas, duas delas não poderiam ser ocupadas ao mesmo tempo, pois estavam muito próximas, ou se costurava em uma ou em outra por causa do espaço. Esta salinha tinha uma porta no canto oposto ao corredor que dava em um quarto que inicialmente pensei ser a sala da casa, mas depois descobri que se tratava do quarto do casal, e que era utilizado por vezes para o trabalho das costureiras, pois na salinha não havia espaço para uma mesa, então a cama de Marli era utilizada para colocar os cortes de peças estendidas para que se pudesse montar as roupas. Ainda dentro da salinha existia sacos com os lotes de roupas que ficavam atrás das cadeiras de costura, e algumas caixas com linhas nos cantinhos. Também notei que se alguém precisasse se deslocar até o quarto tinha que passar de lado, quase esbarrando nas cadeiras das costureiras, porque o ambiente era bem apertado, ou até mesmo sair do local para que o outro passasse.

Então, por causa do espaço, Marli trouxe uma cadeira até o corredor e pediu que eu sentasse. Neste dia, estava bem quente, eu sentia muito calor, e via que Marli estava transpirando bastante, pois o vento do pequeno ventilador não era suficiente para refrescar o ambiente. Mas eu tentava disfarçar o calor que estava sentindo para não causar incômodo à costureira. Ali sentada, enquanto Marli me falava sobre seu trabalho, aos poucos eu pude observar o funcionamento da casa. Havia uma moça de uns 15 anos lavando louça, também ouvi um som crianças misturado com o som de uma TV ligada. Uma das crianças se tratava do filho da outra costureira (irmã de Marli); outro era o filho mais novo de Marli de 13 anos; outras 3 crianças eram de conhecidos que as deixavam ali para ir trabalhar, e as filhas de Marli que eram responsáveis pelo cuidado das crianças para terem um “dinheirinho”.

Mesmo observando a casa, eu também ouvia Marli me explicar sobre seu trabalho. Neste momento procurei demonstrar total atenção em sua fala, e expliquei que precisaria ir em sua casa várias vezes, a fim de visualizar como ela se dedicava às várias tarefas que eu imaginava que ela realizava. Também procurei saber qual tipo costura ela realizava, para qual empresa, como era o relacionamento com a fábrica maior que passava os lotes para ela costurar. Logo de início falei da minha intenção em ajudar a tirar linha ou algo semelhante, mas ela disse que sua costura não dava produção grande, pois se tratava de peças complexas (geralmente vestidos) e que elas montavam somente cerca de três unidades por dia a depender da dificuldade da peça.

Diante da impossibilidade de ajudar no trabalho da facção fiquei preocupada com a obtenção dos dados que precisava, pois pensei que minha presença ali sem fazer nada, só olhando, pudesse dificultar minha interação com as trabalhadoras, mas isso não aconteceu de

um todo, já que depois de alguns dias elas se mostraram mais à vontade com minha presença. E assim, pude observar o funcionamento das atividades de costura, bem como da casa de Marli de uma forma geral. Além disso, depois de alguns dias frequentando o local pude observar mais atentamente como eram divididas as tarefas, como e quando eram feitas, em relação à costura e também em relação à casa. Eu frequentei a casa da costureira por 3 meses, em dias alternados, e de acordo com a autorização da dona da casa. Quando ela iria sair de casa ela me avisava para que eu fosse em outro dia.

Ainda sobre a primeira tarde, lembro que Marli reafirmou o que já havia me falado anteriormente por telefone, de que trabalhar em casa era bom, mas que tinha suas dificuldades. A costureira desabafou que às vezes tinha que trabalhar longas horas e que não tinha um horário fixo. Ao falar dos pontos negativos da atividade, ela logo citava os pontos positivos, por exemplo ao mencionar trabalhar longas horas a depender do dia, em seguida evidenciava que era melhor ter bastante serviço para fazer do que não ter nenhum. Marli também enfatizava que gostava de costurar e que não tinha preguiça de acordar mais cedo, ou ir dormir tarde para trabalhar, além disso falou que se sentia satisfação em ver uma peça finalizada, principalmente por ter confeccionado a peça.

Naquele primeiro dia Marli também me falou um pouco sobre sua vida. Ela contou do relacionamento com seus pais quando ainda morava com eles, de quando se casou, de quando se mudou para Sarandi e também da chegada dos cinco filhos que atualmente têm idade entre 13 e 24 anos e ainda moram com ela. Também contou das funções que ocupou em diversos trabalhos durante sua vida até chegar a trabalhar de costureira em casa. Além disso, me contou com bastante orgulho de como adquiriu a primeira máquina de costura, que ela ainda tem e utiliza.

Marli enfatizou que sempre teve muita vontade em aprender a costurar, pois ela achava maravilhoso fazer roupas e ainda poder trabalhar em casa, assim ela fez de tudo para aprender. Ela relatou que a primeira atividade que aprendeu foi passar *overlock* em barras (é uma costura feita por uma máquina que se chama *overlock* que tem uma lâmina que corta o excesso de tecido) e que tinha muito medo de cortar as roupas, o que para iniciantes é algo bem comum. Ela falava com bastante entusiasmo de seu aprendizado, me pareceu que tinha muito orgulho de ter aprendido. Ela também me relatou que ensinou sua irmã a costurar e que tem bastante paciência para ensinar.

Marli é uma jovem senhora de 42 anos, mãe, esposa, costureira, e porque não dizer que também acumula o papel de dona de casa, pois nos dias em que a acompanhei pude ver ela dividida nas diversas funções. Ela deixou bem evidente que gosta de viver e que não gosta de

reclamar mesmo diante das situações mais adversas. Marli me parecia sempre bem-humorada, animada, disposta, apesar de por vezes eu perceber o cansaço em seu rosto (pois trabalhava bastante). Marli me transmitia muita força, garra e luta, ao trabalhar.

Em alguns dias Marli estava bastante falante, entusiasmada, normalmente em dias que não haviam muitas peças para produzir, então ela me falava bastante de sua vida, outros dias ela explicava que tinha bastante coisa para costurar e que não ia poder me dar muita atenção, eu respondia que não teria problemas, que eu ia ficar quietinha vendo elas trabalharem. Às vezes ela comentava sobre problemas ligados ao vício do esposo e do filho. Sua voz mudava, demonstrando tristeza quando falava da situação do seu filho de 24 anos, que ficava trancado no quarto, tinha dias que não tomava banho, não arrumava o quarto e que não buscava emprego. Ela também me falava com muito orgulho de suas filhas que eram bastante trabalhadoras, e que eram guerreiras igual ela.

Com relação a outra costureira, Marlene (irmã de Marli) é uma jovem senhora de 40 anos, mãe, esposa, costureira. Diferente de Marli, Marlene está no segundo casamento, e tem apenas um filho (do primeiro casamento) com idade de 8 anos. Pude perceber que a situação financeira de Marlene é um pouco melhor que a de sua irmã, ela tem seu próprio carro que utiliza para ir trabalhar na facção doméstica, para ir buscar o filho na escola, para levar as peças prontas na fábrica, ou levar a irmã em algum lugar que precisasse.

Nos primeiros dias notei que Marlene falava bem pouco, que não era tão falante como Marli, com tempo fui percebendo que era não falava muito porque não me conhecia, e na medida que foi se acostumando com minha presença ela foi se abrindo e falando mais sobre aspectos de sua vida. Assim, fui percebendo que Marlene fala até mais que Marli, mas que sua personalidade é mais calma e tranquila.

Sobre aspectos gerais da vida das duas costureiras, de imediato me pareceu que a vida de Marlene era mais leve que a vida de Marli. Falo, porque às vezes tive a impressão que Marli ficava sufocada diante das inúmeras atribuições que ela tinha que corresponder, ser mãe de cinco filhos, ser dona de casa, ser costureira e esposa, ou seja, ela tinha que se virar para atender todas essas expectativas. Marlene também era esposa, mãe, costureira, dona de casa, mas tinha somente um filho para dar atenção, e ficava o dia todo longe de casa, não se encontrava na mesma situação que Marli que estava dividida entre costurar e realizar alguma tarefa doméstica, dar atenção aos filhos. Sem falar que Marlene não estava enfrentando os mesmos problemas de relacionamento que Marli estava a enfrentar.

## 5.2 GÊNERO E A DECISÃO DE TRABALHAR EM CASA

Conforme fui me aproximando das duas irmãs fui conhecendo mais sobre suas vidas e sobre a personalidade de cada uma. Também tive a oportunidade de saber suas perspectivas, desejos, e também a escolha por trabalhar em casa. A decisão das costureiras por trabalhar em casa esteve ligada a possibilidade de estarem próximas dos filhos. E elas já estão trabalhando juntas há aproximadamente 3 anos.

Primeiramente em relação à vida de Marli, ela me contou em uma entrevista que casou muito jovem, aos 16 anos, e que por isso não terminou os estudos, mas que sempre trabalhou para ajudar no sustento da família. Antes de trabalhar com facção em casa, ela trabalhava para uma pequena fábrica de bonés próxima à sua casa. Essa apresentação mostra o lugar de fala de Marli, ou seja, como mulher pobre, que não estudou muito e teve que começar a trabalhar cedo e também casou bastante jovem. Nos últimos anos, ela decidiu pegar costura para fazer em casa. Percebi de imediato que o cotidiano atual de Marli está atrelado a esta decisão da costureira trabalhar fora para passar a trabalhar prestando serviços de facção em sua casa, assim sua vida profissional é ligada ao ambiente doméstico e familiar. Sobre sua vida profissional e sua escolha por trabalhar em casa ela explicou:

**Eu casei muito jovem aos 16 anos, e uma coisa que tenho comigo é que não estudei...** mas sempre procurei focar em algo assim... não ficar de braços cruzados, procurar fazer algo para ajudar, trabalhar em alguma área assim, e a costura surgiu assim, **depois de quando eu tinha meus filhos pequeninos, e aí para poder cuidar deles, ficar em casa e trabalhar ao mesmo tempo para ajudar no sustento.** E eu peguei uma paixão porque **minha mãe e meu pai costuram, na parte de alfaiataria meu pai já trabalhou bastante né,** hoje ele não trabalha mais assim. E a minha mãe na fase que a gente era jovem, as roupinhas que a gente usava era ela que fazia, então eu sempre olhava eles costurando, então eu tinha uma paixão assim, aí eu optei pela costura (MARLI).

O fragmento discursivo acima de Marli em trabalhar em casa considerou estar próxima a seus filhos, o que mostra que ela buscou o modelo da conciliação, ou seja, tentar conciliar trabalho profissional e trabalho doméstico. O fato dos pais terem trabalhado com costura a ajudou nessa decisão, ou seja, de decisões que são reproduzidas quase que hereditariamente, já que era o modelo que tinha em casa.

Não posso deixar de notar que a decisão de Marli também foi atravessada por discursos heteronormativos disseminados no cotidiano que possivelmente direcionaram suas ações, assim por mais que ela fale que optou pela costura, entendo que a sua decisão de trabalhar no ambiente doméstico foi influenciada por esses discursos que defendem que as mulheres devem ficar em

casa para cuidar dos filhos. Isto pode ser enfatizado num outro momento em que ela me confessou que o marido tinha pedido que ela arrumasse algum serviço para fazer em casa, pois suas filhas estavam se tornando moças, então seria melhor ela estar em casa para cuidar delas.

Também pude perceber outro discurso sendo reforçado na fala de Marli, ao dizer que ela trabalha para ajudar financeiramente no sustento da família, ou seja, ela reproduz o discurso de que as mulheres **ajudam** no sustento da casa, enfatizando a mensagem de que a função máxima de provedor ainda cabe aos homens. Mesmo que tenha sido evidenciado em sua fala que se trata de algo que ela fez no passado, por vezes, em nossos diálogos ela se colocou como uma **auxiliadora em casa**, mesmo com as situações agora estando diferentes, pois pelo que ela me passou, ela pagava boa parte das despesas da casa, então ela não era alguém que ajudava, mas também uma provedora da casa. Neste sentido, ou ela não tinha pensado que pagava a maioria das contas, e que era a maior provedora da casa, ou não queria “diminuir o marido”, já que culturalmente o homem é tido como provedor (SOUSA; GUEDES, 2016; PARIZOTTO, 2019).

Pude pensar assim, porque nos primeiros dias ela me relatou que estava passando por problemas no casamento, e apesar de me falar pouquíssimo sobre seu marido, ela relatou que ele estava “passando por um momento de alcoolismo”, ela chegou a contar que ele chegava tarde e alcoolizado e que, por vezes, ficava deitado no chão lá fora e ela ia chamar ele para dentro para ir dormir na cama. Ela sempre enfatizava que ele era um homem muito bom que só tinha esse problema do alcoolismo. Me parecia que ela escondia os erros do marido, e que queria proteger a imagem dele, principalmente diante dos filhos que se revoltavam com ele.

Por isso, contemplo que o cotidiano de Marli é marcado por discursos machistas que transmitem, entre outras mensagens, a ideia de normalidade na submissão da mulher ao homem, que mulher deve saber lavar, passar, cozinhar e cuidar dos filhos. E prestando atenção a essas práticas (lavar, passar, cozinhar e cuidar dos filhos) que também são práticas organizativas (SCHATZKI, 2001) culturalmente associadas às mulheres, elas também são práticas de gênero naturalizadas e continuadas pela costureira, conforme destaca Butler (1990), e assim, Marli reproduz o discurso disseminado pela matriz heterossexual de que há práticas para a identidade performativa de gênero tida como feminina e para a identidade performativa de gênero tida como masculina. Neste sentido, a costureira reproduz discursos e práticas machistas que aprendeu em sua vida, dado que ela enfatizou que ensinava suas filhas a cuidar da casa e fazer comida, pois segundo ela um homem que casasse com uma mulher que não cuidasse da casa iria querer se separar por isso.

Então, pude observar que estes pensamentos em relação a trabalho considerado “feminino” era repassado aos filhos, e o próprio funcionamento da casa era fortemente marcado por questões de gênero, o que pude visualizar logo no primeiro dia que cheguei a sua casa, quando ao entrar na casa, uma das filhas de Marli estava lavando a louça do almoço, outra filha estava organizando um armário, e o filho de 13 anos estava brincando com as crianças. Isto sinaliza para uma divisão sexual do trabalho e ao mesmo tempo das práticas, já que as mulheres da casa executam práticas (muitas delas organizativas) que os homens não realizam (SCHATZKI, 2001).

Além disso, foi possível ver no praticar do dia a dia da casa de Marli, que os sujeitos eram constantemente direcionados a reforçar as práticas de gênero conhecidas como “femininas”, em outras palavras, pude ver que as práticas (limpar, lavar, cuidar) traziam uma norma de gênero estabelecida pelo discurso de que atividades domésticas e cuidado são “serviços, coisas de mulher”, e com as mulheres da casa realizando essas práticas o discurso que fixa que afazeres domésticos é somente para identidade performativa de gênero reconhecida como mulher realizar é fortalecido (BUTLER, 1990).

Quanto à decisão de trabalhar da outra costureira (Marlene), ela relatou que optou por trabalhar em casa por questões em torno da maternidade. A costureira contou que antes de trabalhar com a irmã, ela trabalhava na casa de outra costureira, e pagava uma pessoa para ficar com seu filho, além de que também gastava com van para levar seu filho na escola. Então, ela achou mais cômodo trabalhar com a irmã, pois assim o filho estaria ali com ela na casa da irmã.

Aqui trabalhando com ela [a irmã] para mim é **mais cômodo**, o fato de ter que **buscar meu filho** na escola né, antes quando eu estava trabalhando com outra pessoa, eu tinha que pagar van para buscar ele, talvez buscar outra pessoa para cuidar dele assim. Daí aqui (na facção doméstica) não, ele fica comigo o tempo todo. E assim, é **mais lucrativo** para o meu bolso, e eu estou perto né, **estou cuidando** da educação dele também (MARLENE).

Neste fragmento discursivo Marlene relata que antes de trabalhar tentou conciliar a vida familiar e vida profissional ao utilizar o modelo da delegação quando repassava a outra pessoa responsabilidade de buscar o filho na escola. É implícito em sua fala o discurso machista de que mulheres são responsáveis pelo cuidado dos filhos, pois sua decisão em trabalhar com a irmã e desistir da delegação esteve ligada à responsabilidade que está sobre ela de ter que buscar o filho na escola. Deste modo, a sua vida profissional é atravessada pelo efeito deste discurso, já que teve que aceitar trabalhar com a irmã pensando no filho, como visto na frase “é mais cômodo para mim”, pois, por ter que se dedicar ao filho, ela não pode aceitar outros trabalhos que não permitam que cuide do filho ao mesmo tempo, evidenciando que diante da obrigação

de ter que se dedicar aos filhos, as mulheres não têm as mesmas chances de trabalho que os homens, o mesmo ocorre se considerado as possibilidades de estudo e aperfeiçoamento que não são as mesmas.

Além disso, na fala de Marlene também transparece o discurso capitalista da acumulação e lucro, quando ela explica que desembolsava uma parte de seu salário para que buscassem seu filho na escola, e que agora trabalhando com a irmã não precisa mais arcar com este custo, sendo então **mais lucrativo** trabalhar com a irmã. Está subentendido que quando da decisão de trabalhar na casa da irmã, considerou dois aspectos: a responsabilidade de ficar com o filho, mas também a possibilidade de que seria mais lucrativo, este último aspecto segue a lógica da acumulação e lucro, e ela utilizou esta lógica em sua decisão ao optar por trabalhar na facção da irmã pensando que teria menor custo e maior lucro. Então, na fala da costureira transparecem dois discursos que juntos acabam por contribuir na precarização do seu trabalho, no momento em que é impedida de trabalhar em outros empregos (por causa que tem que cuidar do filho) e também ao não pensar em como o trabalho de facção é precarizado, pois quando pondera sobre os lucros, não pensa na ausência de direitos que ocorre no trabalho da facção.

### 5.3 AS ESTRATÉGIAS E AS TÁTICAS

Para entender o funcionamento da casa e as atividades realizadas pelas costureiras domésticas, eu busquei frequentar o domicílio em horários e dias alternados. Marli e Marlene começaram a trabalhar juntas em casa ao pegar algumas peças para costurar de amigas que pegavam direto da fábrica, e depois de um tempo elas também conseguiram pegar direto de uma fábrica a quem elas prestam serviços até hoje. Elas puderam confeccionar peças para esta fábrica somente depois de aprovadas num teste passado pela mesma, este teste avalia se as costureiras têm o conhecimento para executar o serviço, e se executam em tempo hábil o trabalho.

Esta fábrica atua em Maringá desde 1995, possui marca própria, e realiza a confecção de roupas femininas, na própria fábrica, mas também terceiriza parte da produção para facções. A comercialização das peças ocorre em duas lojas próprias em dois shoppings atacadistas da cidade e também em uma loja própria num shopping atacadista de uma cidade do interior de São Paulo. As roupas trazem uma proposta de elegância aliada à sofisticação e conforto, aproximando-se ao que é chamado atualmente de esporte fino moderno.

Nos momentos em que estive com as costureiras pude perceber que sempre surgem pedidos de grandes quantidades, o que é explicado por se tratar de um segmento atacadista que distribui grandes quantidades. E isto acaba por pressionar as costureiras para que entreguem seus lotes num curto espaço de tempo. Somado a isso, notei que as peças são cheias de recortes, o que exige um maior cuidado na montagem da peça e conseqüentemente um maior tempo de confecção das roupas, sem falar que pelos recortes o nível de dificuldade da peça aumenta, aumentando a probabilidade de erros nas costuras.

Neste sentido, as trabalhadoras das facções domésticas são intensamente cobradas, pois, a empresa exige que as peças sejam entregues no prazo estipulado e sem defeitos. Com isso, o dia a dia de trabalho dessas mulheres é bastante impactado por essas cobranças, por isso que Marli me relatou que as peças têm que ser montadas com bastante atenção para que não ocorra erros, e indo para a fábrica não retornem à facção para consertos.

Marlene, que é quem monta primeiramente as peças, passando uma costura juntando uma parte e outra na máquina *overlock*, para depois Marli ir passando outra costura com a máquina reta de forma a fortalecer aquela primeira costura. Assim, a confecção de roupas é dividida em três partes principais: juntar as partes cortadas passando uma costura, fortalecer as costuras e finalização da peça. As costureiras decidiram em comum acordo quem se dedicaria a uma ou outra parte da confecção das peças, assim, Marlene fica com a parte de juntar cada parte que já vem cortada da fábrica, esta primeira peça montada serve de base para as demais peças que também serão montadas por ela. E essa função fica com Marlene, pois Marli não tem muita paciência para juntar as partes que não vem marcadas com o nome de forma a facilitar a montagem.

A segunda parte das divisões da fabricação das roupas, consiste no fortalecimento das costuras, normalmente ficava a cargo de Marli que não tinha paciência para realizar a junção das partes. Já a terceira parte que diz respeito à finalização das peças, era realizada pelas duas costureiras, a depender da quantidade de serviços das duas, pois caso chegassem mais peças, Marlene sempre ficava no fechamento (montagem) das unidades. Quanto às atividades que Marli desempenhava, ao meu ver exigiam maior destreza, pois se tratava das costuras que ficam expostas nas roupas, e que possivelmente ficava a seu cargo porque ela tinha maior conhecimento na costura e também por ela ter mais experiência na atividade, pois sabia costurar há mais tempo.

Já partindo para falar sobre o dia a dia das costureiras, evidencio que nas primeiras vezes que me desloquei até a casa de Marli, local onde as duas irmãs costuram, estive no período da tarde. Também fui algumas vezes no período da manhã, e em dois dias fiquei até mais tarde

(após as 18:00 h.) para ver se a rotina das costureiras mudava a depender do horário. Logo nos primeiros dias pude constatar que a rotina da casa é agitada. Era possível ouvir do lado de fora o barulho das máquinas misturado ao barulho das crianças que ora assistiam TV, ora corriam pela casa, ora gritavam brincando (as filhas da dona da casa exercem a função de babá).

Na primeira vez que fui a facção doméstica, fui no período da tarde. Marli foi muito receptiva, me levou para dentro da salinha de costura e começou a falar de seu trabalho. Ela me colocou a par das situações envolvendo seu trabalho, e me falou da existência de um grupo de *WhatsApp* das costureiras da fábrica que passava os lotes para elas confeccionarem, explicou que este grupo foi criado para passar recados para as costureiras de facção que atendem a fábrica. Ela me mostrou as conversas enviadas pela responsável pelas costureiras e de imediato notei que se tratava de um grupo de avisos, mas também de cobranças às costureiras.

No segundo dia, ainda, fui no período da tarde, e percebi como a rotina de Marli era agitada. Ela parou de costurar algumas vezes naquela tarde, visto que tinha que atender as filhas, pessoas que chegavam na casa, mensagens no *WhatsApp*, e outras questões. As filhas tiravam dúvidas sobre os serviços domésticos, uma pessoa no portão trouxe roupas para consertar, outra pessoa trouxe parte de um lote de roupas para Marli a ajudar a fazer, e as mensagens do *WhatsApp* era da gerente das faccionistas lembrando do prazo para entregar o lote de roupas que ela estava a costurar.

Frequentei a casa ainda alguns dias durante à tarde, e depois perguntei se poderia ir pela manhã, e Marli me autorizou. Então, no dia seguinte cheguei na casa de Marli às 8:00 h., e fiquei surpresa em ver que ela já havia tomado banho, lavado a calçada e já estava costurando. Minha surpresa também foi de saber que ela também fazia os serviços domésticos, já que nos primeiros dias vi somente as suas filhas realizando, assim tive a ilusão de que ela não realizava. Logo que cheguei, também percebi que já havia crianças em casa, fiquei sabendo que às 07:00 h. chegava uma garotinha de 7 anos que ficava aos cuidados de uma das filhas de Marli até às 12:00, também havia o filho de Marli de 13 anos e o filho de Marlene de 8 anos. Tive a impressão que pela a manhã a casa era mais silenciosa, as crianças estavam mais calmas, pois assistiam TV.

Eu questionei o horário que Marli costumava acordar, e ela me contou que normalmente acordava por volta das 06:40 hs., fazia café, tomava café com seu marido, logo depois ele saía para ir trabalhar e ela em seguida dava uma arrumada na cozinha e já “corria” para a máquina para costurar. Às vezes ela começava a costurar sem Marlene (sua irmã) ter chegado. Marli contou que normalmente quando o sobrinho está em período escolar sua irmã chega por volta

das 07:40 h., visto que a costureira deixa seu filho na escola, antes de ir para a facção, mas que naqueles dias como ele estava de férias, sua irmã conseguia chegar uns 15 minutos antes.

Por um momento eu pensei na relação entre as duas costureiras, por que Marli começava a trabalhar antes de Marlene? Será que depois ela compensaria o horário? Haveria um acordo entre elas? Como era o relacionamento entre elas? Haveria relações de poder envolvidas? Será que as duas partes estavam satisfeitas com a sociedade? Por que elas trabalhavam na casa de Marli e não na casa de Marlene? Com isso, tive em mente que havia muitas questões que permaneciam invisíveis, nas relações entre as costureiras, mas que ao serem desvendadas poderiam trazer revelações importantes para compreender melhor o cotidiano de trabalho delas sob De Certeau (1996).

Então, ainda sobre aquela manhã, às 08:00 h. quando eu cheguei, as duas já estavam concentradas trabalhando, por vezes, se ouvia somente o barulho das máquinas e das crianças que cochichavam nos quartos, e que com o passar das horas apareciam pela casa. Em alguns momentos, Marlene perguntava algo para Marli, que respondia, e as duas voltavam a trabalhar. Por alguns momentos elas também falavam comigo, respondendo minhas perguntas, mas como eu percebia que elas estavam com o prazo apertado para entregar um lote, eu não fazia muitas perguntas porque eu ficava com medo de atrapalhar.

Depois de alguns dias indo na casa, pude olhar comparativamente os períodos da manhã e da tarde e notar que nas manhãs a casa era mais quieta, pois as crianças ficavam nos quartos brincando, sem ir para o quintal como faziam no período da tarde. Neste contexto, à medida que as crianças iam saindo dos quartos, uma das filhas de Marli levava as crianças para comerem bolacha na cozinha, e me chamava a atenção que ela pedia para as crianças sentarem na mesa e servia cada uma delas com leite, ou chá, e elas ficavam comportadas e quietas. Esta filha (15 anos) de Marli estava sempre observando as crianças e organizando a casa. Então, pude ver que ela era responsável pela organização da casa e a outra filha (18 anos) era responsável pelo almoço. A filha mais velha (20 anos) nunca estava em casa porque trabalhava fora, o filho de 24 anos ficava trancado no quarto, e o filho de 13 anos estava sempre junto com as demais crianças brincando.

Durante as manhãs que passei na casa, observei que as trabalhadoras focavam em seu trabalho e que paravam para tomar café por volta das 9:00 hs. (depois das crianças já terem feito a refeição) porém, me pareceu que elas faziam isso somente porque eu estava lá, num gesto de cordialidade para me tratar bem. Pois, no primeiro dia que estive na casa, mesmo sendo no período da tarde, elas não tiveram um momento de café, também porque tinham que entregar um lote, então, eu imaginei que elas somente faziam um momento de café quando não estavam

muito apuradas com as costuras. Além disso, o horário de café era bem rápido, não passava de 15 minutos.

A partir da minha maior frequência na casa consegui perceber que as costureiras buscavam cumprir um horário fixo no trabalho assim como em empresas. Tentavam seguir rotina de trabalho da mesma forma que os trabalhos convencionais, com uma jornada de trabalho de oito horas diárias compreendida das 8:00 até às 12:00 hs. e das 14:00 até às 18:00 hs. Porém, situações surgidas no dia a dia impediam elas de realizarem uma rotina fixa, e essa preocupação das costureiras em cumprir um horário era bem visível, como pode ser visto na fala de Marli:

A gente **tenta** fazer o horário comercial das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00, mas a gente não consegue. A gente **nunca** segue uma rotina bem certinha de trabalho, sempre surge algo para resolver, alguém para atender, um filho querendo atenção, uma conta para ir pagar (MARLI).

Aqui, chama a atenção o uso do verbo “tentar”, porque o horário comercial no trabalho delas é sempre uma tentativa. Logo a seguir, Marli usa o léxico “nunca” ao dizer que essa tentativa não se concretiza, mostrando mais uma vez a precarização do trabalho que realiza em casa, por ter que conciliar o trabalho doméstico com o trabalho formal. Esses dois trabalhos se misturam no dia a dia, sendo que no cotidiano delas fica tudo misturado.

Pelos relatos de Marli e pelas minhas observações pude ver que o cotidiano das costureiras está repleto de atividades, além do trabalho da costura. Estas atividades acabam por influenciar o horário de trabalho das duas costureiras. De maneira geral, as costureiras me falaram que acordam bem cedo para se dedicar a costura, mas durante o decorrer do dia surgem situações que as impedem de seguir os horários combinados, e faz com que tenham um horário bem reduzido de almoço, ou em especial no caso de Marli que ela trabalhe até mais tarde, caso o prazo esteja apertado para entrega do lote. Marli, ao falar de sua rotina diária, explica que devido às paradas para resolver situações que surgem, elas não conseguem fazer um horário de almoço maior.

Eu acordo cedo, e por volta das 7:30, 8:00 hs. eu já estou costurando, pela manhã não rende muito não, porque a gente para às 11:25, porque minha irmã busca o filho dela na escola. A gente tenta fazer uma hora de almoço, mas nem sempre dá, **a gente almoça rapidinho e volta a trabalhar**. A gente tenta fazer um horário certinho de duas horas de almoço, mas não conseguimos, pois precisamos voltar logo para a costura para finalizar e entregar os lotes (MARLI).

Pelo fragmento discursivo acima, visualizo que a estratégia utilizada pelas duas costureiras quando precisam parar por longos períodos é a de reduzir o tempo do almoço para

trabalhar mais e assim concluir os lotes. Assim, elas aproveitam este tempo a mais para trabalhar. Notei que quem tem mais chances de realizar esta estratégia é Marli, e ela aproveita desta oportunidade ao compensar o tempo perdido trabalhando à noite, já que as máquinas estão em seu poder, pois a facção está em sua casa. Neste sentido, destaco uma relação de poder entre as duas costureiras, evidenciando que Marli, é a proprietária das máquinas e do local do trabalho. Contemplo esta relação de poder conforme evidenciado em De Certeau (2012): no exemplo do autor, os proprietários dos meios de comunicação e/ou produção (como grandes empresas) possuem mais poder em comparação ao sujeito comum, visualizo que na relação de Marli com Marlene, Marli é o sujeito forte, mas isso não significa que ocorra dominação de uma costureira para com a outra.

Além disso, evidencio o que Gouvêa, Cabana e Ichikawa (2018) apontaram, de que os sujeitos fracos também podem realizar estratégia se possuírem o próprio, aqui entendo o próprio, como um domínio próprio para controlar suas forças em direção aos seus alvos, conforme Bernardo, Shimada e Ichikawa (2015). O próprio da costureira está em ter o espaço e os meios para costurar durante à noite, e mesmo que ela não seja considerada um sujeito de querer e poder semelhante às grandes empresas, ela têm as máquinas para produzir à noite, e assim consegue de alguma forma a planejar seu futuro de modo a entregar o lote no prazo. E isto não é possível, na mesma proporção, à Marlene, que não tem as mesmas condições.

Até perguntei a Marlene se ela ficava trabalhando na facção doméstica até mais tarde, mais especificamente no período da noite, e ela respondeu que antes de casar ficava, mas que não ficava mais porque o marido não gostava que ela chegasse tarde em casa:

Antes de eu casar eu ficava até mais tarde com ela (trabalhando com a irmã), agora já não dá, **meu marido é meio assim, sabe, ele não gosta assim que eu demore muito, chegue muito tarde** (MARLENE).

Ao reparar no aspecto, “meu marido é meio assim, sabe” possivelmente ela quis dizer que o marido é um pouco protetor, que gosta de ter sua companhia, mas olhando o que está subentendido no discurso posso pensar que ele é controlador e que quer ela em casa quando ele chegar, para que ela possa estar à disposição dele. Novamente, mais um fragmento que mostra o quanto Marlene se submete a um discurso machista, travestido de um discurso protetor.

Ainda considerando os aspectos do trabalho das duas trabalhadoras, em um dos dias que estive por lá, chegou uma amiga de Marlene, chamada Maria quase implorando para que ela a ajudasse a costurar um teste de costura que ela havia pego de uma fábrica de roupas da cidade. Marli não queria aceitar, mas Maria insistiu muito, disse que sua mãe estava doente, que o aluguel estava atrasado e que ela precisava passar no teste da fábrica para poder trabalhar e

ganhar algum dinheiro, a mulher insistiu tanto que Marli aceitou. Eu percebi que Marlene ficou bem quieta e nem se intrometeu na conversa.

Dias depois quando eu chegava lá as duas costureiras estavam trabalhando no lote de costura de Maria. Marli estava bem arrependida de ter pego aquelas peças para costurar e falava, “eu não deveria ter pego, a gente fica com dó e quer ajudar, agora a gente para de fazer nosso serviço para fazer o dos outros... eu tenho que parar de ser boba”. Além disso, a fábrica que havia passado o teste a essa conhecida de Marli, iria pagar um valor bem abaixo do que Marli estava acostumada a receber pelas unidades que produzia, mesmo que no meu ver ela também recebia bem pouco pelas peças que ela produzia, por serem peças difíceis de fazer, e que possivelmente seriam vendidas por pelo menos 13 vezes o valor pago pela confecção das peças.

Eu percebia que Marli estava bem nervosa com a situação, e falava “ah eu vou falar para Maria, que essa peça está muito barata, isso aqui já é **exploração**”, e eu parava para pensar, no significado da palavra exploração, e o que Marli entendia por exploração. Enquanto eu estava a pensar ela falou: “eu peguei para ajudar porque não tem nem como cobrar isso dela, não dá nada”. Daí eu pensei nos custos envolvidos na produção daquelas peças, a utilização das máquinas, a energia para funcionamento das máquinas, para a iluminação, um ventilador que ajudava a refrescar o ambiente, e a mão de obra de Marli e Marlene que já estavam há dois dias naqueles vestidos. E todos estes gastos seriam pagos por Marli.

Pensei: como ela quer ajudar sua amiga, então, não está pensando realmente em ganhar financeiramente, pois provavelmente terá mais gastos do que lucro! Também me questionei em relação às roupas que ela confecciona, será que não ganhava muito pouco para realizar aquelas roupas? Sem falar que realizar esta prestação de serviços, as costureiras não tinham nenhum direito trabalhista. Então, ao considerar a fala de Marli, imaginei que ela não tinha parado para pensar que também está nesta relação de exploração, talvez sendo menos explorada que a colega de profissão. Mesmo assim, olhava para aquela situação e via Marli sendo explorada pela fábrica e também pela companheira de profissão.

Enquanto Marli falava, Marlene ficava em silêncio, depois de um tempo fui me aproximando dela e comecei a conversar, até que num momento ela disse “a gente até que ganha um dinheiro com a costura, mas a Marli tem que parar de querer ficar ajudando as amigas”, ela falou aquilo num tom de brincadeira, mas eu percebi que ela não estava satisfeita com a decisão de Marli em ajudar a outra costureira. Para mim ficou mais evidente a relação de poder entre as duas, Marli era quem decidia quais serviços iria pegar para as duas realizarem juntas e, apesar de discordar, Marlene não falava para a irmã, pois quando elas começaram a trabalhar juntas Marli quem tinha as máquinas de costura e Marlene veio ajudar ela trabalhando na casa da

primeira, então ela se sentia uma auxiliar da irmã, ela não tomava as decisões. Além disso, Marli tinha mais experiência para costurar, o que também a fortalecia nesta relação. Então, evidencio que o cotidiano de trabalho das costureiras era marcado por relações de micropoderes, já que Marli tinha as máquinas para o trabalho, mas também dependia de sua irmã que tinha o carro para ir levar os lotes prontos ou em qualquer outro lugar que precisasse, então neste sentido, Marlene também podia ser forte nesta relação.

Por outras vezes, também percebi o uso de outra estratégia das costureiras de facção, ao passar o serviço para outras facções. Concordando com Gouvêa, Cabana e Ichikawa (2018) que estas costureiras mesmo sendo sujeitos fracos como as costureiras que eu estudei, elas fazem uso de uma estratégia por terem o próprio (DE CERTEAU, 2012), este é entendido como a possibilidade de um pequeno poder. Assim, ao repassar o trabalho para Marli e Marlene, estas costureiras estão fazendo uso de certo poder que não chega a exercer um domínio, mas se trata do aproveitamento de uma brecha que existe no sistema.

Ao meu ver também se trata de uma exploração, pois, ao pegar os lotes direto da fábrica, o preço pago era um, e quando repassado para outras costureiras o preço é menor, pois, as costureiras ganham em cima das peças produzidas pelas outras costureiras. Deste modo, algumas vezes pude ver esta prática de companheiras de profissão de Marli trazerem partes de lotes, ou lotes pequenos para que a duas irmãs ajudassem a costurar. Em uma dessas vezes, foi trazido um lote de saias plissadas (saias que no próprio tecido há dobrinhas imitando pregas), quando a costureira começou a fazer a barra, teve muita dificuldade, então, percebi que a costureira se arrependeu mais uma vez de aceitar ajudar a colega. Porém, esta vez eu vi que ela achou que ia tirar um bom dinheiro, por de início achar que a saia era fácil de fazer, mas ela se enganou e teve dificuldades em confeccionar a peça.

Logo quando eu cheguei ela falou:

Eu estou aqui toda enrolada, menina, eu peguei um lote de 40 saias para ajudar uma amiga. As saias pareciam ser fáceis, mas estou aqui **“quebrando a cabeça”** já faz uns 40 minutos. Aí eu paro meu serviço para fazer isso (MARLI).

Quando ela usa o termo “quebrando a cabeça” ela se refere a estar tendo muita dificuldade de confeccionar a peça, em outras palavras ela estava realizando um grande esforço para fazer a peça de roupa. Na medida que Marli fez a primeira barra, a costura franziu toda, então, fez outra barra e também não ficou boa, assim ela tentou várias vezes, mas a costura não era satisfatória, então ela foi ficando nervosa, eu me ofereci para desmanchar e ela me ensinou um truque para desmanchar mais rapidamente ao puxar uma das linhas. Ela regulou o ponto da

máquina, fez mais uma barra e disse que havia ficado melhor, mas que ainda não estava bom, então, de improviso ela dobrou um papelzinho, e colocou rente ao pezinho (parte da máquina próxima a agulha e que prende o tecido) da máquina para tentar fazer com que a costura ficasse mais reta.

Este pequeno improviso utilizado por Marli eu compreendi como uma tática realizada para poder realizar de uma melhor maneira seu trabalho, pois com esta ação ela conseguiu pouco a pouco fazer melhor a barra da saia, pois como evidenciado por De Certeau (2012) a tática é uma ação instantânea, foi uma saída encontrada para resolver aquela situação, e conforme Dey e Teasdale (2015) falam da tática, ela também é vista como um truque astucioso ou prática espaço-temporal utilizada pelas pessoas para prosseguirem em sua trajetória individual, como fez Marli.

Depois, de tentar várias vezes ter uma melhor qualidade das barras ela desistiu e disse: “qualquer coisa depois eu passo o ferro para dar uma ajeitada na barra”. Entendi que aquela ação de “passar o ferro” poderia dar uma melhorada no aspecto frouxo que estava na barra. Com base em De Certeau (2012) ao meu ver se tratava de uma estratégia realizada com base em um conhecimento anterior, já que é comum passar o ferro para melhorar o aspecto de uma roupa ou tecido.

Então, em seguida, ela passou a costurar uma entretela (tecido fixado na roupa por meio da costura para as roupas ficarem mais encorpadas) nas partes da saia, mas também teve dificuldades. E passou a explicar o novo problema a ser enfrentado:

A entretela veio menor que a parte da saia, viu, a gente enfrenta isso também, eles não mandam os cortes certinho. **Aí para dar certo eu tenho que ir puxando a entretela e deixando solto o tecido maior que é o da saia.** Ah eu pensei que essa saia era mais fácil. O trabalho em facção não é fácil não, a gente entra em cada uma! (MARLI).

No fragmento acima, vemos o quanto a questão dos lucros nas empresas afeta a prática de Marli. A entretela vem menor – para economizar custos e consequentemente aumentar os lucros da fábrica - mostrando o quanto a vida da costureira está entrelaçada com o contexto capitalista em que ela vive. E é essa estrutura capitalista que vai organizar as micropáticas de seu dia a dia, ou seja, ela tem que fazer uma bricolagem, nos moldes certeunianos, para que a peça saia perfeita.

Percebi que ela estava bastante nervosa, pois estava gastando bastante tempo naquelas roupas, e não estava se dedicando ao seu próprio lote que já havia começado, mas que tinha parado para fazer as saias. Enquanto ela estava tentando fixar a entretela, Marlene estava começando a costurar outras partes das saias, mas a máquina estava com o ponto muito ruim,

então ela chamou Marli para regular o ponto da máquina. Marli regulou o ponto da máquina e começou a falar que tinha dia que não rendia o trabalho. Neste dia, que era uma segunda-feira, e ela me contou que havia trabalhado até as 3:00 hs. da manhã no domingo para fazer umas toucas (trabalho que ela pegava para realizar sem a parceria da irmã).

Olha, eu fiquei até às 3 da manhã costurando essas toucas, é de pedreiro se proteger do sol. Como precisavam urgente, então, **eu tive que trabalhar de madrugada, também porque eu precisava de dinheiro**, e isso aqui é rapidinho. **Eu ganho 0,70 centavos por touca, mas é rapidinho** (MARLI).

O fragmento anterior mostra o quanto a precarização do trabalho submete a trabalhadora a condições debilitantes na profissão, e sem ganho de adicional noturno, horas extras ou direitos trabalhistas por isso, como fala a literatura sobre o assunto. O valor ganho por peça é irrisório (0,70 centavos a peça), embora ela use a conjunção adversativa “mas” (mas é rapidinho), como para que justificar a submissão realizada.

Também associei a sua dificuldade em realizar as barras das saias e em colocar a entretela com seu cansaço por ter trabalhado até tarde fazendo as toucas, evidentemente aquelas peças tinham sua dificuldade, mas era notório o cansaço e a irritação de Marli, por não ter dormido o suficiente.

Ela também contava que as pessoas sempre deixavam consertos de roupas para ela fazer que dava para ganhar um “dinheirinho”. Mas ela reclamava que às vezes, ela tinha que parar de fazer o trabalho da facção para realizar estes consertos, pois as pessoas exigiam que ela fizesse rápido o trabalho. Ela contou que ao pegar esses consertos para fazer ela juntava o dinheiro para pagar alguma conta, comprar algum alimento que fosse mais em conta.

No decorrer dos dias eu ia conhecendo mais aspectos das vidas das duas costureiras, mas como Marli era mais comunicativa que a irmã, ela sempre falava mais, então pude conhecer mais sobre sua vida. Assim, quando eu perguntei como ela tinha aprendido a costura, ela me contou que aprendeu a costurar olhando as amigas costurar. Ela contou que muitas coisas ela aprendeu sozinha com a prática. Pois ela nunca fez curso para aprender.

Eu aprendi costurar meio que na raça né, vendo algumas amigas costurar...porque eu não fiz curso. E a costura não é uma profissão como as outras né, **no meio do processo você precisa de uns macetes**, e às vezes você não adquiriu de uma colega, de ninguém que te explicou. Então, no comecinho até tive bastante dificuldade, foi quando a gente costurava malha com pano (tecido plano) é que aí, eu precisava fechar os dois na *overlock*, e sempre dava diferença de tamanho, aí um dia eu resolvi colocar, ao invés de colocar a malha por cima como eu estava acostumada a fazer, eu coloquei o tecido plano por cima da malha e deixei a malha solta por baixo, e vim costurando devagar e segurando o tecido plano, então quando acabou de fechar a peça estava perfeita, porque o tecido maior ou que estica geralmente tem que vir por baixo, para que ele não venha esticar com o pezinho da máquina [...] A primeira vez

que eu cortei uma roupa eu estraguei a peça. Eu coloquei a blusinha em cima do tecido e cortei e esqueci de deixar os centímetros né, os 1,5 centímetros, mais ou menos, para a costura, aí eu cortei reto, reto com a peça, e aí depois na hora de costurar ficou apertado (MARLI).

Entendo na fala de Marli que possivelmente ela não teve a oportunidade de fazer um curso para aprender como ela diz os “macetes”, mesmo assim ela conseguiu aprender mesmo sozinha alguns “jeitos”, modos de fazer, ao ir buscando alternativas, tentando diferentes maneiras de fazer algo, improvisando muitas vezes para atingir seu objetivo que era costurar melhor. E no caso que ela explica do costurar o tecido plano e o tecido de malha ela utilizou de uma tática, pois ela não tinha o conhecimento para costurar os dois juntos, mas na hora ela pensou criativamente num modo de fazer aquela atividade (DE CERTEAU, 2012).

Marlene também conta que quando começou a costurar e não tinha experiência para montar as roupas que chegavam da facção, ela pegava um tecido que não fosse muito importante, cortava este tecido de acordo com os cortes que vinham da facção, pois assim ela podia montar e remontar a peça e caso errasse não estragaria as peças cortadas que compunham os lotes. Num momento atual, ela não precisa realizar esta prática para aprender como montar as peças, mas ela ainda realiza esta prática quando acha bonito algum modelo de roupa que a facção envia.

Ah quando eu acho algum modelo legal, e eu acho que combina comigo, eu  **tiro o modelo escondidinho**. Assim, eu tenho um vestido, ou uma saia igual as de marca, mas sem pagar tão caro (MARLENE).

Então, aqui considero que ela usa de uma tática, em relação a esta facção, já que possivelmente ela não conseguiria pagar por uma roupa da marca na loja, então ao copiar o modelo ela terá uma roupa semelhante à da marca, e a fábrica nem fica sabendo. Pude perceber que Marlene fica feliz em ter os modelos da marca - que está atrelada a ideia de uma mulher bem vestida, sofisticada - e sem pagar muito por isso, pois o maior gasto que ela teria, seria com o tecido, e caso tivesse algum pedaço de tecido guardado poderia utilizar este mesmo. Neste sentido, considero que a tática utilizada por ela ilustra bem que táticas correspondem a vitórias do fraco sobre o forte, são pequenos sucessos que provocam pequenas euforias, conforme De Certeau (2012) e Cabello Valenzuela e Palominos (2018) falam.

Outra prática observada foi a que Marlene usa para montar as peças. Os lotes de costura chegam divididos por partes que sejam juntadas e assim formam a peça (essas peças são enroladas e amarradas por uma tira). Muitas vezes, ocorre dos pedaços cortados serem muito parecidos, o que exige atenção e paciência ao juntar as partes das peças para não montar errado. Então, de modo a facilitar o fechamento das peças Marlene usa de uma estratégia para montar

a primeira peça (que servirá de modelo para as demais). Ela disse que quando vem um lote com os cortes todos parecidos, então, ela então estende na cama para poder entender de onde é cada parte da roupa. Um dia eu pude ver ela realizando esta prática quando estava tentando montar uma saia de couro preta:

Eu estendo cada parte em cima da cama e assim eu vou comparando as peças para ver se dá certo. E para saber qual parte é da saia, eu olho, por exemplo, essa parte do meio da saia é quadradinha, então, por dedução vejo que essa daqui é quadrada. Agora eu tenho as laterais do lado esquerdo e direito, daí eu tenho que ver o corte para qual lado está para montar (MARLENE).

Esta “arte de fazer” se trata de uma estratégia utilizada pela costureira e mostra que não é somente os detentores de poder que realizam esta prática, mas seguindo Gouvêa, Cabana e Ichikawa (2018) os fracos também podem realizar estratégia, se possuírem o próprio, aqui entendendo que a costureira tem o próprio, entendido como o conhecimento acumulado na realização desta prática. Então, Marlene realizava aquela prática repetidamente, pois tinha o conhecimento acumulado de que agindo daquela forma ela conseguiria resolver seu problema.

Em relação à fábrica que passa os serviços para a facção, pude ver que as duas trabalhadoras “capricham” para atender os interesses da empresa, que exige peças bem feitas. Percebi até mesmo estratégias desta empresa de modo a conter os defeitos que ocorriam, estes relacionados a uma tática utilizada por outras costureiras para receberem seus pagamentos rápidos. Algumas costureiras que prestavam serviços à fábrica utilizaram de uma tática, que na visão de De Certeau (2012), consiste na arte dos fracos, ao confeccionarem rapidamente as peças e enviadas mesmo com defeitos para poderem receber rapidamente. Deste modo, o gestor da fábrica percebeu e respondeu com uma estratégia, considerando que esta diferente da tática, conta com o próprio para guardar seus conhecimentos. A estratégia foi estipular que as peças entregues até o dia 20 do mês e que não apresentassem defeito seriam pagas até dia 10 do próximo mês, e caso fossem constatados defeitos o pagamento seria postergado. Neste sentido, foi utilizada uma estratégia para conter uma tática que as costureiras vinham realizando.

A tática realizada pelas costureiras, mesmo desprovida das mesmas condições que a estratégia, conforme De Certeau (2012), possivelmente esteve por algum tempo encoberta, invisível, silenciosa, assim ocorreu o aproveitamento de uma oportunidade surgida, foi o aproveitamento de uma brecha surgida diante dos meios do poder. Aqui a fábrica é este meio detentor do e a tática das costureiras representa a arte do fraco diante de um momento oportuno, uma falha que se deu nas conjunturas particulares do poder da fábrica.

Em contrapartida, a estratégia utilizada pela fábrica para desbancar esta tática, possibilitou por meio do próprio que fossem estabelecidas medidas em direção ao alvo de forma

a modificar as ações das pessoas em seu espaço de trabalho, em outras palavras, a estratégia utilizada para coibir os defeitos, entendida como uma estratégia da ordem dominante, estabeleceu os padrões de comportamento para haver continuidade de uma ordem social específica, a dizer a entrega dos lotes sem defeito como era esperado. Verifico, então, conforme De Certeau (2012) que pela chance da estratégia os meios de poder podem ser cada vez mais sufocantes e disciplinadores ao estabelecer como as costureiras devem estar mais atentas a qualidade do trabalho.

Neste sentido, a estratégia contribuiu para moldar os comportamentos de trabalho das trabalhadoras de facção, estimulando, ou obrigando que as costureiras não cometessem erros, e ao mesmo tempo que aumentassem os níveis de produtividade, ou seja, elas deveriam produzir muitas peças, mesmo que isso significasse que iriam gastar muito mais tempo para confeccionar a peça. Neste contexto, o pior de tudo era a apreensão provocada pelo medo de ficar sem parte do pagamento do mês, caso tivesse erros. Quando estava próximo ao dia 20 Marlene ficava apreensiva em terminar o lote que estava fazendo para que fosse incluído o valor do lote no pagamento. Isto evidencia uma relação de poder que faz com que os comportamentos e pensamentos se adequem ao que é exigido pelo discurso daquele que tem o poder.

Neste sentido, a empresa utilizou ainda de outra estratégia para evitar os defeitos que ainda vinham ocorrendo, a estratégia foi a de realizar descontos nas peças que apresentassem defeitos, ou seja, as costureiras ganham por peças produzidas, e caso houvessem defeitos seriam feitos descontos neste valor ganho por peça. Deste modo, mesmo que esta última estratégia para mim parecesse somente de uma ameaça, e que eles não iriam realizar realmente, eu notei que já surtia efeitos em Marli e Marlene que trabalhavam cada vez mais atentas com medo de terem descontos em seus pagamentos.

Ainda sobre essa estratégia, ou ameaça, apresento uma fala de uma gerente responsável pelas trabalhadoras da facção da empresa, esta fala foi enviada ao grupo de costureiras das facções do *WhatsApp*:

Então, eu quero que saibam que é de muita, mais muita importância essa roupa chegar com qualidade para ir para os clientes. Então, ressalto **se por ventura não conseguir entregar devido a conserto, a empresa vai fazer desconto no valor das peças!!!! NÃO É INTUITO DE PUNIR, MAS COMO ESTOU REPETINDO DESDE O ANO PASSADO QUE PRECISAMOS MELHORAR E INFELIZMENTE NÃO ESTAMOS TENDO RESULTADO!! SEI QUE NÃO É TODOS QUE ESTÃO REPETINDO OS ERROS, MAS PRECISO PASSAR ISSO PARA TODOS. É MUITO IMPORTANTE CONSEGUIRMOS FAZER AS ENTREGAS!!! PRINCIPALMENTE COM A CRISE QUE INFELIZMENTE TODOS ESTAO PASSANDO. CONTO COM VOCÊS (FÁBRICA).**

Aqui o personagem discursivo é a empresa, por meio de sua gerente. Olhando o que está subentendido e também explícito no fragmento discursivo anterior, é possível visualizar que o cotidiano de trabalho destas mulheres é marcado por uma relação de poder da empresa de moda feminina que exige e cobra delas agilidade e qualidade, e isso é feito ora de forma sutil, ora de forma mais agressiva como evidenciado anteriormente na ameaça dos descontos das peças produzidas. Nota-se que há partes da mensagem escritas em caixa alta, o que na linguagem das redes sociais, significa que a pessoa está gritando. Além disso, quando a gerente das facionistas fala que a medida “Não é no intuito de punir”, ela quer minimizar a manipulação que está exercendo sobre as costureiras que são mais fracas nesta relação de poder, mas não há como negar que há uma ameaça implícita em seu discurso, pois ao falar isso, ela está declarando que estão punindo sim!

Neste sentido, o cotidiano de vida das mulheres estudadas é marcado por relações de poder entre elas e a fábrica, entre elas e as colegas de profissão, e entre elas mesmas, evidenciando que há diferentes micropoderes nestas relações, em que o poder está distribuído entre os diversos sujeitos.

No cotidiano das trabalhadoras de facção doméstica, além das práticas citadas anteriormente, também pude visualizar muitos consumos, e perceber a potência de inventividade das costureiras. Na primeira vez que entrei na salinha de costura pude notar que havia um ventilador que foi feito para ficar no chão ou em cima de uma mesa em pé, mas que era usado de uma outra forma pelas costureiras. O ventilador estava grudado na parede de forma bem improvisada. Mesmo que o fim do ventilador fosse o mesmo (refrescar) elas utilizaram de um ângulo diferente para o qual foi criado. Ou seja, o ventilador foi feito para ficar em pé em cima de algo, e elas usavam deitado grudado em uma parede lateral. Aqui observo que elas consumiram o produto seguindo seus interesses conforme De Certeau (2012).

Marli também utilizava outro produto de forma diferente do objetivo para o qual foi criado, a cama, pois ela estendia neste móvel as peças dos lotes de roupa. Deste modo, a cama que foi criada para que as pessoas possam deitar, também era utilizada como mesa. Neste contexto, até mesmo o quarto que é considerado um espaço do casal era utilizado para o trabalho. Então, produto (cama) e o espaço (quarto) foram utilizados de acordo com as preferências dos sujeitos como destacado por De Certeau (2012).

Outro uso que achei interessante foi o realizado por Marlene ao colocar na cadeira que utilizava para costurar um travesseiro para se sentar, para deixar mais confortável, já que o travesseiro é normalmente utilizado para apoiar a cabeça quando se está deitado, mas mais uma vez ela fez uso deste espaço de acordo com seus interesses como diz De Certeau (2012).

Olhando sob o aspecto da visão de Ipiranga (2017) esta ação também pode ser considerada uma tática ao se revelar como uma forma inventiva de criar soluções diferentes das estabelecidas.

Outro uso diferente que, em especial Marli realizava era de pendurar o *tik* na máquina para não cair. O *tik* é uma tesoura de arremate pequena, usada somente para tirar linha e desmanchar. Ela pendurava o *tik* na máquina com uma tira de tecido e, assim ele não caía com os movimentos das roupas enquanto ela costurava, sem falar que ela não corria o risco de perder o utensílio.

Assim, ao olhar para o dia a dia das duas costureiras pude notar que o cotidiano era marcado por questões corriqueiras como o acordar, o cuidar, o arrumar, o limpar, o costurar, o cozinhar. Mas havia muito mais além disso, pois também haviam divergências de pensamentos, personalidades diferentes, e tudo isso poderia ser investigado mais atentamente, pois por meios do atentar as práticas, as falas, os gestos eu teria mais respostas sobre as questões que ainda vinham na minha mente sobre as relações envolvendo o trabalho, a vida e a própria relação entre as duas trabalhadoras.

#### 5.4 PRÁTICAS ORGANIZATIVAS E PRÁTICAS DOMÉSTICAS

A vida das costureiras é bastante agitada, em geral acordam bem cedo, e logo já estão a trabalhar nas máquinas, mas mesmo passando bastante tempo em frente às máquinas, como trabalham em uma casa elas também estão diretamente envolvidas com outras pessoas. Então, analisando a vidas das costureiras, elas estão inseridas num contexto social, e neste contexto elas se conectam com as demais pessoas da casa (SANTOS; SILVEIRA, 2015).

A casa é onde acontecem as ligações entre as pessoas. As pessoas realizam práticas que se relacionam com os arranjos materiais. Neste sentido, a vida das costureiras é bastante ligada aos arranjos materiais da casa. Elas ficam quase o dia todo na salinha da costura, e em frente às máquinas, e por meio dessas máquinas as trabalhadoras conseguem ganhar dinheiro para se manter. Nisto, vejo que as trabalhadoras precisam das máquinas para trabalhar, como quaisquer outros trabalhadores precisam de suas ferramentas para trabalhar, e assim a vida social é constituída na relação práticas-arranjos materiais. Nesta relação das costureiras, a prática do trabalho e as ferramentas estão interligadas. Então, há uma conexão entre um elemento material e o ser humano, como diria Schatzki (2005).

Nesta relação ser humano (que realiza a prática) e arranjo material, resalto a importância do aprendizado. A prática de costurar de Marli, conforme evidenciei anteriormente, está ligada ao ser humano e ao recurso material, como pode ser no texto replicado a seguir:

Eu aprendi costurar **meio que na raça né, vendo algumas amigas costurar... porque eu não fiz curso**. E a costura não é uma profissão como as outras né, no meio do processo você precisa de uns macetes, e às vezes você não adquiriu de uma colega, de ninguém que te explicou (MARLI).

O fragmento discursivo mostra que Marli aprendeu a costurar por meio de práticas. Primeiro, que o ato de olhar já é uma prática (ver), depois, este olhar é voltado para uma prática sendo realizada (as amigas costurando), ainda por fim a partir dessas práticas ela iria realizar outra, ao conseguir costurar também. De forma a direcionar o olhar para as práticas, Júlio e Tureta (2017) dizem que as pessoas só incorporam o que faz sentido para elas, o que leva a considerar a inteligibilidade da ação, este leva a considerar a inteligibilidade da prática que é quando uma prática é incorporada pelo sujeito. E assim Marli incorporou a prática de costurar porque ela entendeu como realizar a prática.

Neste sentido, conforme Santos e Silveira (2015), pela inteligibilidade Marli compreendeu que o que deveria ou poderia fazer na sequência (dentro da possibilidade de costurar). E é neste sentido que a prática é organizada, então, destaco a prática “costurar” como uma prática organizativa no contexto de vida de Marli, e também de Marlene. Além de costurar, as trabalhadoras realizam outras práticas organizativas como: limpar o local de trabalho, conferir os lotes, contar quantidades de peças produzidas no dia, montagem das peças, reforço das costuras das peças, finalização das peças, atender ligações, verificar/responder *WhatsApp*, contabilizar lucros e despesas, pagar contas, listar necessidade de suprimentos (linhas, agulhas), comprar suprimentos, levar produção na fábrica.

Sobre a prática de montagem das peças (uma das fases da confecção das roupas – executada por Marli), chamo a atenção para a interação do ser humano com o fator não humano, que pode determinar como as práticas podem ser realizadas, já que considerando o exemplo da prática organizativa da montagem, quando chegava novos lotes (organizados em pequenos pedaços enrolados e amarrados por uma tira), caso se tratasse de uma peça mais difícil para montar, a costureira teria que colocar cada parte em cima da cama ou da mesa, para entender como ela poderia montar a peça, deste modo, gastaria mais tempo para entender e montar a peça, ou seja, os cortes das peças determinavam como seria sua prática e o organizar em torno da prática, ou seja, o fator não humano determinava o humano. Somado a isso, há a necessidade do espaço, mesa para que se possa realizar as práticas de forma organizada, pois caso não se tenha, haverá maior dificuldade em realizar a prática. Outro aspecto a considerar sobre os elementos não humanos dentro do que Schatzki (2001) propõe, é que as máquinas também condicionavam as práticas e horário de trabalho das costureiras, já que eram equipamentos simples e antigos que não proporcionavam a mesma agilidade que máquinas mais novas.

Ao mesmo tempo que pude perceber a realização de algumas práticas organizativas, também notei práticas relacionadas ao trabalho doméstico, que em parte Marli e Marlene realizam, e acentuo que essas práticas domésticas também podem ser consideradas práticas organizativas, então, práticas organizativas e práticas domésticas se misturam no cotidiano das costureiras. Alguns exemplos de práticas domésticas realizadas pelas trabalhadoras são: lavar roupa, lavar louça, limpar casa, fazer almoço, alimentar crianças, alimentar animais de estimação, lavar banheiro, lavar vasilha de animais, limpar sujeiras de animais.

Nem todas essas práticas eu pude constatar pessoalmente nas vidas das costureiras, porém, em relação à vida de Marli eu pude ver mais de perto e entender que sua vida está repleta de movimentos e atos que estão atrelados às funções tradicionalmente tidas como femininas e que são praticadas por ela e por suas filhas que juntamente com ela realizam o trabalho doméstico, sendo que a costureira ensina essas tarefas e encarrega as mulheres da casa de executar essas tarefas, como evidencio no trecho a seguir:

**No domingo, minhas filhas dormem, daí eu que cuido da casa.** No domingo, então eu tiro para **faxinar** o quarto do meu filho, **limpar** a casa, **fazer almoço** e, às vezes, ainda costuro (MARLI).

Este fragmento discursivo evidencia a forte divisão sexual do trabalho no ambiente da casa, em que as mulheres são responsabilizadas pelas tarefas domésticas, tarefas que foram historicamente ligadas às mulheres. Essas tarefas são naturalizadas na sociedade como femininas, e existe a busca pela manutenção e naturalização desse pensamento, a partir de práticas de regulação organizadas pela matriz heterossexual (SOUZA, 2016). O trecho “no domingo, minhas filhas dormem daí eu cuido da casa” sugere que o cuidado da casa durante a semana é atribuído às filhas da costureira. Estas são liberadas das atividades somente durante o domingo, enquanto que a costureira não descansa, nem mesmo neste dia, o que mostra como sua vida é explorada, pois ela não pode nem mesmo tirar um descanso semanal, e isso traz à tona o que Couto, Fonseca e Carrieri (2018, p.190) afirmam, que diariamente, entre outras coisas, a força de trabalho da mulher é explorada. Além disso, as práticas “faxinar, limpar, fazer almoço”, que são domésticas e atribuídas culturalmente às mulheres também são práticas organizativas normalmente atribuídas às mulheres, conforme Schatzki (2001). Isso mostra que as práticas organizativas também são divididas entre atividades de homens e atividades de mulheres.

Neste sentido, não posso deixar de falar que na casa, ocorre uma naturalização (BUTLER, 1990) em torno das práticas “faxinar, limpar e fazer almoço” serem realizadas somente pelas mulheres, pois, por meio das observações, vi que as jovens assumiam essas

práticas de forma natural ao repetirem sua mãe. Cada filha de Marli era responsável por um grupo de tarefas. A filha de 15 anos cuidava da organização da casa (e era babá de dois meninos, sendo um deles autista) e a filha de 18 anos fazia o almoço (era babá de menino e uma menina, e ainda limpava a casa de uma vizinha, uma vez por semana). Abro um parêntese para explicar que as crianças que as filhas de Marli cuidavam eram trazidas por responsáveis no contra turno escolar, sendo que uma delas era buscada na creche pela filha de 18 anos. A filha mais velha trabalhava fora, mas quando ficou de férias também ajudou nas tarefas, como pude visualizar depois. Enquanto as filhas trabalhavam, os filhos, um ficava no quarto trancado (24 anos), e outro brincava com as demais crianças (13 anos).

A divisão de tarefas, na casa, os evidencia a situação assimétrica entre os meninos e as meninas, e pude ver que começa muito cedo, ou seja, ocorre antes mesmo da idade produtiva, que é a idade que se pode trabalhar, em especial no caso das filhas, que estão a exercer tarefas e o filho (de 13 anos) não. É perceptível o que dizem Sousa e Guedes (2016), que as relações assimétricas entre os sexos são reproduzidas, e assim são criados papéis e funções na sociedade. Pois a partir da repetição das práticas consideradas femininas, o discurso machista e patriarcal é reproduzido.

Em outras palavras, desde muito cedo as filhas de Marli foram direcionadas a cumprirem papéis atribuídos ao sexo feminino. Assim, as funções “cuidadora”, “dona de casa”, “mãe” foram sendo ensinadas a elas, sob a égide do discurso de que esses papéis estão naturalmente conectados às mulheres. Chamo a atenção para a reprodução desses papéis na sociedade pelo ensinamento transmitido por Marli, e neste transmitir/ensinar as filhas, discursos como o que “mulher tem que saber cozinhar, passar, cuidar de filhos” são repassados, e ao mesmo tempo toda uma desigualdade de gênero que reduz as práticas sociais a papéis sociais sexuais que remetem ao destino da espécie.

A divisão sexual do trabalho na casa também pode ser vista a seguir na fala de Marli, quando no meu segundo dia de observação, em uma conversa ela me falou sobre a ajuda das suas filhas nos afazeres domésticos e relatou sobre um episódio ocorrido com a filha mais velha:

Eu sempre conto o exemplo da minha filha. Teve um dia que ela fez um arroz sem gosto. E eu falei que não estava bom. Ela disse, está bom sim. Daí eu disse: então prova aqui para ver que não está bom. Eu disse, **e se você quando casar fizer uma comida assim seu marido vai reclamar. Ela disse: se ele quiser vai ter que comer assim.** Então, eu disse: não, você está errada. **Você precisa fazer o certo, pois e se seu marido quiser largar de você. Se você fizer certo, ele não poderá falar que você é uma má esposa, porca, que não fazia comida. E a mãe está aqui para te ensinar, você precisa aprender (MARLI).**

O fragmento discursivo acima demonstra Marli reproduzindo o discurso da divisão sexual do trabalho e que ao longo da sua vida internalizou discursos machistas de que mulheres devem limpar e cozinhar de forma a atender as necessidades do marido, como pode ser visto na frase “Se você fizer certo, ele não poderá falar que você é uma má esposa, porca, que não fazia comida”. Também há implicitamente na fala de Marli, quando fala “a mãe está aqui para ensinar”, de que ela repassa o conhecimento doméstico às suas filhas, sendo que provavelmente recebeu este conhecimento de sua mãe, assim ela está cumprindo com esse papel que culturalmente foi também atribuído às mulheres. Indo além, está subentendido que seja inadmissível uma mulher que não saiba cozinhar, lavar, passar, e que toda mulher deve se preparar para o casamento aprendendo essas práticas. Assim, além de ensinar a filha a ser uma boa dona de casa, ela evidencia que a filha precisa absorver este conhecimento visto na frase “você precisa aprender”, pois caso a filha (quando casar) não realize as práticas domésticas ou realize de qualquer maneira, dará margem as reclamações do marido. Indo além, a preocupação de Marli é a de que seja acusada pela sociedade de não ter ensinado as filhas a serem boas donas de casa.

Além disso, Marli também reproduz o discurso machista de que caso a mulher não cumpra com as tarefas domésticas, de acordo com o que é culturalmente estabelecido, o homem pode cobrar que se cumpra essas funções e caso não seja correspondido em suas necessidades, pode pedir o divórcio e na visão da costureira com toda a razão, como evidenciado na frase “você precisa fazer o certo, pois e se seu marido quiser largar de você”, ou seja, ela entende que quando uma mulher não faz tarefas domésticas, pode ser um motivo para que o marido se separe desta mulher, já que não está cumprindo com uma regra estabelecida culturalmente. A costureira, ao dizer estas palavras valida o discurso cristalizado na sociedade de que mulheres são responsáveis pelas tarefas da esfera privada e homens não tem qualquer responsabilidade nesse quesito.

Ainda sobre a prática de ensinar as filhas a se dedicarem a tarefas tradicionalmente atribuídas às mulheres, neste ensinar são reproduzidas relações assimétricas entre os gêneros, conforme Sousa e Guedes (2016) apontaram, pois quando Marli fala “a mãe está aqui para te ensinar”, evidencia que ela transmite as filhas por meio da linguagem, ensinamentos e comportamentos, que possivelmente recebeu socialmente, talvez também de sua mãe, e assim, as relações assimétricas em torno do gênero são mantidas. Além disso, também fica evidente o que Butler (1990) destaca que práticas de gênero são naturalizadas e ensinadas desde cedo aos sujeitos, por meio do falar, do pensar, do agir, dos gestos, etc. O que evidencio é que Marli

ensina a suas filhas práticas ou “modos de ser” que ela considera como fazendo parte do perfil da mulher.

Ou seja, no ensino das práticas domésticas às meninas, relações desiguais de gênero são reafirmadas, ou seja, há reprodução das desigualdades. Além disso, na continuidade dessas práticas, ou pela reprodução dessas ações tidas como femininas, sempre haverá a anexação dessas práticas ao gênero tido como feminino. Nisto quero dizer que essas práticas seguem normas de gênero que são atribuídas ao gênero tido como feminino. No caso em questão, a norma pode ser vista como a realização de tarefas domésticas exclusivamente pelas mulheres e, a partir do momento que as filhas de Marli reiteram a norma, por essa performatividade, ou repetição das normas, há a continuidade da atribuição dessas tarefas às mulheres (BUTLER, 1990).

Então, na performance das práticas domésticas pelas filhas, a matriz heterossexual é reforçada e as práticas “faxinar, limpar e fazer almoço” são fortalecidas como práticas pertencentes à identidade performativa de gênero mulher. Com isso, ocorre também a naturalização das práticas domésticas serem realizadas pelas mulheres da casa. Em linhas gerais as mulheres da casa agem performativamente ao realizar as atividades “faxinar, limpar e fazer almoço”, e no repetir essas práticas estão sendo coerentes ao que está instituído na matriz da inteligibilidade de gênero, ao corresponder as práticas estabelecidas por esta matriz que traz por exemplo que o limpar, cozinhar, costurar são práticas da identidade performativa de gênero feminina. Assim, Marli, além de agir performativamente, exige que as filhas também ajam da mesma maneira, deste modo, as práticas domésticas (normas de gênero) ensinadas pela mãe são repetidas, e ao mesmo tempo ocorre a naturalização destas práticas como sendo práticas de mulheres.

No entanto, é interessante notar também no fragmento discursivo, que quando a filha de Marli diz que “se ele quiser vai ter que comer assim”, ela tenta romper com a lógica binária e também tenta não seguir a linearidade proposta pela matriz heterossexual. Neste sentido, por mais que a matriz heterossexual consista numa relação política formalizada por normas culturais que atuam como reguladores dos reconhecimentos e significações, há quem fuja aos desígnios da inteligibilidade (BUTLER, 1990). Nos dizeres de De Certeau (2012), podemos dizer que houve uma resistência da filha de Marli à essas normas.

Trago ainda que toda essa distribuição desigual do trabalho segue aos padrões da heteronormatividade que estabelece que os padrões heterossexuais sejam mantidos, então para este modelo é coerente que a mulher siga a ordem natural de cuidar dos filhos, da casa, mesmo trabalhando fora ao mesmo tempo, e os homens mesmo não trabalhando fora (como o filho de

24 anos de Marli) não realizam o trabalho doméstico. Em outras palavras o sistema vê como incoerente um homem limpar, cozinhar, costurar. Ademais outros aspectos da heteronormatividade são transmitidos no cotidiano da casa, como a própria preocupação da mãe em formar “boas esposas, e donas de casa” para que se casem e constituam família, seguindo assim a ordem natural.

A preocupação de Marli com a heteronormatividade pode ser vista na frase: “Se você fizer certo, ele não poderá falar que você é uma má esposa, porca, que não fazia comida”, ela quer que a filha siga ao padrão heterossexual estabelecido à mulher, ou seja, que a filha esteja atrelada à imagem da boa dona de casa que cozinha para o marido, e esta imagem evidencia o padrão estabelecido a mulher pela inteligibilidade de gênero, como diria Butler (1990). Isto é, mulheres para serem mulheres precisam cozinhar, limpar, cuidar.

Neste sentido, as práticas também direcionam ao reconhecimento do gênero enquanto homem ou mulher na matriz heterossexual. Ou seja, existe estabelecido culturalmente a norma de que mulheres devem realizar o trabalho doméstico, e a partir da realização dessa norma o sujeito é ligado à identidade performativa de gênero tida como mulher. Evidencio que na repetição dessa norma pelas filhas de Marli, de forma geral elas estão sendo ligadas à identidade estabelecida como mulher, falo de forma geral, porque evidentemente precisam realizar outras normas de gênero (de mulheres) para serem reconhecidas como mulheres na matriz heterossexual (BUTLER, 1993).

Todas essas questões envolvendo o gênero estão bem evidentes na vida de Marli, e a partir do momento em que ia frequentando mais sua casa pude ir vendo mais fortemente como o cotidiano trazia muitos aspectos que, olhando de forma rápida, passavam despercebidos. Ainda com o objetivo de trazer para mais perto o dia a dia de Marli, apresento a seguir aspectos de um dos dias que Marli estava bastante preocupada com suas entregas, com sua vida, e mostrou-se bastante pressionada a trabalhar na costura, na casa e ainda a tomar decisões em relação ao futuro de seu relacionamento conjugal.

Antes de ir pela terceira semana na casa de Marli, pedi na segunda semana se poderia continuar indo para tirar algumas dúvidas em relação ao trabalho, ela disse que não teria problemas, neste dia (uma quarta-feira) combinamos de eu ir na semana seguinte para continuar a observação, pois ela iria fazer uma pequena viagem na quinta feira e só retornaria na sexta. Na segunda seguinte, ela me enviou uma mensagem que não poderia me atender, pois teria compromissos para resolver, então combinamos para o dia seguinte. No outro dia, no horário combinando, fui até a casa dela, estava chovendo, e eu comecei a chamar no portão. Chamei por algumas vezes e não saiu ninguém.

Ao perceber um movimento dentro da casa, continuei a insistir e, como estava chovendo tinha ido pela primeira vez de carro até a casa da costureira, voltei para o carro por alguns instantes, pois a chuva tinha aumentado, e eu estava sem guarda-chuva. Eu esperei a chuva parar um pouco, mas não diminuiu, então, peguei um plástico que tinha dentro do carro, saí do carro e voltei a chamar mais alto, cheguei a me molhar um pouco, mas nada muito expressivo. Então, depois de chamar bem alto, apareceu uma filha de Marli e disse que a mãe não estava em casa. Eu achei estranho, pois eu tinha combinado com ela de ir naquele horário. Então, fui à casa da amiga que morava ali perto, a mesma que me indicou Marli para o estudo. Ao chegar na casa desta amiga, recebo uma mensagem de *WhatsApp* de Marli me pedindo desculpa e falando que se eu ainda quisesse ir em sua casa eu poderia ir já que ela tinha acabado de chegar. Imediatamente eu respondi que iria e, voltei a casa dela. Ao chegar, ela começou a me explicar o que tinha acontecido:

**Menina, eu estou numa correria que eu até esqueci de você**, como estava chovendo eu fui com a Marlene levar o menino que minha filha cuida no judô, eu tive que sair correndo e nem lembrei que você vinha. Tive que sair de manhã para **entregar o lote de vestidos** que deveria ter sido entregue ontem, hoje meu dia não rendeu nada. **Hoje às 8:30 hs. eu já estava saindo da empresa** (fábrica), depois **passei no mercado** para comprar pão, mas acabei gastando R\$50,00 em produtos que estavam em oferta, depois **busquei as crianças na escola**. Daí cheguei em casa e fui **arrumar a geladeira** que estava cheia de potinhos com restos de comida, as meninas só vão colocando, e eu tive que organizar. Depois **ajudei** minha filha **terminar de fazer uma sopa** para a gente almoçar. Depois do almoço fomos **levar o menino** que minha filha cuida no judô e quando eu voltei agora já era 15:00. E ainda tenho uns consertos para fazer que as pessoas estão me incomodando para fazer logo. Agora eu tenho que deixar de fazer as costuras (da fábrica) para **fazer esses consertos** (MARLI).

No fragmento discursivo acima Marli fala que devido ter saído correndo tinha esquecido que eu iria na sua casa, depois ela passou a falar das diversas atividades que havia cumprido até aquele horário que já passava das 15:00 hs., de imediato achei que se tratava de uma desculpa, mas conforme ela foi se expressando eu percebi que realmente ela estava atribulada com muitos afazeres, e considerei que realmente ela poderia ter esquecido, o que se confirmou no restante de tempo que fiquei ali, já que a costureira não parava de trabalhar, nem por um minuto - o que também mostra a condição de precariedade em que se encontra, pois realiza um trabalho desgastante, pouco valorizado, com baixa remuneração, e quando se fala de práticas domésticas nem recebe dinheiro algum para isso. No trecho, também é descrito o que Marli fizera até aquele momento, expressando inúmeras práticas: entregou o lote de vestidos, às 8:30 hs. já estava saindo da empresa, passou no mercado, buscou as crianças na escola, arrumou a geladeira,

ajudou terminar de fazer uma sopa, levou o menino no judô e ainda iria começar a fazer os consertos. A partir disso, é possível observar que o cotidiano de Marli é repleto de práticas, onde há práticas ligadas ao trabalho da costura, práticas domésticas, práticas organizativas, podendo as práticas relacionadas ao trabalho e as práticas domésticas serem práticas organizativas ao mesmo tempo.

Quanto as práticas organizativas realizadas por Marli, vejo que se tratam de um conjunto de feitos corporais ou ações que sofrem influências do social e individual ao mesmo tempo e que passam pelo entendimento da mente de que existem conexões causais que são organizadas pela mente, ou seja, é necessário entender uma prática pra fazê-la, deste modo, para ir levar o lote a fábrica, o voltar da fábrica, passar do mercado, buscar crianças na escola é necessário compreender cada passo de cada prática citada para que se possa realizar (SCHATZKI, 2001). Em outras palavras, para ir levar o lote de vestidos, Marli, primeiramente confere a quantidade de peças produzidas, depois coloca dentro de uma sacola, e vai até o carro onde sua irmã dirige até a empresa, onde as duas encontram um responsável pelo recebimento dos produtos, então para realizar esta prática de levar entregar um lote é necessário um conjunto de ações, que Marli (e também Marlene) possuem conhecimento (entendimento) para realizar. Isso também serve para as demais práticas enunciadas, como organizar a geladeira, ajudar terminar de fazer uma sopa, levar o menino no judô e realizar consertos.

Quanto à estrutura das práticas organizativas visualizadas, destaco que a prática organizativa de cozinhar é bastante significante na vida de Marli, e também aponta para uma prática que é socialmente atribuída as mulheres, e que Marli repassa às suas filhas como visto no trecho quando disse que ajudou a filha a fazer uma sopa. Como foi acentuado por Schatzki (2005), vejo que Marli tem o conhecimento de como cozinhar e pode ter contribuído no entendimento da filha para realizar esta prática, como ela fala: “ajudei minha filha terminar de fazer uma sopa”, ou seja, o entendimento é uma primeira parte da estrutura da prática organizativa, e diz respeito a saber realizar/fazer algo, e possivelmente a filha está adquirindo esta noção de cozinhar ao olhar a mãe ou outra pessoa que realize esta prática. Em um segundo momento, existem as regras para uma prática organizativa, que prescreve, obriga e instrui para que algo seja feita, aqui também ressalto, conforme apresentado em outra situação, no item anterior, que Marli está preocupada em mostrar o jeito certo das filhas cozinhere, como no exemplo citado em que a filha não fez cozinhou o arroz conforme as instruções de Marli, e esta chamou a atenção da filha para que esta fizesse da maneira correta conforme era instruído pela costureira nas falas “você precisa fazer o certo”, “a mãe está aqui para te ensinar”. Ainda há uma terceira parte da estrutura das práticas organizativas, esta é a estrutura teleoafetiva que se

é uma mistura de teleologia que se refere a orientações para fins, e a afetividade é como as coisas importam, estas relações se ligam a importância que se tem ao alimento ser preparado para a família, que se reúne para se alimentar no momento da refeição e assim se tem uma grande celebração.

Ainda sobre este dia que de Marli me relatou parte do seu dia, eu pude entender as práticas organizativas e domésticas realizadas pela costureira. Após o relato trazido no trecho acima, ela me revelou ainda mais detalhes de sua vida, ao mesmo tempo realizava outras práticas (fez dois consertos de roupas, arrumou e limpou uma máquina, e organizou toda a salinha de costura). Depois disso, ela passou soro fisiológico no olho e disse que estava irritado, e começou a explicar que estava cansada com sono acumulado como trago a seguir:

Então, lembra da viagem que te falei, por causa da viagem, eu não dormi. A gente passou a noite sem dormir, cheguei em casa às 13:00 hs., almocei rapidinho e fui trabalhar no serviço que te falei, onde limpo o escritório nas sextas a tarde de 15 em 15 dias. Mas, antes de limpar esse escritório eu fui limpar um apartamento que tinha sido reformado, estava bem difícil de limpar, e eu cheguei em casa já era 20:00 hs. E no sábado eu trabalhei o dia todo costurando e **ainda no domingo fui faxinar o quarto do meu filho, fiz almoço e às 15:00 hs. voltei a costurar** (MARLI).

Enquanto ela me explicava, foi em direção à cozinha para colocar um arroz para cozinhar, e disse: “vou por um arroz para cozinhar para a gente, está friozinho por causa da chuva, bom para comer arroz doce, faz dias que estou com vontade”. Depois disso ela voltou a costurar e falar comigo. Alguns minutos depois eu percebi que o arroz que ela tinha colocado para cozinhar estava secando, então, eu a avisei. E ela foi imediatamente ver a panela e disse: “ainda bem que você falou senão ia queimar”.

Ao analisar o trecho trazido anteriormente, vejo que vida de Marli é um emaranhado de práticas e que ela se desdobra infinitamente para cumprir suas atribuições. A frase “limpo o escritório de 15 em 15 dias” mostra que ela além de costureira, mãe, dona de casa, esposa, ela também exerce o trabalho de diarista, que é um típico trabalho informal, sem vínculo empregatício, e que não garante nenhum direito trabalhista, e com uma remuneração bem baixa (LIMA, 2018). Quando a costureira relata que **limpa o escritório** (na sexta à tarde), **costura o dia todo** (no sábado) e no domingo que **faxinou** o quarto do filho, **fez almoço** e ainda **começou a costurar** evidenciam que a costureira não teve descanso semanal, e que está submetida a diferentes explorações: a exploração da força de trabalho nos serviços que presta à fábrica de confecção, a exploração no trabalho de diarista, a exploração em casa pela desigual separação do trabalho. A costureira faz parte de uma maioria crescente de mulheres que assumem trabalhos precarizados na esfera pública (já que realiza o trabalho de diarista) e quando se

considera o trabalho da costura em casa, é possível constatar que a exploração seja ainda mais forte, já que ela disse que começou a costurar às 15:00 hs., e no ambiente privado os órgãos de fiscalização não têm acesso e controle nos horários trabalhados, ainda há de se falar que ela também realiza o trabalho doméstico.

Ainda considerando as atividades de Marli, que a caracterizam como sendo costureira, dona de casa, faxineira, todas funções tradicionalmente femininas pouco valorizadas e com salários relativamente baixos, Marli sofre por várias vezes as desigualdades de gênero, também por estar inserida por mais de uma vez em vínculos precários de trabalho que relegam as mulheres funções inferiores, menos qualificadas e menos remuneradas, conforme Lima (2018) e Bertolin e Silveira (2019).

Pude ver que a vida de Marli é atravessada por muitos discursos heteronormativos que circulam na sociedade, e que são internalizados por ela e que contribuíram para uma submissão dela em relação ao marido, que para ela é vista com normalidade. Mesmo assim, em alguns momentos percebi que diante das pressões das filhas, ela chegou a refletir sobre a situação de submissão que vive, quando depois de um mês indo na sua casa, ela me disse que iria mudar de casa, porque estava se separando do marido, pois estava cansada de toda a situação adversa que estava a enfrentar.

Então, eu vou me mudar, por isso, que você está vendo toda essa movimentação, **estou cansada**, faz treze anos que eu estou insistindo, e este fim de semana foi o fim, meu marido disse que quer mais liberdade, disse que a casa fica cheia de gente, e eu só recebi uns amigos, um dia a noite esta semana. **No domingo eu arrumei a casa e fui assistir um filme** com minhas filhas, **e ele reclamou que eu não fico com ele**. Minha filha mais velha até falou, ué mãe **virou escrava?** Minhas filhas faz tempo que querem sair daqui (elas não concordam com as atitudes do pai), alugar uma casa mais bonitinha para receber os amigos. Então, **eu preciso fazer isso por elas**, elas merecem. E, eu vou dar essa liberdade que ele quer, que para mim essa liberdade não existe no casamento... ah hoje em dia as mulheres não precisam mais passar por isso, podem trabalhar, se virar... (MARLI).

Este fragmento discursivo traz o desabado de Marli que já não aguenta mais toda a situação de ter que trabalhar bastante e ainda estar disponível para o marido. No dia destacado no trecho é possível ver que ela **arrumou a casa** (sem a ajuda do marido) e foi **assistir um filme** com as filhas, provavelmente um momento raro de descanso e interação com as filhas, e o marido queria sua atenção, justamente no seu momento de descanso, o que acaba por revoltar sua filha mais velha que a compara com uma escrava, o substantivo “escrava” remete a alguém que não tem liberdade, e que somente trabalha. Ou seja, a filha de Marli questiona essa disponibilidade que o marido exige, pois ela já tinha trabalhado arrumando a casa, e

aparentemente o marido ainda solicitava sua presença de forma mais íntima. Ou seja, a filha ficava indignada com a situação de submissão da mãe, e que esta permitia o homem comandar suas ações. Nesse sentido, vemos novamente que a filha, e a própria Marli – numa resistência cereteuniana – tentam se opor à lógica binária e não seguir a linearidade proposta pela matriz heterossexual. O marido, por outro lado, segue cegamente as práticas de identidades performativas de gênero atribuídas à identidade performativa de gênero de homem ou mulher, conforme Butler (1990).

Indo além, Marli não toma a decisão de se separar do marido somente para dar mais liberdade a ele como ela afirma, pois ao analisar com mais calma, entendo que sua decisão esteve atrelada à pressão que as filhas exerciam sobre ela, de forma que ela disse: “eu preciso fazer isso por elas”, ou seja, no fundo ela não queria deixar a casa e o marido, mas estava deixando pelas filhas, o que pude ter mais certeza depois quando ela falou que iria sair da casa, tomar uma atitude, pois quem sabe assim ele e o filho resolviam mudar.

Marlene também parecia não concordar com o modo com que Marli lidava com a submissão ela, por vezes, transpareceu isso em seus gestos e falas, mas ao mesmo tempo ela também era marcada pela submissão. Como já dito anteriormente, o dia a dia de Marlene também é agitado, mas não tanto quanto o de Marli, pois no local de trabalho o tempo todo se dedica somente à costura, diferente de Marli, que levanta pra fazer um café, atender visitas, etc. Então, retomando o que foi dito sobre o cotidiano de Marlene relembro que ela evidencia a submissão ao prezar por chegar cedo em casa, pois o marido não gosta que ela chegue em casa tarde, porém, me pareceu que ela é mais relutante com essa situação do que Marli, já que durante nossas conversas ela reclamava que o marido não a ajudava muito nas tarefas da casa, mas que ela fica cobrando. Inclusive demonstra que nem sempre está à disposição do marido como evidenciado na frase: Ah, eu acordo cedo, faço café para o marido, às vezes não faço né (risos) porque tem dia que eu não faço não”.

Ao vivenciar um pouco do contexto de existência das duas costureiras foi possível ver que as práticas organizativas e domésticas se misturam no dia a dia das trabalhadoras, principalmente no caso de Marli que tem no ambiente doméstico também seu trabalho formal, e que por se tratar de uma esfera privada é mais fortemente marcado pela precarização. Assim, no dia a dia Marli, além de trabalhar na costura, também cuida da casa, orienta as filhas no cuidado com demais crianças, tendo muitas vezes que dedicar tempo de trabalho nos horários noturnos, por causa dessas paradas que faz durante o dia, e faz isso para dar conta de tudo, senão é impossível conseguir.

Marli ora está costurando, ora dá uma corrida na cozinha ou no tanque para cuidar das tarefas do lar, todas práticas organizativas e domésticas, e conseqüentemente por serem da esfera doméstica são também associadas às mulheres, reflexos da divisão sexual do trabalho, e que acabam por intensificar a situação da precarização em torno de sua vida, já que realiza a atividade de prestação de serviço de facção doméstica, que é um trabalho considerado precário, realiza em casa o trabalho doméstico e, como se não bastasse ainda é diarista durante uma vez por semana

Neste sentido, a atualidade da vida das costureiras é efeito de escolhas baseadas nos discursos aprendidos por meio da linguagem (BUTLER, 1990), dos modos de ser, dos atos, dos comportamentos, ou seja, por meio de práticas internalizadas pelo corpo, pela mente que também são externalizadas e continuam a ser repetidas (SCHATZKI, 2001). Sendo que está implícito, que na internalização destes discursos machistas, capitalistas e heteronormativos (pelas costureiras), de forma geral as trabalhadoras concordam com a heteronormatividade, sem saber que ao mesmo tempo estão fortalecendo um sistema que as oprime nas diversas esferas, seja em casa, no trabalho, na família (BUTLER, 1990).

Nisto evidencio que a heteronormatividade não está somente na sexualidade que estabelece qual é a identidade performativa de gênero, mas que ela também determina como cada identidade performativa de gênero deve praticar. Ou seja, a prática de cozinhar é considerada uma prática de mulher, assim como a prática de costurar, e como visto na família de Marli, cada identidade performativa de gênero segue praticando de acordo com o que é estabelecido pela heteronormatividade. Em outros termos, pelas práticas ocorre a normalização de identidades condizentes com a inteligibilidade de gênero, em que os homens da casa, quando não estão trabalhando fora, não são cobrados a fazer nada em casa, mas as mulheres, mesmo trabalhando fora tem que realizar afazeres domésticos (BUTLER, 1990).

Neste sentido, as mulheres devem performar práticas que estejam de acordo com as maneiras determinadas pela matriz heterossexual, ou seja, devem realizar práticas culturalmente atribuídas à identidade performativa de gênero mulher, como o cozinhar, o costurar, o limpar, o arrumar, o cuidar são incorporadas. E no repetir essas normas, isto é, pela performatividade as trabalhadoras acabam por afirmar o poder da matriz heterossexual (SOUZA, 2016). E todas essas questões podem ser contempladas por meio da investigação do cotidiano, que traz à tona muitos desconfortos, desigualdades, mostrando uma complexidade que poderia anteriormente não ter sido considerada, assim o cotidiano abrange muito mais do que o banal, a rotina e o comum (DE CERTEAU, 2012).

## CONCLUSÕES

Estudar o cotidiano das trabalhadoras de facção doméstica possibilitou abordar as diversas estratégias e táticas utilizadas em diversas situações por essas mulheres, que assim faziam a fim de resolver alguma situação, algum imprevisto que surgia momentaneamente. Por vezes, agiam de forma criativa, astuciosa a fim de concentrar esforços em direção a seus alvos.

Essas práticas expressaram subterfúgios utilizados de forma a: aproveitar melhor o tempo, quando, por exemplo, utilizaram a estratégia de fazer um horário curto de almoço, ou mesmo trabalhar além do horário comercial; ou por outro lado realizaram uma tarefa para melhorar o desempenho, como as estratégias: de colocar os cortes de peças estendidos em cima da cama, cortar um tecido sem importância e costurar um primeiro modelo da roupa que veio do lote (para não correr o risco de estragar alguma peça cortada); e também de passar ferro na barra para melhorar o aspecto. As táticas utilizadas além de contribuir na melhoria da realização de algo, como visto na tática de colocar um papelzinho rente ao pezinho da máquina para deixar reta a costura, e a de colocar um travesseiro na cadeira para sentar em cima e minimizar o desconforto de ficar muito tempo sentada, também apontam para uma pequena vitória do fraco sobre o forte quando da utilização da tática de tirar o modelo do vestido sem o dono da marca saber.

Neste sentido, o realizar estratégias e táticas no espaço de trabalho das costureiras podem direcionar suas forças em direção aos seus alvos. Estas práticas se ligam à situação das costureiras serem os sujeitos mais fracos na relação com os sujeitos de querer e poder (como a fábrica), e constituem pequenas ações que elas podem realizar dentro de suas possibilidades. Então, suas vidas são influenciadas pelas ações dos mais fortes caracterizados como aqueles que nas suas relações exercem poder sobre elas, ou mais especificamente a fábrica que terceiriza sua produção para diminuir custos, e assim lucra nesta relação capitalista de exploração. Mas, ainda pelas práticas, é possível ver outras relações de poder, entre as duas costureiras e outras colegas de produção que também passam serviços a elas e as exploram. Há também relações de poder entre as duas irmãs, uma que tem as máquinas e maior conhecimento na costura, e a outra somente se enxerga como uma ajudante. Assim, há um misto de relações de poder no cotidiano das mulheres, onde micropoderes estão distribuídos entre os membros destas relações.

As práticas organizativas encontradas no cotidiano das trabalhadoras domésticas, por sua vez, com destaque para o costurar, o cozinhar, o limpar (que também são práticas domésticas) evidenciam a naturalização que foi sendo construída em torno da identidade

performativa de gênero da mulher. Isto porque pôde ser visto como as práticas são propagadas pelas mulheres e para as mulheres indicando uma continuidade dessas práticas serem atribuídas às mulheres. Ou seja, as mulheres pesquisadas performam as práticas como é instituído discursivamente pela matriz heterossexual. E junto com essas práticas, são também transmitidas a naturalização das desigualdades da mulher em relação ao homem, isto porque as costureiras, ao seguirem a performatividade das práticas de gênero (costurar, cozinhar, limpar) se submetem à supremacia do homem estabelecida pela matriz heterossexual.

Assim, todo o contexto de vida das duas trabalhadoras é impactado de diversas formas pelos discursos heteronormativos que muitas vezes são internalizados por elas, sem que haja a reflexão de que elas também são oprimidas por estes discursos que insistem em inferiorizar as mulheres nas diversas áreas da vida, seja em casa, no trabalho, na família.

Deste modo, pelo desvelar do cotidiano das trabalhadoras de facção doméstica foi possível caminhar em direção a respostas ao problema de pesquisa proposto, a dizer: **Como a junção entre práticas organizativas e práticas domésticas constituem o cotidiano de mulheres que trabalham em facções domésticas?** Acentuo que de diversas maneiras as práticas compõem o cotidiano das trabalhadoras costureiras, seja as inventividades das estratégias, táticas, bricolagens, seja no adquirir o conhecimento que passa por práticas organizativas como costurar, cozinhar, limpar, que também são práticas domésticas que foram sendo impostas às trabalhadoras sem que estas tivessem a chance de renunciá-las. Via de regra estas práticas organizativas estão associadas à esfera privada e também atribuídas às mulheres que muitas vezes são impedidas de realizar outras práticas organizativas que estejam mais ligadas à esfera pública. As mulheres do estudo, ao realizarem estas práticas, ficaram submersas no mundo privado, e mesmo tendo acesso à esfera pública, não conseguiram alcançar funções valorizadas socialmente e bem remuneradas.

Evidencio que no cotidiano das costureiras há práticas cotidianas que se misturam às práticas domésticas e práticas organizativas. Nisto, inúmeras práticas são realizadas, principalmente por uma das costureiras o que mostra o quanto a vida está ligada a um emaranhado de práticas, pois elas possibilitam que muitas coisas sejam realizadas, aprendidas, ensinadas, além disso, também carregam uma série de significados, sentidos e até mesmo desigualdades. Isto porque nas práticas que as costureiras realizam, muitas delas organizativas, há a demarcação do gênero, ou seja, muitas das práticas identificadas no dia a dia das costureiras são práticas tidas como “femininas”. Assim, práticas como limpar, passar, cozinhar carregam a ideia de que pertence naturalmente a mulher. E pela performatividade dessas práticas, as costureiras reforçam esta ideia, bem como a heteronormatividade contida neste pensamento.

Neste sentido, percebo que há uma normalização da atribuição deste tipo de tarefa às mulheres, possibilitadas pela divisão sexual do trabalho, também propiciam numa sobrecarga às costureiras que se desdobram para trabalhar na facção, cuidar de filhos, fazer comida, e tudo ao mesmo tempo. Uma das costureiras é mais fortemente afetada por essas atribuições, que exigem que ela realize diversas práticas ao mesmo tempo, pela facção estar na sala de casa, porém as duas trabalhadoras encontram-se numa sobrecarga de tarefas e atribuições, tudo em nome de convenções sociais que estabelecem que mulheres devem ser mães, donas de casa e trabalhadoras e tudo isso ao mesmo tempo.

É inegável que as práticas realizadas pelas costureiras colaboram para realização de trabalhos precários, por estarem relacionadas à esfera privada, historicamente desvalorizada, e à latente submissão da mulher ao homem permitida por um discurso heteronormativo que subsiste na sociedade. Além disso, por essas práticas serem internalizadas nos comportamentos, atos, ações, pensamentos, as costureiras acabam também por internalizar discursos envolvidos a estas práticas que tratam a mulher como semelhante a uma serva que lhe atende, e sem uma profunda reflexão ou mesmo por não querer resistir a um aquilo que está há tempos está estabelecido, as mulheres não reagem a estas determinações, ao contrário, realizam a propagação destes discursos que tendem a inferiorizar as mulheres, esquecendo-se que estão incluídas neste grupo. Assim, o cotidiano das trabalhadoras da facção doméstica estudadas é marcado pela desigualdade, precarização, subordinação aos homens e ao discurso heteronormativo e a naturalização das funções domésticas à mulher.

Assim, a análise desta pesquisa com base em De Certeau (2011, 2012), Schatzki (2001, 2005) e Butler (1990, 1993a, 1993b, 2004) permitiu evidenciar um cotidiano precário, com algumas possibilidades de microrresistências, e que em termos de gênero, mostrou o quanto essa categoria evidencia a precarização das relações envoltas nas sujeitas pesquisadas e o quanto os discursos heteronormativos contribuem com a naturalização de certas práticas pelas mulheres pesquisadas.

Chegando na finalização deste trabalho, ao pensar sobre as limitações da pesquisa, aponto para a complexidade de aspectos relacionados à vida dos sujeitos de pesquisa e a diversidade de pontos que me propus a tratar, pois nas análises diante de tantos aspectos a serem considerados, eu me sentia andando em círculos, pois queria falar de tudo ao mesmo tempo, o que infelizmente não é possível num trabalho científico.

Como sugestões de pesquisas futuras indico para análises que considerem na relação que envolve a vida das trabalhadoras de facção domésticas outros eixos de poder que não foram tratados neste trabalho, como raça, classe e religião.

Por fim, como mulher, mãe e pesquisadora, tenho que confessar o quanto este trabalho foi um aprendizado para mim e o quanto ele me fez refletir sobre meu próprio cotidiano, minhas práticas, de onde falo e sobre minha própria vida.

## REFERÊNCIAS

- BERNARDO, P.; SHIMADA, N. E.; ICHIKAWA, E. Y. O formalismo e o “jeitinho” a partir da visão de estratégias e táticas de Michel de Certeau: apontamentos iniciais. **Gestão & Conexões**, v. 4, n. 1, p. 45-67, 2015
- BORGES, A. F.; ENOQUE, A. G.; KATRIB, C. M. I.; GONÇAVES, L. R. D. Práticas Organizativas: Um Estudo sobre o Congado na Região do Triângulo Mineiro. **RIGS - Revista Interdisciplinar de Gestão Social**. v. 5, n. 1, p.129-151, 2016.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.
- BRANDÃO, H. N. Enunciação e construção do sentido. In: FIGARO, R. (org.). **Comunicação e análise de discurso**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 19-43.
- BUTLER, J. Critically queer. **GLQ**, Yverdon, v. 1, p.17-32, 1993a.
- BUTLER, J. **Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”**. New York: Routledge, 1993b.
- BUTLER, J. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge Classics, 1990.
- BUTLER, J. **Undoing gender**. Oxfordshire: Routledge, 2004.
- CABELLO VALENZUELA, Cristian Alexis; PALOMINOS, Simón. Tácticas y estrategias de evasión del racismo cotidiano de trabajadores ‘negros’ en Santiago de Chile. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 138, p. 79-98, 2018.
- CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga-Portugal, v. 16, n. 2, p. 221-36, 2003.
- COUTO, F.F.; FONSECA, L.; CARRIERI, A. P. O Contrato Sexual e o debate sobre a negação da esfera pública à mulher no Direito Brasileiro. **Cadernos de Direito Actual**, n.9, p.189-198, 2018.
- COURPASSON, David. The Politics of Everyday. **Organization Studies**, v. 38, n. 6, p. 843-859, 2017
- CRISTÓFARO, H. T.; MANZI FILHO, R. Ainda a questão de gênero – (IN) determinação ou luta por reconhecimento. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 38, n. 1, p. 29-42, Jan./Abr., 2015.
- DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 2011.

DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2 – Morar, cozinhar**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1996.

DEY, Pascal; TEASDALE, Simon. The tactical mimicry of social enterprise strategies: Acting as if in the everyday life of third sector organizations. **Organization**, v. 20, p. 1-20, 2015.

DOMINGUES, F. F.; FANTINEL, L. D.; FIGUEIREDO, M. D. Between the conceived and the lived, the practiced: the crossing of spaces at the arts and crafts fair of Namorados square in Vitória/ES, Brasil. **Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 88, p. 28-49, 2019.

ENOQUE, A. G.; BORGES, A. F.; SARAIVA, L. A. “Minha casa, meu trabalho...”: trabalho domiciliar na indústria de confecções. **Teoria e prática**, v. 5, n. 1, p. 130-158, 2015.

EXAME. **As 250 cidades mais violentas do Brasil**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/as-250-cidades-mais-violentas-do-brasil/>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2020.

FARAH, M. F. S.; DINIZ, A. P. R.; MARCONDES, M. M.; YOUSSEF, L. M.; SILVA, M. C. F. Gênero e política pública: panorama da produção acadêmica no Brasil (1983-2015). **Cadernos EBAPE**, v. 16, n. 3, p. 428-443, 2018.

FERRAÇO, Carlos Eduardo; SOARES, Maria da Conceição Silva; Alves, Nilda. Michel De Certeau e as pesquisas nos/dos/com os cotidianos em educação no Brasil. **Pedagogia y Saberes**, n. 46, p. 7-17, 2017.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GAZETA DO POVO. **País tem maior número de empregados domésticos em sete anos; informalidade cresceu**. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/empregados-domesticos-brasil-quantos-sao-salario/>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2020.

GOUVÊA, J. B.; CABANA, R. P. L. ICHIKAWA, E. Y. As histórias e o cotidiano das organizações: uma possibilidade de dar ouvidos àqueles que o discurso hegemônico cala. **Farol**, v. 5, n. 12, p. 297-347, 2018.

GOUVÊA, J. B.; ICHIKAWA, E. Y. Alienação e resistência: um estudo sobre o cotidiano cooperativo em uma feira de pequenos produtores do oeste do Paraná. **Revista Gestão e Conexões**, v. 4, n. 1, p. 68-90, 2015.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, p.595-609, set./dez. 2007.

HIRATA, H. Gênero, Patriarcado, Trabalho e Classe. **Revista Trabalho necessário**. v.16, n.29, p.14-27, 2018.

HIRATA, H. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada. **Friedrich Ebert Stiftung Brasil**, n.7, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Cidades @**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/maringa/panorama>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Cidades @**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/sarandi/panorama>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Agência IBGE Notícias**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24267-mulheres-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo-dos-homens-em-tarefas-domesticas>>. Acesso em: de março de 2020.

INVESTIMENTOS E NOTÍCIAS. Disponível em: **Notícias**. <<http://www.investmentosenoticias.com.br/noticias/negocios/industria-textil-e-de-confeccao-analisa-com-cautela-crescimento-da-economia>>. Acesso em: 05 de julho. 2019.

JACOBS, Daiane Dordete Steckert. Corpo Vocal, Gênero e Performance **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 359-381, maio/ago. 2017.

KROST, O.; BRANDÃO, L. A precarização das condições de trabalho em “facções” do ramo têxtil/vestuário em Blumenau/SC: a face oculta da reestruturação produtiva. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, v. 7, n. 1, p. 164-180, 2017.

LEITE, M. P.; SILVA, S. R. A.; GUIMARÃES, P. C. O trabalho na confecção em São Paulo: as novas formas de precariedade. **Caderno CRH, Salvador**, v. 30, n. 79, p. 51-68, 2017.

LIMA, C. R. N. A. Gênero, trabalho e cidadania: função igual, tratamento salarial desigual. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 3, 2018.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26, 1990. p. 149-158.

MARINS, S. R.; IPIRANGA, A. S. R. O organizar ampliado de práticas cotidianas nos bairros da cidade. **Farol**, v. 4, n. 9, p. 148-204, 2017.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO O.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria métodos e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MONTELEONE. Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: o trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 1-11, 2019.

OLIVEIRA, J. S.; RAMOS, T. G.; BERNARDO, G.; REZENDE, L. Práticas organizativas e memórias: um estudo sobre uma organização artesanal na cidade de Goiás-GO. **Teoria e Prática em Administração**, v. 6, n. 1, p. 16-40, 2016.

OLIVEIRA, J. S. Práticas organizativas e emoções: contribuições para as pesquisas sobre organizações culturais. **RIGS - Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 5, n. 2, p. 51-68, 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

ORTEGA, Francisco A. Michel de Certeau y las ciencias sociales: un lenguaje alterado. **Memoria y Sociedad**, v. 20, n. 41, p. 55-70, 2016.

PAIVA, A. L.; ALCANTARA, V. C.; CRUZ, E. S. T.; ANDRADE, L. F. S. Em Busca das Práticas: Contribuições Epistemo-metodológicas das Teorias da Prática aos Estudos da Gestão Social. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 10, n. 1, p. 34-44, 2018.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PARIZOTTO, N.R. Menino veste azul, menina veste rosa? Violência e divisão sexual do trabalho. **Revista da Faculdade de Serviços Sociais da Universidade do Rio de Janeiro**, n. 43, v.17, p. 203-218, 2019.

PEROSINI, G. L. A revolução industrial e sua influência na reestruturação da vida familiar **RELAcult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 03, n. 03, p. 1-13, 2017.

PREFEITURA DE MARINGÁ. **Demografia do município**. Disponível em <<http://www2.maringa.pr.gov.br/turismo/?cod=nossa-cidade/3>>. Acesso em janeiro de 2019.

PRIORI, Josimar. **A luta faz a lei: reflexões sobre política, movimentos sociais e associações de moradores em Sarandi-PR**. Maringá-PR: EDUEM, 2017.

REAL, Pedro. Feira de fornecedores da indústria da confecção começa nesta quinta-feira em Maringá. **O Diário**. 2015. Disponível em: <<https://maringa.odiario.com/maringa/2015/06/feira-de-fornecedores-da-industria-da-confeccao-comeca-nesta-quinta-feira-em-maringa/1423696/>>. Acesso em: 11 de out. 2018.

SALAMON, Rossana Cassigoli. Antropología de las practicas cotidianas: Michel De Certeau. **Chungara: Revista de Antropología Chilena**, v. 48, n. 4, p. 679-689, 2016.

SALIH, Sara. Judith Butler e a teoria Queer. Autêntica: Belo Horizonte, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise. **Educação e realidade**, v. 20, n.2, p.71-99, jul./dez.1995.

SARAIVA, L. A. S. **Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local: a indústria cultural em Itabira, Minas Gerais**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, 2009. 333 p.

SANTOS, L. L. da S.; SILVEIRA, R. A. Por um epistemologia das práticas organizacionais: a contribuição de Theodore Schatzki. **Revista Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 22, n. 72, p. 79-98 - Jan./Mar. 2015.

SCHATZKI, T. R. Peripheral vision: The sites of organizations. **Organization Studies**. v. 26, n. 3, p. 465-484, 2005.

SCHATZKI, T. R. Practice mind-ed orders. In: Schatzki, T. R., KnorrCetina, K., & Von Savigny, E. (eds.) **The practice turn in contemporary theory**. London: Routledge, 2001, p. 50-63.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SILVA, G. B. L.; REZENDE, P.S.; MACHADO, V.C. Discutindo gênero e cozinha: a divisão sexual do trabalho em uma cozinha profissional na cidade de Salvador/BA **Revista Ártemis**, vol. XXVI nº 1; jul-dez, 2018. pp. 283-302

SOARES, F. H. M.; MARCARI, E.; FONSECA, J. R. A evolução dos direitos trabalhistas das mulheres sob o prisma dos limites da flexibilização no direito do trabalho. **Científica - Multidisciplinary Journal**, v. 2, n. 4, p. 116-136, 2017.

SOUSA, L.P.; GUEDES, D.R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, v.30, n.87, 2016.

SOUZA, Eloisio Moulin. Fazendo e desfazendo gênero. In: TEIXEIRA, Juliana. Cristina; CARRIERI, Alexandre de Pádua; NASCIMENTO, Marco César Ribeiro (org). **Gênero e trabalho**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2016. p.23-53.

SUCUPIRA, F. Divisão sexual do trabalho e o tempo cotidiano das mulheres de baixa renda. **Ideias – Rev. Inst. Filos. Ciênc. Hum. UNICAMP**, v.7, n.1, p. 15-40, jan/jul. 2016

TEIXEIRA, J.C. **As artes e práticas cotidianas de viver, cuidar, resistir e fazer das empregadas domésticas**. Minas Gerais. 2015. 414f. Tese (Doutorado em Administração) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

TEIXEIRA, J.C.; CARRIERI, A. P.; PEIXOTO, T. C. O cotidiano da cidade de Belo horizonte na revista veja BH: a classe média alta, a cidade poderosa e os dilemas do planejado *versus* o vivido. **Revista Gestão e Conexões**, Vitória, v. 4, n. 2. p. 7-40, 2015.

TEIXEIRA, J. C.; RAMPAZO, A. S. V. Assédio sexual no contexto acadêmico da Administração: o que os lábios não dizem o coração não sente? **Farol**, v. 4, n. 11, p. 1151-1235, 2017.

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

## **APÊNDICE A**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**

1. Fale um pouco sobre sua vida.
2. Descreva as atividades de seu dia a dia?
3. Quando começou a trabalhar com facção?
4. Com o que trabalhava antes?
5. Por que começou a trabalhar dessa forma?
6. Teve alguma dificuldade para começar?
7. No momento atual tem alguma dificuldade?
8. O que você faz para que o seu trabalho possa acontecer?
9. Há alguma maneira de fazer/organizar que acredite ser importante?